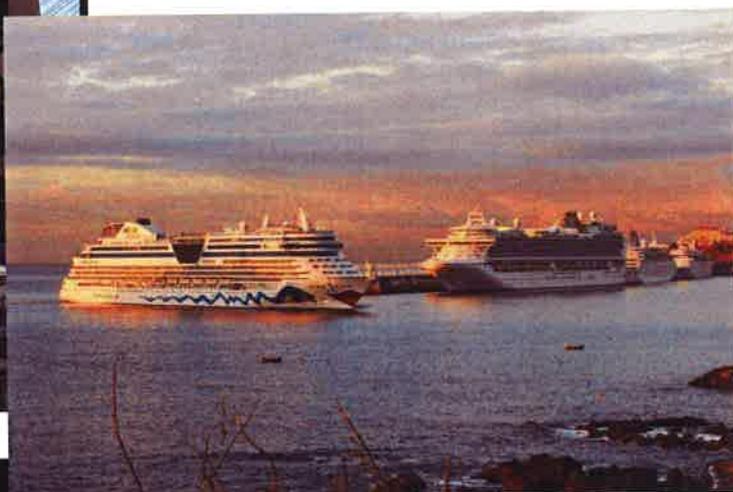




PORTOS DA MADEIRA

2016



**RELATÓRIO DE GESTÃO
E CONTAS**



O Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A. agradece à comunidade portuária, a todos os Stakeholders, e em especial aos seus colaboradores, o inestimável apoio e colaboração.



Índice

1. Nota introdutória.....	1
2. Evolução do movimento portuário.....	4
2.1 Movimento de navios e passageiros de cruzeiros.....	4
2.2 Movimento de navios.....	6
2.3 Movimento de passageiros.....	7
2.4 Movimentação global de mercadorias.....	8
3. Recursos humanos.....	15
3.1 Caracterização.....	15
3.2 Regime de Trabalho.....	18
3.3 Absentismo.....	19
3.4 Formação Profissional.....	19
3.5 Higiene, Segurança e Medicina no Trabalho.....	20
3.6 Ação Social.....	21
3.7 Responsabilidade Social.....	21
3.8 Relações Coletivas de Trabalho e Disciplina.....	21
4. Governo da sociedade.....	23
4.1 Missão, Objetivos e política da empresa.....	23
4.2 Orientações de Gestão.....	24
4.3 Regulamentos externos e internos.....	26
4.4 Identificação e Estrutura dos Órgãos Sociais.....	28
4.5 Funções exercidas noutras empresas/representação.....	28
4.6 Áreas de Tutela e Síntese Curricular dos Membros do Conselho de Administração.....	29
4.7 Reuniões do Conselho de Administração e decisões mais relevantes.....	35
4.8 Exercício de Poderes de Autoridade, por parte da APRAM, S.A.....	50
4.9 Entidades Encarregadas de Auditoria Externa.....	51
4.10 Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais.....	51
4.11 Relatório de Auditoria Externa.....	53
5. Reclassificação e orçamento da apram, s.a.....	54
6. Plano de investimentos.....	62
6.1 Empreitadas.....	62
6.2 Aquisição de Equipamentos.....	65
6.3 Estudos e Projetos.....	66
7. Concessões/licenças.....	70
7.1 Licença para o exercício de atividade de Empresa de Trabalho Portuário.....	70
7.2 Licença para o exercício de atividade de Operador Portuário.....	70
7.3 Licença para o exercício de atividade de Agente de Navegação.....	70
7.4 Concessões e licenças diversas por área de jurisdição da APRAM, S.A.....	71
8. Segurança.....	85



Índice

8.1 ISPS (International Ship and Port Facility Code).....	85
9. Marketing e relações públicas	87
9.1 Ações de Promoção	87
9.2 Comunicação	89
9.3 Informação geral e Publicações.....	90
10. Estaleiro naval do caniçal / clcm – centro logístico de combustíveis da madeira	91
10.1 Estaleiro Naval do Caniçal	91
10.2 CLCM – Centro Logístico de Combustíveis da Madeira.....	91
11. Análise económica e financeira	94
12. Demonstrações financeiras e anexos	108
13. Anexo ao balanço e demonstração de resultados do exercício de 2016.....	118

INDICE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da movimentação de navios e passageiros de cruzeiro no porto do Funchal.....	4
Gráfico 2 – Evolução global dos passageiros provenientes do segmento de cruzeiros.....	5
Gráfico 3 – Distribuição da movimentação de navios por porto	6
Gráfico 4 – Evolução do movimento de navios por porto.....	7
Gráfico 5 – Evolução do movimento global de passageiros por porto	7
Gráfico 6 – Distribuição dos passageiros por segmento	8
Gráfico 7 – Evolução global dos passageiros provenientes do segmento de cruzeiro/Inter ilhas.....	8
Gráfico 8 – Movimentação de mercadorias por porto.....	9
Gráfico 9 – Evolução do movimento de mercadorias por infraestrutura portuária	9
Gráfico 10 – Evolução do movimento de mercadorias – importação/exportação	10
Gráfico 11 – Relação importação/exportação de mercadorias	10
Gráfico 12 – Evolução do movimento de graneis/infraestrutura portuária	11
Gráfico 13 – Movimento geral de contentores	11
Gráfico 14 - Movimento de Contentores, por tipo.....	12



Índice

Gráfico 15 - Movimento de Contentores, por porto	12
Gráfico 16 - Movimento de contentores – cheios/vazios e importação/exportação	13
Gráfico 17 – Carga Geral Fracionada, por portos da RAM	13
Gráfico 18 – Graneis Sólidos, por portos da RAM	14
Gráfico 19 - Graneis Líquidos, por portos da RAM	14
Gráfico 20- Distribuição dos colaboradores	15
Gráfico 21 – Distribuição percentual dos efetivos infraestrutura portuária.....	16
Gráfico 22 – Distribuição percentual dos efetivos por grupos profissionais	17
Gráfico 23 – Distribuição dos trabalhadores por sindicatos/não sindicalizados	22

INDICE QUADROS

Quadro 1 – Remuneração auferida pelos membros da Assembleia Geral	52
Quadro 2 - Remunerações e demais regalias sociais do Conselho de Administração	52
Quadro 3 – Orçamento inicial da APRAM, S.A.	55
Quadro 4 – Evolução do Orçamento das Receitas da APRAM, S.A.....	56
Quadro 5 – Distribuição da Execução Orçamental das Receitas.....	57
Quadro 6 – Evolução do Orçamento das Despesas da APRAM, S.A.	59
Quadro 7 – Distribuição da Execução Orçamental das Despesas	60
Quadro 8 - Rendimentos de Exploração.....	96
Quadro 9 - Gastos de Exploração	97
Quadro 10- Estrutura dos Gastos de Exploração	98
Quadro 11 - Fundos Libertos	98
Quadro 12 – Situação Financeira e Patrimonial (1).....	100
Quadro 13 – Situação Financeira e Patrimonial (2).....	101
Quadro 14 – Fundo de Maneio.....	103
Quadro 15 – Rácios de Natureza Económica	103
Quadro 16 – Rácios de Natureza Financeira.....	104
Quadro 1 – Balanço Ativo	109
Quadro 2 – Balanço Passivo	111



Índice

Quadro 4 – Demonstração dos fluxos de caixa	114
Quadro 5– Demonstração das Alterações do Capital Próprio	116



1. Nota Introdutória

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Em termos de enquadramento económico em 2016, a Região Autónoma da Madeira continuou a atravessar uma fase difícil, como sucedeu com a economia nacional no seu conjunto, e com a economia de vários países da União Europeia.

Até ao final de 2015, a RAM encontrou-se na vigência do PAEF – Plano de Ajustamento Económico Financeiro, caracterizado por uma forte contenção orçamental, decorrente das medidas impostas pelo referido Plano, com reflexos diretos no consumo público e privado.

As atividades da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. foram também fortemente condicionadas pelo Plano de Ajustamento Económico Financeiro (PAEF), pela situação económica e financeira da empresa, em particular, e da Região Autónoma da Madeira, em geral, e ainda pela reclassificação da empresa e a sua integração no perímetro da administração pública regional¹, estando o seu orçamento integrado no da Secretaria Regional da tutela. A APRAM, S.A., sendo equiparada a um serviço e fundo autónomo².

No entanto, a APRAM, S.A. continua a ser uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira e é tutelada pela Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura.

Os investimentos realizados pela APRAM, S.A. no ano de 2016 são os que se encontram detalhados no capítulo 6 e são, de um modo geral, intervenções de manutenção,

¹ “Em 2013, o Instituto Nacional de Estatística avaliou os critérios de mercantilidade da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira SA e concluiu que a empresa deveria ser incluída no perímetro da Administração Pública Regional, com efeitos desde 2012. Nesse ano, o impacto desta entidade na dívida bruta da RAM foi de 188 milhões de euros.” (ORAM 2014 – Relatório e Anexos).

² “(...) na sequência da reclassificação da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira SA, em contas nacionais, para efeitos de consolidação orçamental, em 2014 esta entidade é englobada no orçamento regional no subsector dos serviços e fundos autónomos.” (ORAM 2014 – Relatório e Anexos).



1. Nota Introdutória

conservação e melhoramentos nas infraestruturas portuárias e demais áreas de intervenção da APRAM, S.A..

No movimento portuário, realce para o papel destacado do turismo de cruzeiros, com o número de escalas e número de passageiros nos portos da RAM a manter-se em níveis próximos do ano anterior, segmento importante no incremento da economia regional, estimando-se que o consumo durante a estadia apresente um valor aproximado de 70€ por passageiro / tripulante.

Neste segmento, a Madeira tem conseguido manter o porto do Funchal entre os mais importantes portos de cruzeiros da Europa e mantendo-se bem colocado no ranking mundial. No ano de 2016, o porto do Funchal manteve uma posição importante nos portos nacionais, quer em escalas quer em passageiros. Para a consolidação desta posição, realce para as parcerias que os Portos da Madeira têm com outros portos, nomeadamente com os portos de Canárias no âmbito da marca “Cruises in The Atlantic”, sendo de realçar a nova parceria designada ‘Cruise Portugal’, com os portos de Lisboa, Setúbal, Leixões, Portimão e Açores.

Realce para o acréscimo da movimentação de mercadorias nos portos da RAM.

No ano de 2016, em cumprimento da Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso, prosseguiu-se a política de regularização da dívida comercial que, no final de 2013, rondava os nove milhões de euros, tendo-se conseguido, no final do ano transato, concluir, em alguns casos por antecipação do prazo acordado, o pagamento de todos os ARD – Acordos de Regularização de Dívida existentes, e, conseqüentemente, eliminar integralmente a dívida comercial da empresa.

Na decorrência do acima exposto, no ano de 2016 diminuiu-se consideravelmente o prazo médio de pagamento, que se fixou em 50 dias, comparativamente aos 87 e 346 registados em 2015 e 2014, respetivamente, dando-se cumprimento na íntegra à LCPA, ao mesmo tempo que se devolveu alguma confiança ao mercado e aos fornecedores da empresa.

Apesar de todos os constrangimentos, a segurança marítima e patrimonial, a implementação de mecanismos que asseguram e otimizam a eficiência das operações



1. Nota Introdutória

portuárias e de programas de monitorização ambiental, a concretização de uma política setorial adequada às atuais necessidades da população e a aposta na manutenção e procura de novos mercados no segmento de cruzeiros, foram metas atingidas no ano de 2016, conforme se pode constatar pelos indicadores constantes do presente relatório de gestão.

2. Evolução do Movimento Portuário



2. EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO PORTUÁRIO

2.1. Movimento de navios e passageiros de cruzeiros

Começamos este capítulo por abordar o movimento de navios e passageiros de cruzeiros, porquanto se trata de uma atividade importante, não só para a APRAM, S.A., mas também como um fator dinamizador para toda a economia regional.

Neste segmento de mercado e, tal como atrás mencionado, a Madeira tem conseguido manter o porto do Funchal entre os mais importantes portos de cruzeiros da Europa. Este porto continua bem colocado no ranking mundial do nicho de cruzeiros.

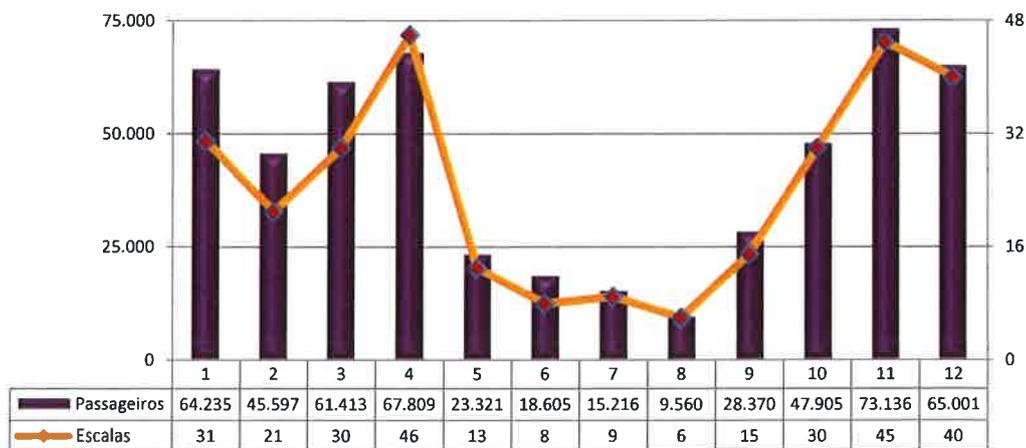
No ano de 2016, passaram pelo Porto do Funchal 294 navios de cruzeiro, com 520 168 passageiros, com uma média de 1 769 passageiros por escala³.

Registe-se, neste número, o embarque de 814 passageiros e o desembarque de 1 929 pessoas⁴.

Apresentam, ainda, especial relevância os tripulantes de navios, que fizeram deste porto o seu ponto de embarque e desembarque.

Tendo em consideração o gasto médio por passageiro, o valor de incremento na economia regional situa-se nos 36,4 M€^{5, 6}.

Gráfico 1 – Evolução da movimentação de navios e passageiros de cruzeiro no porto do Funchal



Fonte: APRAM, S.A.

³ 2015: 308 navios, com 578.492 passageiros, com uma média de 1 884 passageiros por escala.

⁴ 2015: embarques - 1 810 e 1 902 desembarcados.

⁵ Estudo "Inteligência Competitiva Madeira – Canárias 2004/2005".

⁶ Gasto médio por passageiro em 2015: 40,6M€.



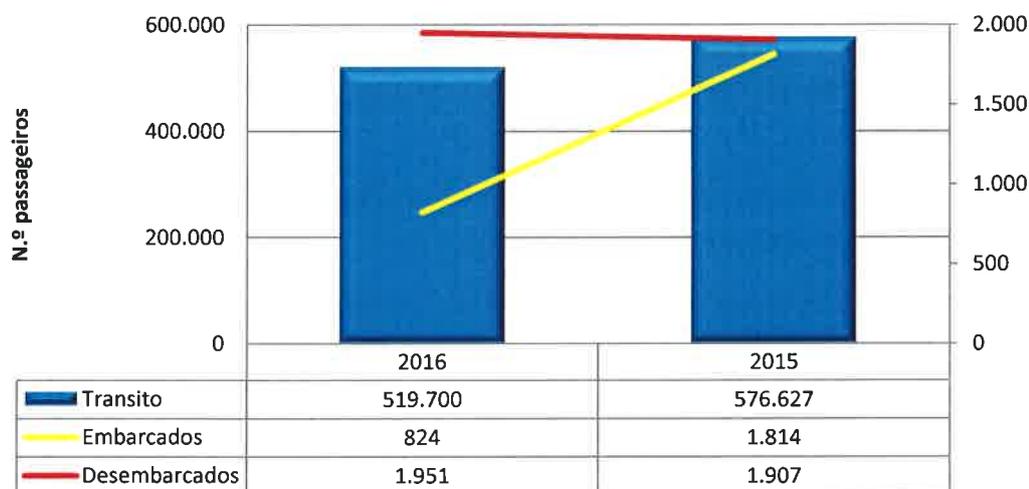
2. Evolução do Movimento Portuário

A sazonalidade da atividade dos navios de cruzeiro está refletida no gráfico supra, com a época alta nos meses de outubro a abril.

De salientar, ainda, que o porto do Porto Santo acolheu 3 escalas de navios de cruzeiro, nos meses de abril e junho, movimentando um total de 2 275 passageiros (2015: 4 escalas, 1 856 passageiros).

Em termos comparativos com o ano anterior, verificou-se um decréscimo de 15 escalas (uma escala no porto do Porto Santo e 14 no porto do Funchal), o que representou uma descida percentual de 5%.

Gráfico 2 – Evolução global dos passageiros provenientes do segmento de cruzeiros



Fonte: APRAM, S.A.

Contudo, o desafio que se coloca ao porto do Funchal é o da consolidação dos resultados alcançados, bem como o de captação de novos fluxos de tráfego na época de verão.

Por mercados emissores de passageiros, destaque para os seguintes:

- Mercado inglês: 208 847 passageiros, i. é, 40,1% do total de passageiros - 1520 em embarque e desembarque (2015: 124 365 passageiros);
- Mercado alemão: 178 329 passageiros, i. é, 34,3% do total de passageiros - 271 em embarque e desembarque (2015: 116.324 passageiros);

Como navios emblemáticos que escalaram o porto do Funchal em 2016, destaque para as primeiras escalas do:

- Hebridean Sky (Salen Ship Management AB);
- Seven Seas Explorer (Regent Seven Seas Cruises Inc);



2. Evolução do Movimento Portuário

De realçar que os passageiros provenientes de navios de cruzeiro no porto do Porto Santo apresentaram um acréscimo de 450, comparativamente a 2015.

2.2 Movimento de navios

Em 2016, escalaram os Portos da Região Autónoma da Madeira 1097 embarcações, o que corresponde a uma média diária de 3 navios.

No Funchal, porto vocacionado para passageiros, em especial na vertente de cruzeiros, no ano de 2016, fizeram escala 647 navios. Comparativamente ao ano anterior verificou-se um decréscimo de 19 navios (-3%).

Saliente-se a importância dos navios de guerra em descanso das respetivas guarnições, dinamizadores do consumo de produtos na região e de abastecimento logístico de bens e incrementador de receitas, quer para a autoridade portuária, quer para a economia local.

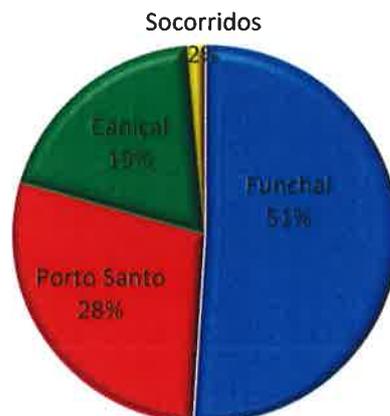
No porto do Caniçal atracaram 243 navios, sobretudo porta contentores e graneleiros. Verificou-se um acréscimo de 5 navios (+2%). Esta infraestrutura portuária está vocacionada para o tráfego de mercadorias, essencial ao abastecimento de bens e serviços à RAM, quando é conhecido que cerca de 90% das importações são feitas por via marítima.

Igualmente verificou-se um acréscimo de 2 navios no Terminal dos Socorridos.

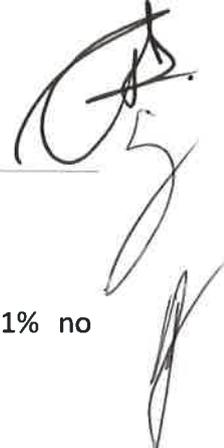
O movimento de navios registado no porto do Porto Santo ficou a dever-se essencialmente ao transporte de passageiros e mercadorias da linha regular entre a Madeira e o Porto Santo, com atracções esporádicas de graneleiros e, em regra, quinzenalmente, o navio porta contentores.

O número de navios manteve-se constante relativamente a 2014 e 2015 (361 escalas).

Gráfico 3 – Distribuição da movimentação de navios por porto



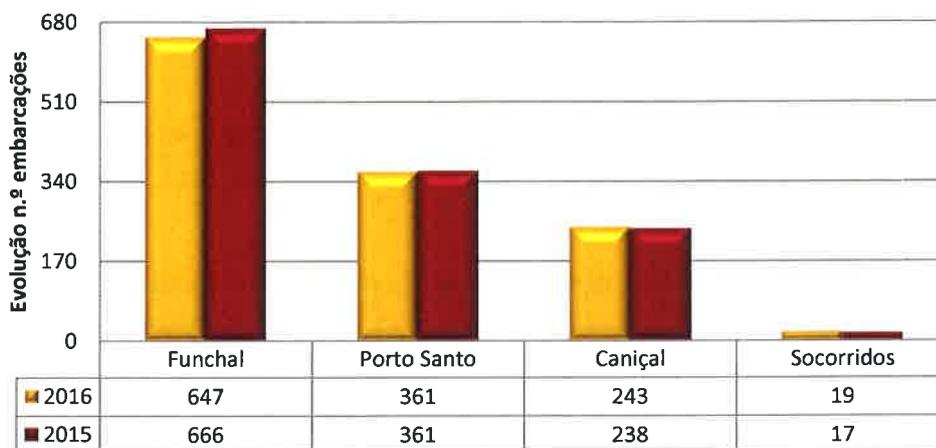
Fonte: APRAM, S.A



2. Evolução do Movimento Portuário

Comparativamente ao ano de 2015, verificou-se um decréscimo global de 1% no movimento total de navios, traduzido em 12 escalas.

Gráfico 4 – Evolução do movimento de navios por porto

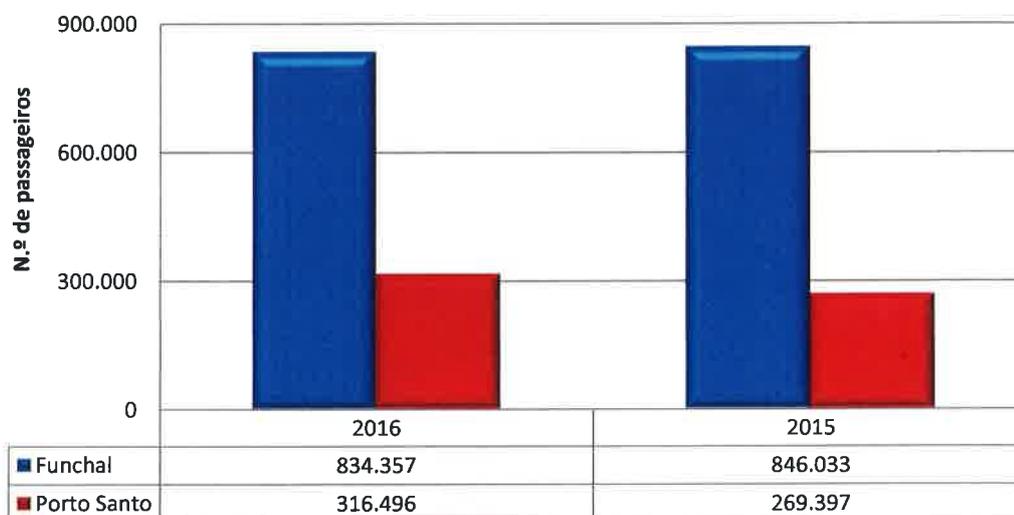


Fonte: APRAM, S.A.

2.3 Movimento de Passageiros

O movimento global de passageiros nos Portos da RAM registou uma variação negativa de 11%, comparativamente ao ano de 2015, que se traduziu num decréscimo de 57 873 passageiros.

Gráfico 5 – Evolução do movimento global de passageiros por porto



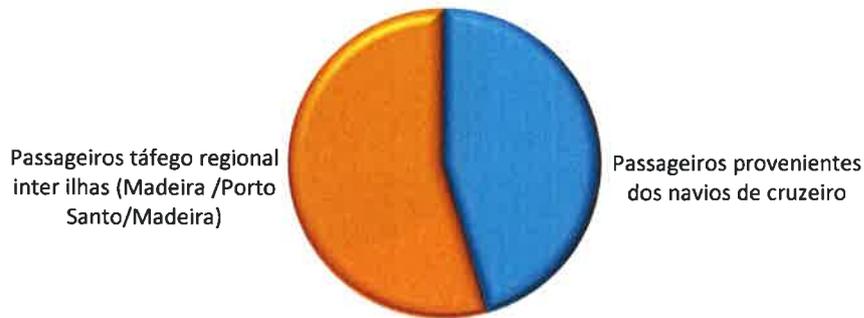
Fonte: APRAM, S.A.



2. Evolução do Movimento Portuário

O porto do Porto Santo movimentou 28% do número total de passageiros, enquanto o porto do Funchal movimentou os restantes 72%.

Gráfico 6 – Distribuição dos passageiros por segmento

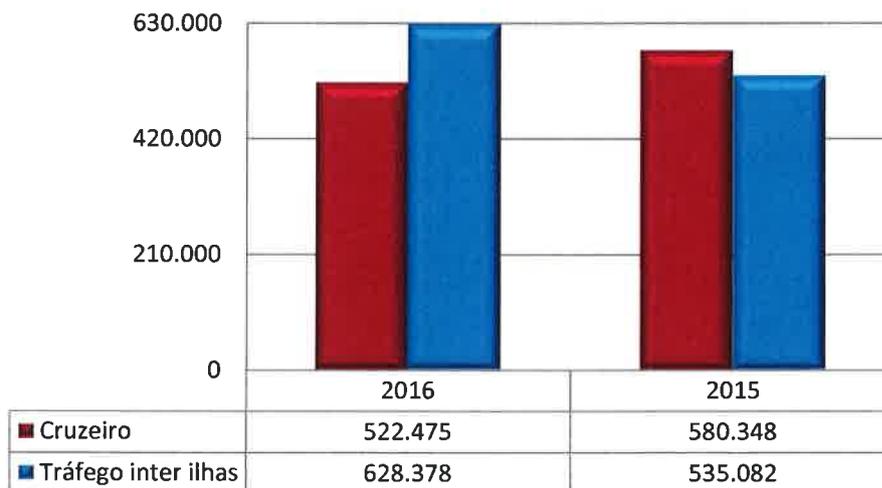


Fonte: APRAM, S.A.

Por segmento de mercado de passageiros:

- 45% corresponde a passageiros provenientes dos navios de cruzeiro;
- 55% pertencem ao tráfego regional inter ilhas (Madeira /Porto Santo/Madeira).

Gráfico 7 – Evolução global dos passageiros provenientes do segmento de cruzeiro/Inter ilhas



Fonte: APRAM, S.A.

2.4 Movimentação global de mercadorias

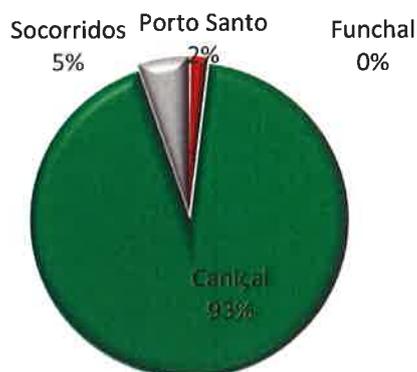
No ano de 2016, foram movimentadas 1 095 206 toneladas nos portos da RAM.

Verificamos que 93% das mercadorias foram movimentadas no porto do Caniçal, seguindo-se o terminal marítimo dos Socorridos com 5%.



2. Evolução do Movimento Portuário

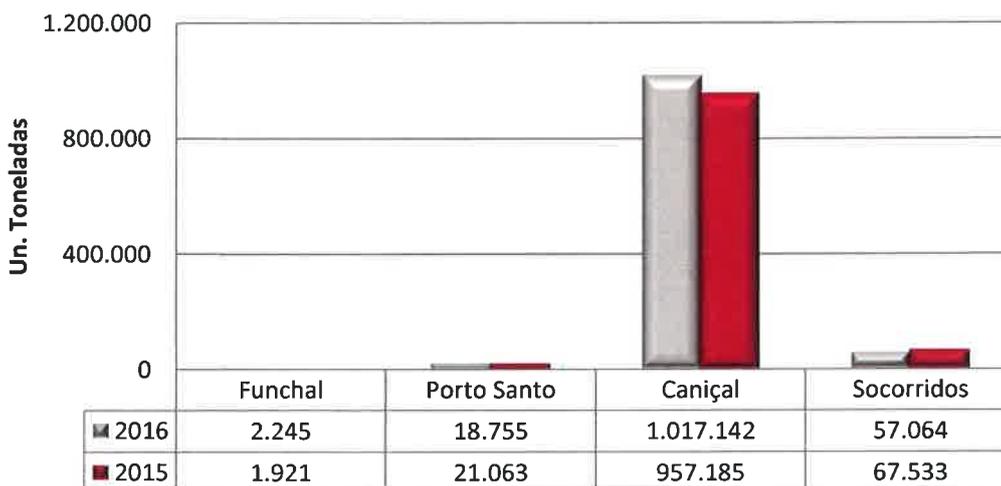
Gráfico 8 – Movimentação de mercadorias por porto



Fonte: APRAM, S.A.

Comparativamente ao ano anterior, verificou-se uma variação positiva de 4% no movimento global de mercadorias movimentadas, considerando todas as tipologias de carga, o que representou um acréscimo de 47 504 toneladas.

Gráfico 9 – Evolução do movimento de mercadorias por infraestrutura portuária



Fonte: APRAM, S.A.

O porto do Caniçal registou um acréscimo de 6% no movimento de mercadorias, contentorizadas (TEU's), comparativamente ao ano anterior.

O porto do Porto Santo voltou a registar uma variação negativa, com um decréscimo de 12% (-2 308 toneladas) comparativamente a 2015.

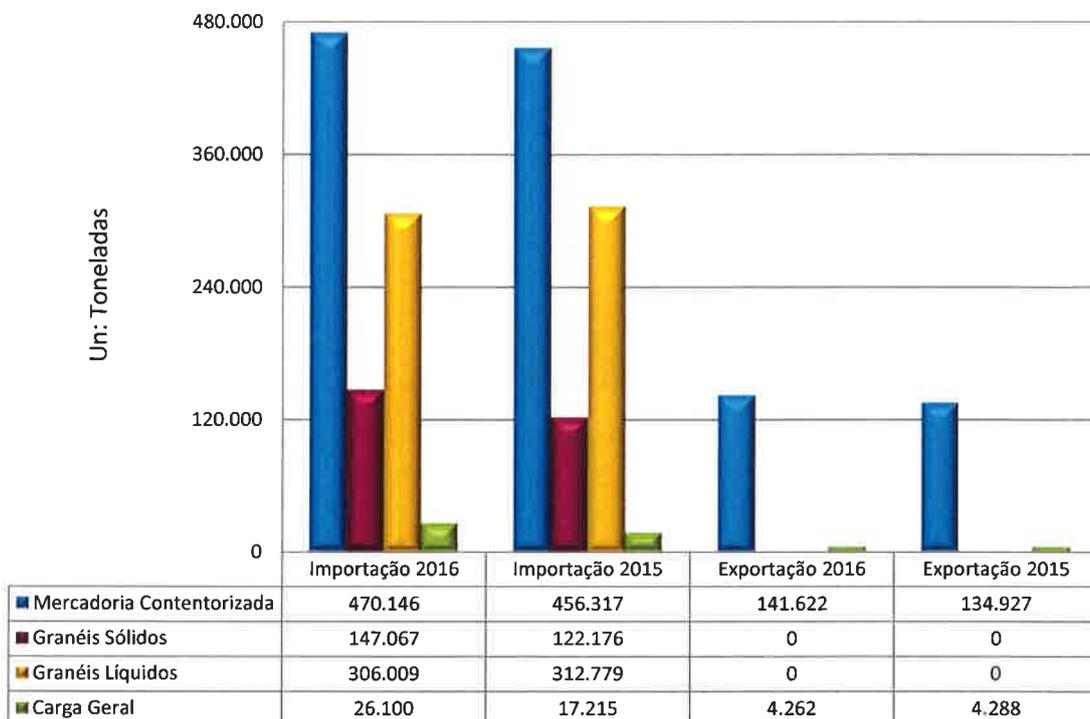
A variação negativa registada no terminal dos Socorridos (combustíveis e cimento) atingiu as 10 469 toneladas comparativamente ao ano anterior.



2. Evolução do Movimento Portuário

Em comparação com 2015, verificou-se uma variação global positiva na relação entre as importações e exportações de mercadorias, conforme se pode constatar no gráfico abaixo:

Gráfico 10 – Evolução do movimento de mercadorias – importação/exportação



Fonte: APRAM, S.A.

As exportações verificaram-se nos segmentos de mercadoria contentorizada (vinho, madeira, frutas e produtos regionais) e carga geral (viaturas).

Gráfico 11 – Relação importação/exportação de mercadorias



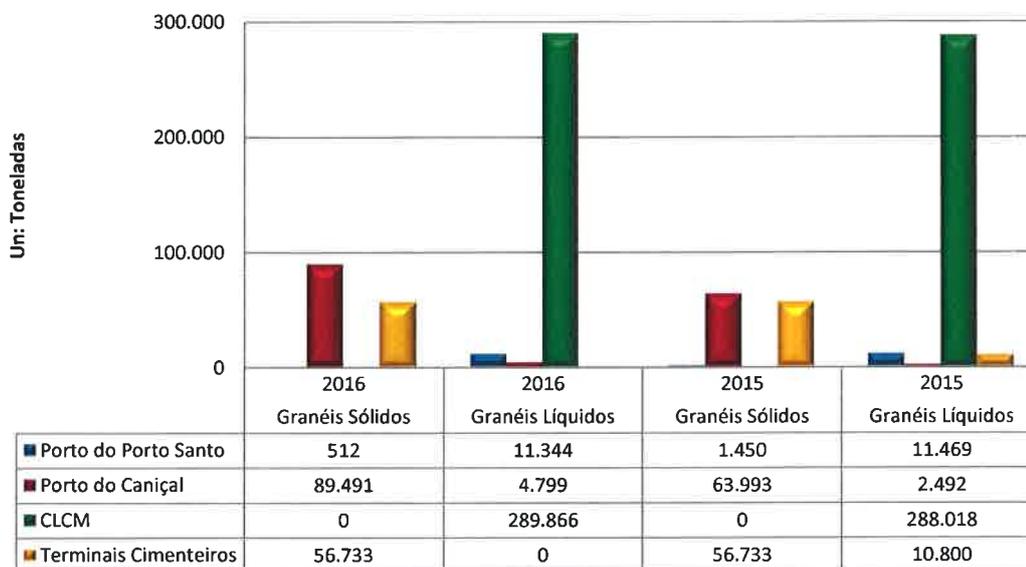
Fonte: APRAM, S.A.



2. Evolução do Movimento Portuário

Apresentamos no gráfico abaixo a evolução dos graneis movimentados, por infraestrutura, comparativamente ao ano anterior:

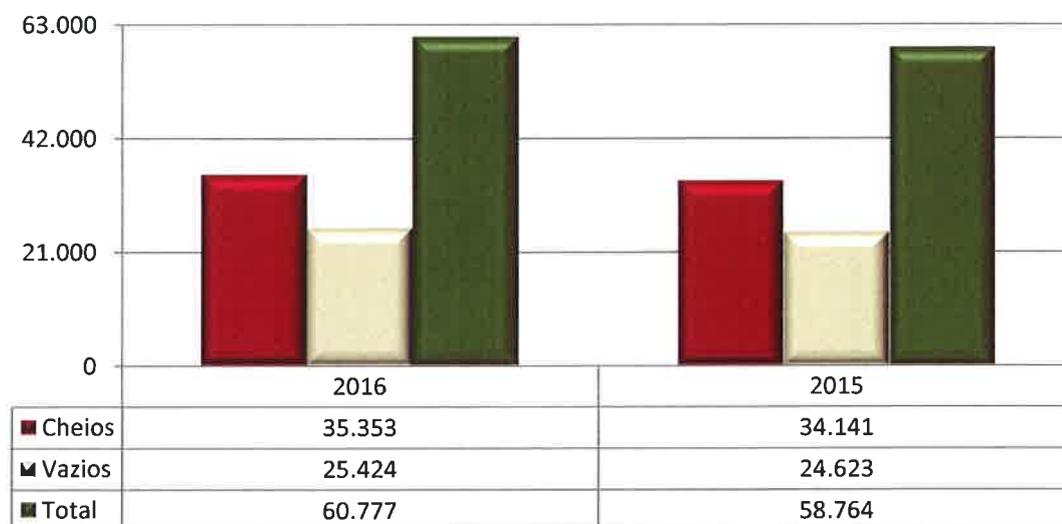
Gráfico 12 – Evolução do movimento de graneis/infraestrutura portuária



Fonte: APRAM, S.A.

O movimento geral de contentores registou um acréscimo global de 3% (2 013 unidades), comparativamente ao ano de 2015.

Gráfico 13 – Movimento geral de contentores



Fonte: APRAM, S.A.

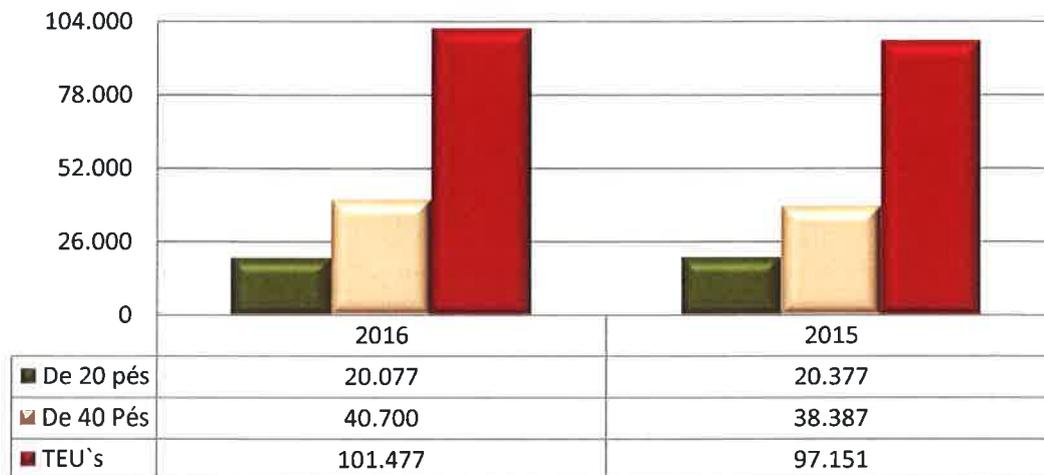
Quanto ao tipo de contentor, de 2015 para 2016, houve um decréscimo na movimentação de 1%, nos contentores de 20' e um acréscimo de 6%, nos contentores de 40'.



2. Evolução do Movimento Portuário

Em termos globais, a movimentação de contentores, expressa em TEU's, registou um crescimento de 4% (4 326 TEU's), comparativamente ao ano anterior.

Gráfico 14 - Movimento de Contentores, por tipo

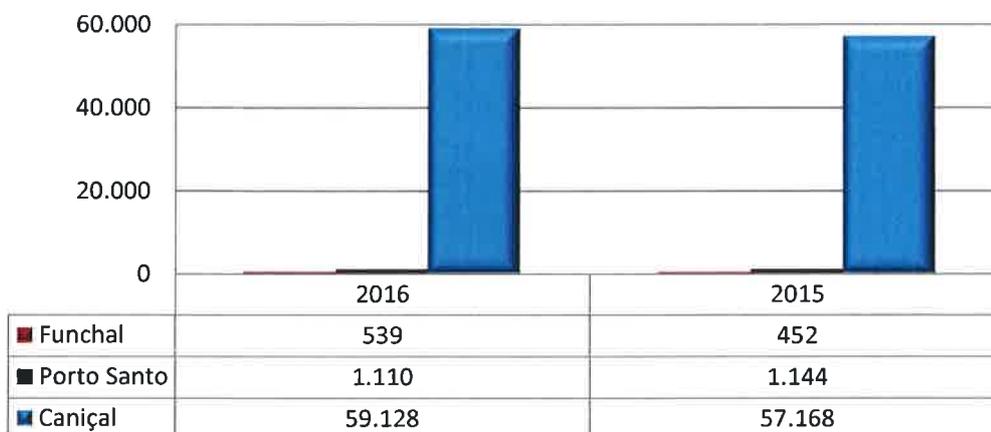


Fonte: APRAM, S.A.

O porto do Funchal registou um acréscimo de 16%, enquanto que o porto do Porto Santo registou um decréscimo de 3%, comparativamente ao ano anterior.

O porto do Caniçal registou um acréscimo de 3% no número de contentores movimentados.

Gráfico 15 - Movimento de Contentores, por porto



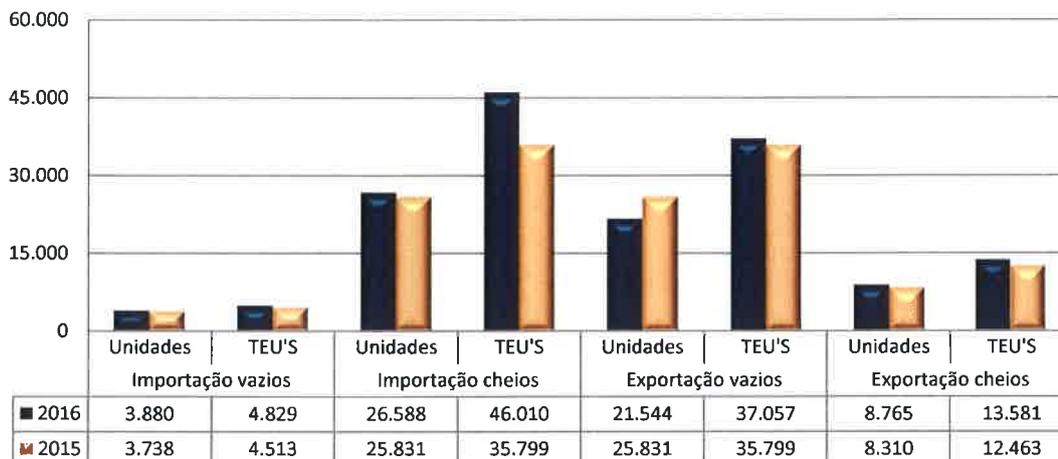
Fonte: APRAM, S.A.

A totalidade do movimento de contentores no porto do Funchal refere-se a contentores de mercadorias interilhas e no âmbito da concessão da linha regular de transporte de passageiros e mercadorias por via marítima entre a Madeira e o Porto Santo.



2. Evolução do Movimento Portuário

Gráfico 16 - Movimento de contentores – cheios/vazios e importação/exportação



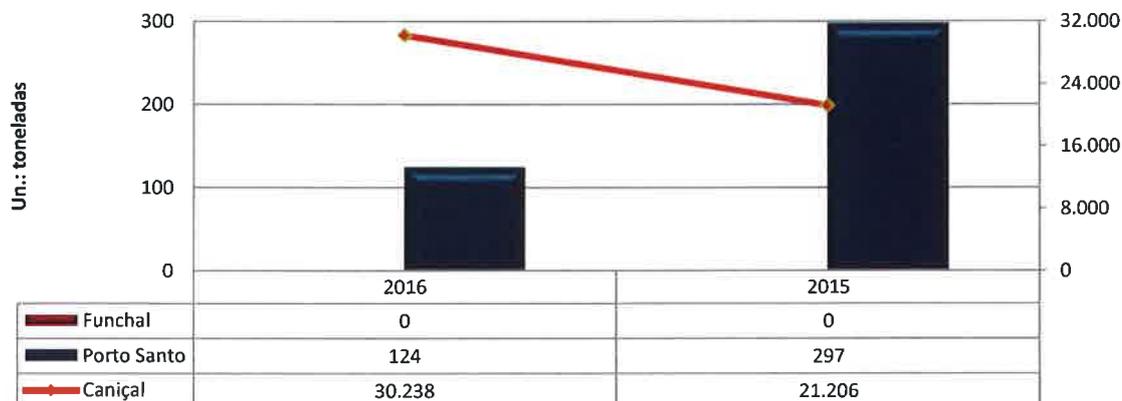
Fonte: APRAM, S.A.

Quanto à carga geral fracionada, em 2016, registou-se um acréscimo de 29% (+ 8 859 toneladas).

O porto do Funchal não registou qualquer movimento deste tipo de carga, já o Porto do Porto Santo registou um decréscimo 140% (- 173 toneladas).

No Porto do Caniçal, o aumento de carga fracionada atingiu os 30%.

Gráfico 17 – Carga Geral Fracionada, por portos da RAM

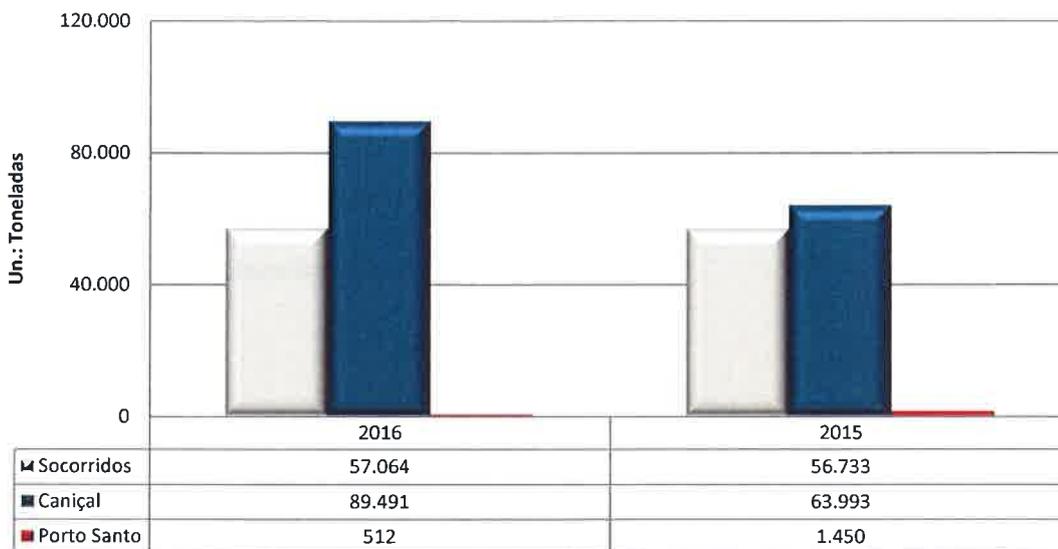


Fonte: APRAM, S.A.

No ano em análise, comparativamente ao ano anterior, na entrada de graneis sólidos houve uma variação positiva de 17%, ou seja, mais 24 891 toneladas.

2. Evolução do Movimento Portuário

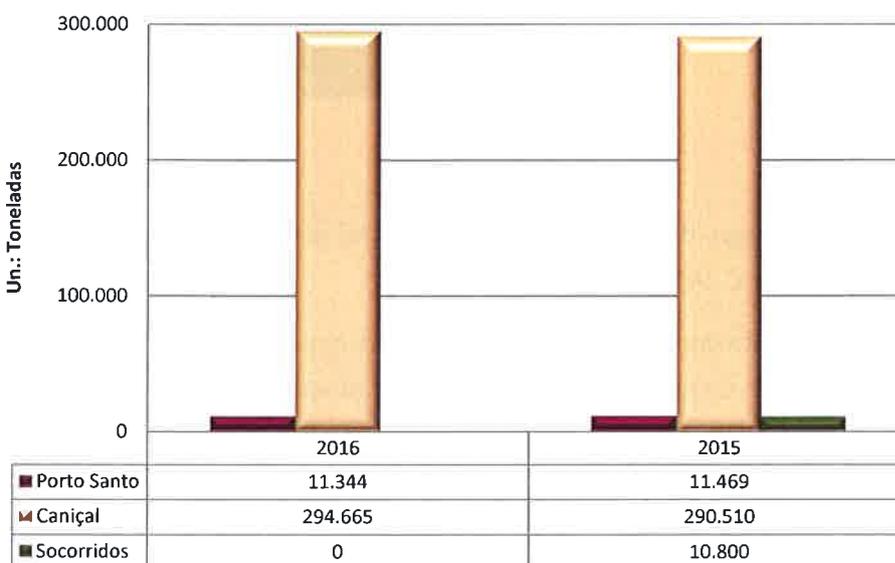
Gráfico 18 – Graneis Sólidos, por portos da RAM



Fonte: APRAM, S.A.

A descarga de graneis líquidos registou uma variação negativa global de 2% em 2016, comparativamente ao ano anterior.

Gráfico 19 - Graneis Líquidos, por portos da RAM



Fonte: APRAM, S.A.

Em termos gerais, e comparativamente ao ano anterior, a carga contentorizada, a carga fracionada e os graneis sólidos sofreram um crescimento global de 7%, o que equivaleu a um acréscimo de 54 274 toneladas.



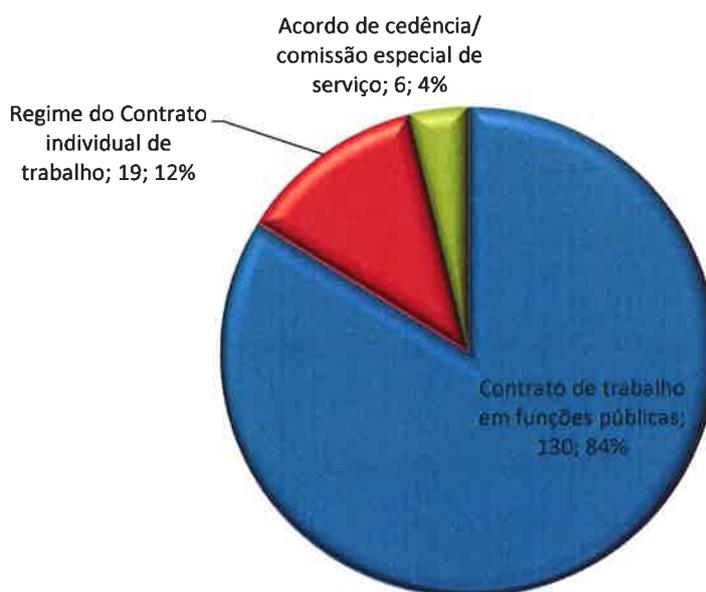
3. Recursos Humanos

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Caracterização

O efetivo total da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. em 31 de dezembro de 2016 era de 155 trabalhadores, com a distribuição por vínculos laborais e regime de desempenho de funções, conforme gráfico infra:

Gráfico 20- Distribuição dos colaboradores



Fonte: APRAM, S.A.

Integram o mapa de pessoal da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira S.A. 149 trabalhadores:

- 130 transitaram dos organismos que antecederam a APRAM, S.A. e são trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas;
- 19 são contratados em regime de contrato individual de trabalho.

Para além destes trabalhadores, e extra mapa de pessoal, 6 trabalhadores desempenham funções na APRAM, S.A. pelo que o ativo global fixou-se em 155 colaboradores no final do ano de 2016.

Os membros do Conselho de Administração cessaram funções em 31 de dezembro de 2016.

Os titulares de cargos de direção e chefia, com exceção do Diretor de Gestão de Recursos, Ambiente e Segurança e de 2 membros do Conselho de Administração, integravam o quadro de pessoal da APRAM, S.A..

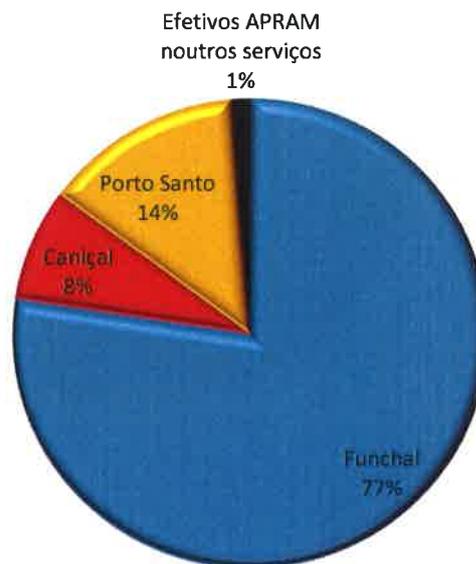
3. Recursos Humanos

De realçar um decréscimo global de 11% no quadro de pessoal da APRAM, S.A., na última década: -19 trabalhadores ao serviço da APRAM, S.A..

Ainda dos 149 trabalhadores do quadro da APRAM, S.A., a 31 de dezembro de 2016, há a referir que dois encontravam-se a desempenhar as suas funções noutros organismos (Águas e Resíduos da Madeira, S.A. e Madeira Parques Empresariais, S.A.).

A distribuição geográfica dos efetivos, por concelho, foi a seguinte:

Gráfico 21 – Distribuição percentual dos efetivos infraestrutura portuária



Fonte: APRAM, S.A.

No Funchal desempenham funções 120 trabalhadores, embora exista pessoal que por força das tarefas desempenhadas, desloca-se a todas as infraestruturas portuárias dos Portos da Região Autónoma da Madeira (tripulações, pessoal técnico de pilotagem, eletricitistas e pessoal de apoio técnico às operações marítimo portuárias).

De realçar que, em termos de distribuição dos efetivos, 21 trabalhadores desempenham funções no porto do Porto Santo, o que representa 14% do efetivo da empresa.

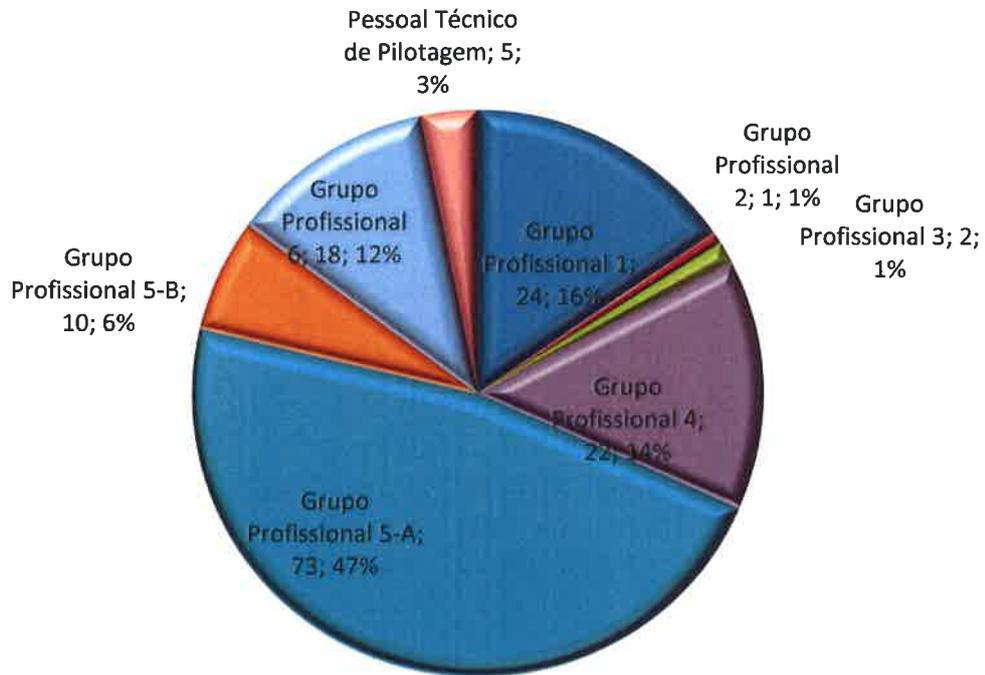
De referir ainda, o apoio que é prestado por um trabalhador do porto do Porto Santo, e nessa qualidade, na *Loja do Cidadão* situada naquela Ilha. Os trabalhadores asseguram também as funções de gestão da marina local, desde que a APRAM, SA operou a rescisão do contrato de concessão anteriormente existente com a empresa 33/16 – Assistência Náutica.

A distribuição do efetivo global, por grupo profissional é a indicada nos gráficos infra:



3. Recursos Humanos

Gráfico 22 – Distribuição percentual dos efetivos por grupos profissionais



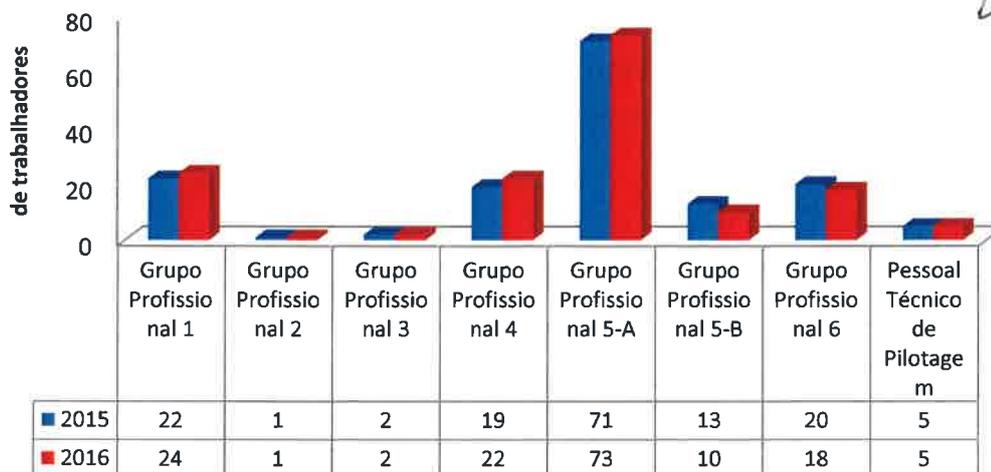
Fonte: APRAM, S.A.

Em termos de movimentação de pessoal, verificaram-se:

- Saídas – 3, motivadas por:
 - 2 por aposentação;
 - 1 por caducidade de contrato de trabalho a termo certo de um piloto para substituição de um efetivo na situação de doença prolongada.
- Admissões - 5, como segue:
 - 1 piloto em regime de contrato individual de trabalho;
 - 1 operário qualificado que regressou ao serviço após suspensão do contrato de trabalho em funções públicas;
 - 3 trabalhadores em regime de acordo de cedência.

3. Recursos Humanos

Gráfico 23- Evolução da distribuição dos efetivos, por grupos profissionais



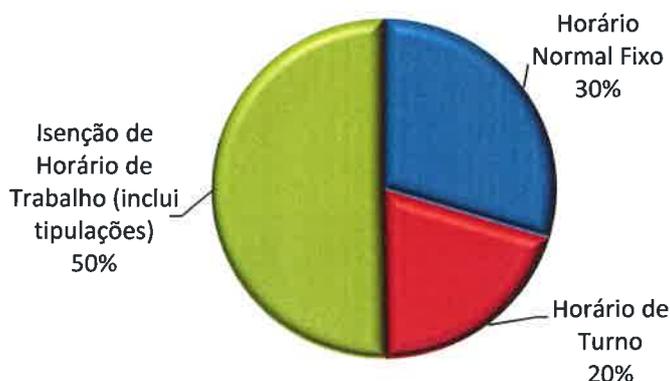
Fonte: APRAM, S.A.

O saldo fisiológico traduziu-se em +2 trabalhadores no universo global da APRAM, S.A., sendo a evolução dos efetivos positiva.

3.2 Regime de Trabalho

A especificidade do regime de trabalho, no que concerne à tipologia dos horários praticados, resulta da permanente necessidade de adequar os recursos humanos à atividade portuária de modo a manter operacionais e em segurança todas as infraestruturas portuárias sob responsabilidade da APRAM, S.A., 24 horas por dia, nos sete dias da semana.

Gráfico 24 - Modalidades de Horários de Trabalho



Fonte: APRAM, S.A.

No regime de isenção de horário de trabalho, para as tripulações e pessoal técnico de pilotagem, está incluída a modalidade de compensação por trabalho aos sábados, domingos e feriados.

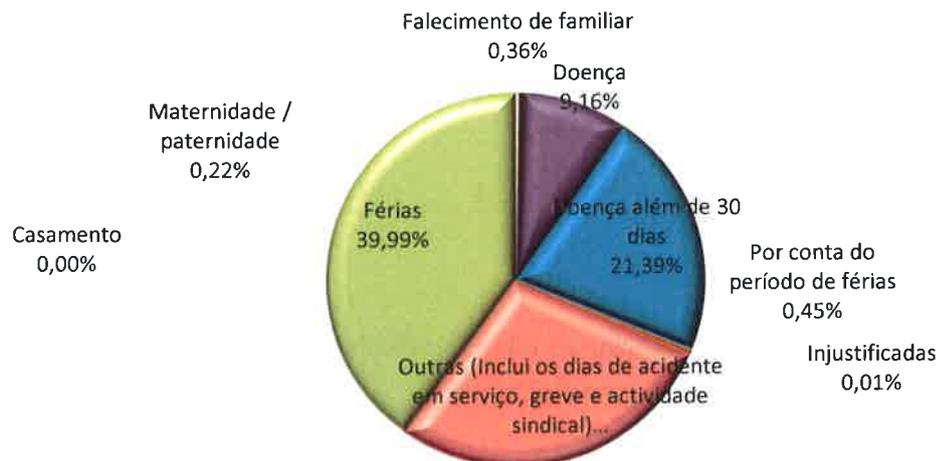


3. Recursos Humanos

3.3 Absentismo

O número de dias de faltas por doença foi de 2 689 dias. Para este valor contribuíram significativamente 3 trabalhadores que se encontram na situação de junta médica por doença prolongada que, no decurso de 2016, não prestaram qualquer dia de serviço.

Gráfico 25 - Absentismo/Motivo

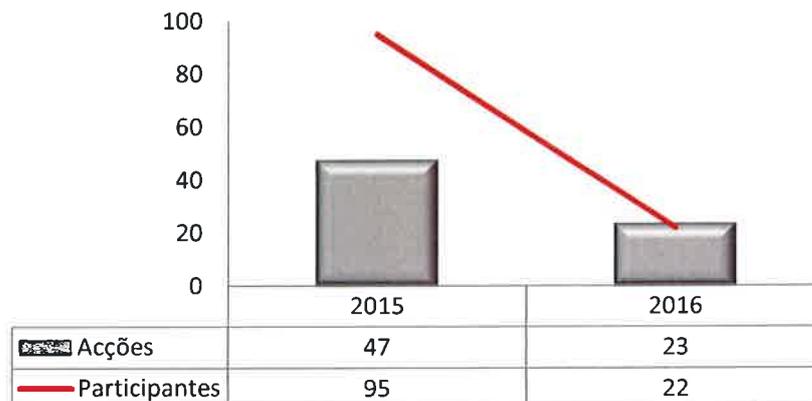


Fonte: APRAM, S.A.

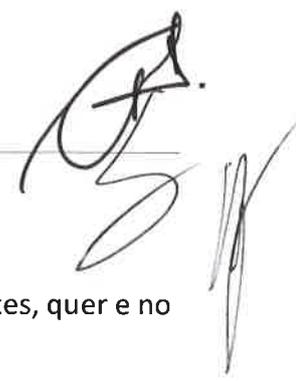
3.4 Formação Profissional

No ano 2016, foram realizadas 22 ações de formação – 7 internas e 15 externas, com um total de 22 participantes e 181 horas de formação. Verificou-se uma taxa de participação de 14% do efetivo.

Gráfico 26 - Formação Profissional



Fonte: APRAM, S.A.



3. Recursos Humanos

O ano de 2016 pautou-se por uma diminuição, quer no número de participantes, quer e no número de ações de formação profissional ministradas pela APRAM, S.A..

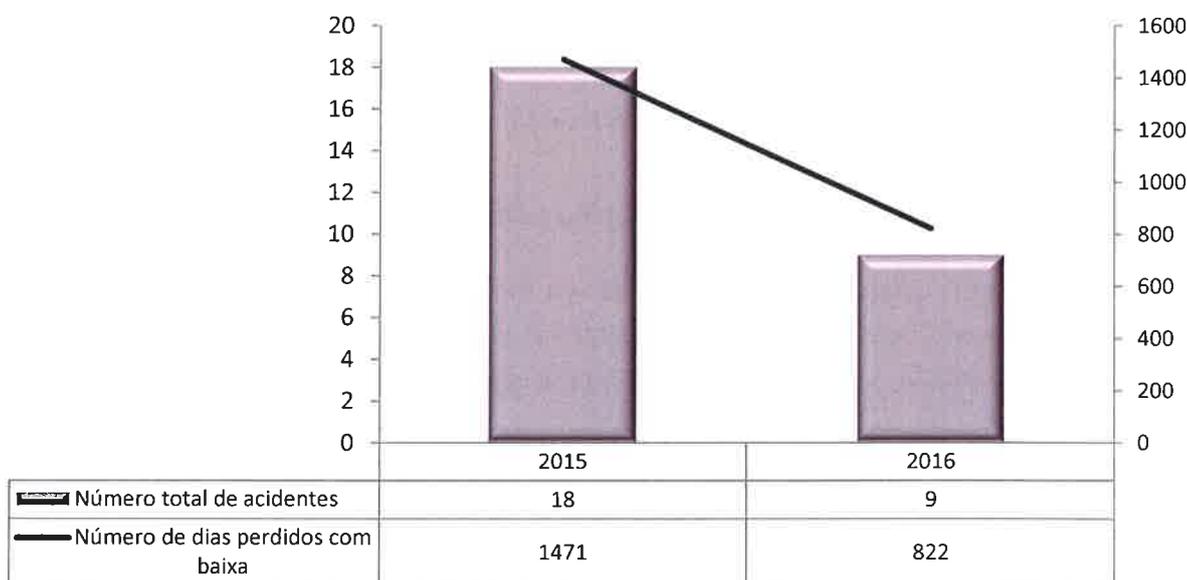
3.5 Higiene, Segurança e Medicina no Trabalho

No ano em análise, deu-se continuidade ao cumprimento dos imperativos legais em matéria de segurança, prevenção e medicina no trabalho.

Após a aprovação do regulamento para o controlo do consumo excessivo do álcool no local de trabalho, pela Direção Regional do Trabalho, têm sido efetuados testes de controlo da alcoolemia, tendo sido submetidos a controlo 15 trabalhadores, não tendo sido detetados testes positivos.

Foram realizados 315 exames médicos no âmbito da medicina no trabalho, os quais incluíram exames auxiliares de diagnóstico (visioteste, ECG...).

Gráfico 27 - Acidentes de Trabalho/Dias Perdidos



Fonte: APRAM, S.A.

Verificou-se um decréscimo significativo, quer no número de acidentes de trabalho, quer dos dias perdidos, conforme se pode constatar no gráfico anterior.

Refira-se que dos 9 acidentes de trabalho, em 3 deles não foi atribuída qualquer incapacidade e 3 situações resultaram numa ausência superior a 60 dias (702 dias).

Todos os trabalhadores da APRAM, sem exceção, estão cobertos, nos termos da lei, por um seguro de acidentes de trabalho assegurado pela Lusitânia Companhia de Seguros.

O quadro de pessoal da empresa integra 4 trabalhadores portadores de deficiência.



3. Recursos Humanos

A nível de doenças profissionais, não existe nenhum caso a assinalar.

3.6 Ação Social

Mantiveram-se as situações previstas na lei, ou seja, a atribuição do abono de família, abono de família monoparental, bonificação por deficiência, subsídio mensal vitalício, incluindo o complemento extraordinário de solidariedade.

3.7 Responsabilidade Social

A APRAM, S.A. possibilitou a realização de estágios curriculares a alunos dos estabelecimentos de ensino a seguir indicados:

- Escola Dr. Francisco Fernandes;
- Escola Profissional do Atlântico;
- Escola Profissional Atlântico;
- Escola do Galeão – São Roque;
- Escola Secundária Francisco Franco.

3.8 Relações Coletivas de Trabalho e Disciplina

A participação dos trabalhadores da APRAM, S.A. em matérias laborais tem sido efetuada através dos Sindicatos representativos do setor, tendo-se realizado algumas reuniões entre a APRAM, S.A. e os sindicatos, no decurso de 2016.

As administrações portuárias do Continente, da Madeira e dos Açores negociaram com o SNTAP - Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias, o acordo coletivo/acordo de empresa.

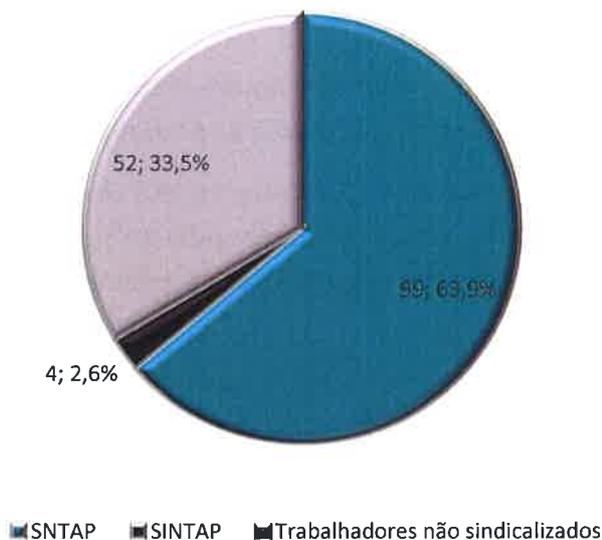
Nos mesmos termos do acordo coletivo de trabalho, celebrado entre as administrações portuárias do continente e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias, foi celebrado um Acordo de Empresa entre a APRAM e o SNTAP, publicado no JORAM, III Série, n.º 5, de 3 de março de 2016.

Os trabalhadores que não são sindicalizados puderam optar por aderir ao referido acordo, nos termos da lei.



3. Recursos Humanos

Gráfico 23 – Distribuição dos trabalhadores por sindicatos / não sindicalizados



Fonte: APRAM, S.A

Do efetivo, 103 trabalhadores são sindicalizados, o que representa uma taxa de sindicalização de 66,5% e, destes, 99 são filiados no SNTJAP – Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Juntas e Administrações Portuárias.



4. Governo da Sociedade

4. GOVERNO DA SOCIEDADE

Neste capítulo, dá-se cumprimento ao dever de informação, previsto no regime jurídico do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira.

A adoção de uma estrutura de Governance, em consonância com a estratégia da empresa e com as orientações de gestão emanadas pelo acionista, assente na transparência, controlo e eficiência, é considerada uma das questões fundamentais para a sustentabilidade da empresa.

4.1 Missão, Objetivos e política da empresa

O enquadramento jurídico e económico da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. é dado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/M, de 23 de agosto, que transformou a Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira em APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. - sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira e é tutelada pela Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, bem como aprovou os respetivos estatutos.

Apresenta-se com a designação comercial de Portos da Madeira e tem por objeto social a administração e gestão dos portos (Funchal, Caniçal e Porto Santo), terminais (Porto Novo, Praia Formosa, Socorridos), cais (Machico, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Calheta, Porto Moniz, Ponta do Sol, Santa Cruz, Madalena do Mar, Seixal, Porto da Cruz, Paul do Mar) e marinas (Funchal e Porto Santo) da Região Autónoma da Madeira sob a sua área de jurisdição, visando a exploração económica, planeamento, construção, conservação e desenvolvimento.

Compete-lhe, ainda, o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária na Região Autónoma da Madeira.

Tendo presente o objeto social e as atribuições que foram acometidas à APRAM, S.A., esta tem por:

- Missão: Administrar as infraestruturas portuárias, de modo a assegurar o acesso e a circulação de pessoas e bens por via marítima, com qualidade, eficácia e eficiência económica e operacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira;



4. Governo da Sociedade

- Valores:
 - Qualidade - Procurar a excelência na sua atuação, esforçando-se diariamente por uma prestação de serviço qualificada, tendo por base os meios e tecnologia existentes;
 - Segurança - Garantir a segurança da vida humana, a preservação do ambiente e dos ecossistemas marinhos e a proteção da propriedade;
 - Atitude – Atuar, de forma articulada, com o contributo dos colaboradores, no sentido de cumprir com a missão da organização e satisfazer as expetativas de todos os parceiros;
 - Inovação – Encorajar e premiar a inovação, a criatividade e a pró atividade na vida da organização, de modo a assegurar um desenvolvimento sustentado da atividade.

Os diversos instrumentos, estratégias e programas disponibilizados deverão ser aproveitados pela APRAM, S.A., e demais parceiros, para melhoria e otimização dos níveis de serviço e da capacidade competitiva da RAM, em especial no que respeita à:

- Contribuição da empresa para o desenvolvimento económico da Região Autónoma da Madeira;
- Posicionamento como autoridade portuária e atuação numa lógica de negócio;
- Envolvimento e criação de sinergias com os parceiros de negócio, de um modo muito particular com a comunidade portuária;
- Segurança portuária.

Assim, a APRAM S.A., embora consciente das grandes dificuldades que as demais empresas atravessam, efetuou um grande esforço no sentido de arrecadar as receitas em tempo útil, sob pena de não ser viável o cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso Lei, com as inerentes consequências.

4.2 Orientações de Gestão

No ano de 2016 a APRAM, S.A. continuou a ser tutelada pela Secretaria Regional de Economia, Turismo e Cultura.

O desempenho no ano de 2016 continuou a ser fortemente condicionado pela reclassificação da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., e por algumas medidas constantes do ORAM 2016, idênticas a outras que vigoraram no decurso da vigência do Plano de Ajustamento Económico Financeiro (PAEF).



4. Governo da Sociedade

Nesta medida, as orientações do acionista colocaram o enfoque na redução dos custos operacionais da empresa, no cumprimento da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso e no cumprimento dos acordos de regularização de dívida celebrados para cumprimento dos compromissos da dívida comercial anterior a 31 de dezembro de 2013, que foram integralmente pagos em 2016.

Não obstante as medidas tomadas, importa não esquecer o cenário de contração económica que vivemos, embora com uma ligeira recuperação no consumo, quer público, quer privado, e com reflexos na movimentação de mercadorias nos portos da RAM, que se traduziram num acréscimo global de 5,45% comparativamente ao ano anterior.

A conjugação dos dois fatores acima referidos (quebra da receita/necessidade de corte de despesa), aliado ao serviço da dívida comercial, suportado com receitas próprias da APRAM, S.A. na celebração de acordos de regularização de dívidas, conduziu a um orçamento de forte contenção do investimento, cumprimento da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, como é do conhecimento do acionista.

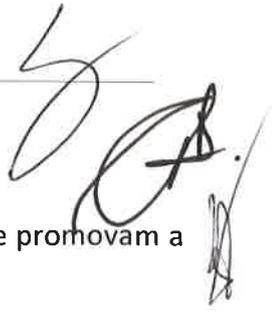
Neste contexto, estão definidos objetivos estratégicos, de cariz plurianual, a desenvolver com base nas seguintes premissas:

- Função de acionista e de tutela sectorial exercida pelo Governo Regional da Madeira, através da Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura;
- Gestão articulada com a tutela e com a Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública⁷, em termos de planeamento e de financiamento partilhado do investimento;
- Sustentabilidade da atividade com crescente ênfase na segurança marítimo-portuária e na qualidade;
- Eficiência económica na atividade e política de investimentos reprodutivos, orientados para o mercado.

Deste modo, as orientações de gestão para o sistema portuário regional são marcadas, do ponto de vista macro, por um posicionamento estratégico orientado para a concretização dos seguintes Objetivos Estratégicos:

- Reforçar a competitividade dos Portos da Madeira, relevando a sua centralidade atlântica, em especial no segmento do mercado de cruzeiros;
- Participar ativamente na promoção do desenvolvimento sustentado da região;

⁷ Esta gestão partilhada do investimento deve-se ao facto da APRAM, S.A. ser uma EPR, tratada como serviço e fundo autónomo.



4. Governo da Sociedade

- Assegurar as melhores práticas de atuação, que reforcem a segurança e promovam a proteção da propriedade e do ambiente;
- Promover o equilíbrio económico-financeiro da Administração dos Portos;
- Desenvolver uma gestão valorativa do capital humano.

4.3 Regulamentos externos e internos

A complexidade do enquadramento legal condiciona a atividade da empresa, aplicando-se regulamentação tão diversa quanto, e a título de exemplo, matérias relacionadas com segurança, ambiente, financiamento comunitário, contratação pública, seguros, regime do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira, do estatuto do gestor público da RAM, legislação laboral (desde o regime jurídico do trabalho portuário, CIT, contrato de trabalho em funções públicas), Regulamentos de Inscrição Marítima, concessões e licenciamentos.

Alguns regulamentos, pela sua relevância, podem ser consultados no sítio da APRAM, S.A. (www.portosdamadeira.com).

Indicam-se os principais regulamentos externos:

- Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1/07, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/M, de 23/08: transforma a Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira em APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. e aprova os respetivos estatutos;
- Decreto-Lei n.º 298/93, de 28/08, adaptado à RAM pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/94/M, de 22/9: estabelece o regime de operação portuária;
- Decreto-Lei n.º 324/94, de 30/12: estabelece as bases gerais das concessões do serviço público de movimentação de cargas em áreas portuárias;
- Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24/07: relativo à receção dos resíduos dos navios.
- Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27/07: integra a informação do Sistema VTS Português no sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego marítimo;
- Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2/03.
- Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15/11: transpõe para o direito nacional a Diretiva 2005/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26/10, e que aprova o Código ISPS, atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;



4. Governo da Sociedade

- Lei n.º 58/2005, de 29/12: aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE do Parlamento e do Conselho e estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas;
- Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05: estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos;
- Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5/08: estabelece o Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira;
- Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31/10: estabelece o Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental;
- Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso;
- Código da Contratação Pública;
- Orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Regulamentos Internos:

- Regulamento de Exploração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- Regulamento de Tarifas da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A e Regulamento de Tarifas de Atividades Dominiais, aprovado pela Portaria da Região Autónoma da Madeira n.º 46/2012, de 30/03, retificado pela Declaração de Retificação de 21/06/2012, e alterado pela Portaria n.º 141/2014, de 14/08;
- Regulamento de Tarifas de Atividades Dominiais a aplicar pela utilização de parcela do domínio público da RAM (Estado) afeto à APRAM - Administração de Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., localizada na Praça do Povo, aprovado pela Portaria n.º 269/2016, de 15/07;
- Regulamento que define as condições de utilização do espaço denominado Centro Náutico de São Lázaro, aprovado pela Portaria n.º 270/2016, de 15/07;
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Regulamento Interno de Prevenção e Controlo do Consumo Excessivo de Álcool;
- Regulamento para a Prestação de Serviço de Táxis no Porto do Funchal;
- Regulamento de circulação e estacionamento na zona portuária terrestre do Porto do Funchal sob jurisdição da APRAM, S.A.;
- Regulamento da Atribuição e o Uso de Fardamentos e Equipamento de Proteção Individual (EPI).



4. Governo da Sociedade

4.4 Identificação e Estrutura dos Órgãos Sociais

Identificação e estrutura dos órgãos sociais – triénio 2014-2016

Os órgãos sociais foram eleitos para o triénio 2014-2016 em Assembleia Geral de 10 de março de 2014.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho de Administração cessaram funções a 31 de dezembro de 2016, e apresentavam a seguinte composição:

- Mesa da Assembleia Geral:
 - Presidente: Dr. Paulo Duarte Rodrigues de Jesus;
 - Vogal: Dr.ª Priscila Maria Martins Candelária;
 - Secretário da Mesa: Dr.ª Sónia José Carvalho Olim Menezes, até abril de 2016⁸.
- Conselho de Administração:
 - Presidente: Dr.ª Alexandra Cristina Ferreira Mendonça;
 - Vogal executivo: Dr. Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus;
 - Vogal executiva: Dr.ª Maria de Fátima Pita Carvalho Correia.

Na estrutura de gestão do Conselho de Administração não existem comissões especializadas.

- **Fiscal Único:** CRC – Colaço, Rosa, Coelho & Associado, SROC, Lda.

4.5 Funções exercidas noutras empresas/representação

A Presidente do Conselho de Administração cessante desempenhava funções, não remuneradas, de:

- Vogal da direção da Associação de Promoção da Madeira;
- Vogal do Conselho Fiscal da APP-Associação dos Portos Portugueses;
- Representante da RAM no CCPTMP – Conselho consultivo para a proteção do transporte marítimo e dos portos;
- Representação da APRAM, S.A., no Centro de Coordenação Operacional Regional da Madeira/Serviço Regional de Proteção Civil;

⁸ A Dr.ª Sónia Menezes renunciou ao cargo em maio de 2016 em virtude de ter sido nomeada Técnica Especialista em regime de exclusividade pelo Despacho n.º 222/2016, de 18 de maio, da Secretaria Regional de Economia, Turismo e Cultura.



4. Governo da Sociedade

- Representante no CCOT – Conselho Consultivo do Observatório do Turismo e no Conselho Regional do Turismo;
- Representante efetiva da RAM no Observatório da Cabotagem Insular e na Comissão de Planeamento e Emergência do Transporte Marítimo;
- Representante da RAM no Conselho da Náutica de Recreio.

O Vogal do Conselho de Administração cessante, Marcos Teixeira de Jesus, desempenhava funções, não remuneradas, de:

- Representante Suplente da RAM no CCPTMP – Conselho consultivo para a proteção do transporte marítimo e dos portos;
- Representante da APRAM, S.A., no Centro de Coordenação Operacional Regional da Madeira/Serviço Regional de Proteção Civil;
- Representante da APRAM no Conselho Regional do Turismo;
- Representante suplente da APRAM no Conselho Regional de Proteção Civil;
- Representante suplente da RAM no Observatório da Cabotagem Insular e na Comissão de Planeamento e Emergência do Transporte Marítimo.

4.6 Áreas de Tutela e Síntese Curricular dos Membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração cessante não tinha áreas de tutela definidas.

- A Presidente do Conselho de Administração era substituída, nas suas faltas e impedimentos pelo Vogal Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus e, nas ausências deste, pela vogal Fátima Carvalho Correia;
- As competências específicas da Presidente do Conselho de Administração cessante eram as relativas à coordenação e orientação geral das atividades deste órgão e, em especial:
 - Convocar o Conselho de Administração, fixar a agenda de trabalhos e presidir às respetivas reuniões;
 - Representar o Conselho de Administração, em juízo e fora dele, sem prejuízo de outros representantes ou mandatários que puderem ser designados para o efeito.



4. Governo da Sociedade

- Sempre que circunstâncias excepcionais e urgentes o exigiam e, não sendo possível reunir o Conselho, a presidente podia praticar quaisquer atos da competência deste, mas tais atos ficavam sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática;
- O Conselho de Administração cessante podia delegar em algum ou alguns dos seus membros alguma ou algumas das suas competências, definindo em ata os limites e condições de tal delegação, conforme o disposto no artigo 11º. dos Estatutos da APRAM, S.A. sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais;

O Conselho de Administração cessante vinculava-se:

- Pela assinatura de dois membros do conselho de administração;
- Pela assinatura de um administrador quando haja delegação expressa do conselho para a prática de um determinado ato;
- Pela assinatura de mandatário constituído, no âmbito do correspondente mandato;
- Em assuntos de mero expediente, com a assinatura de um membro do conselho de administração.

Nos parágrafos seguintes é apresentada uma síntese dos elementos curriculares dos administradores cessantes supra identificados.

Presidente do Conselho de Administração

Alexandra Cristina Ferreira Mendonça

Formação Académica:

- Mini MBA Direito Marítimo, concluído em 2009;
- Curso Internacional de Política estratégica - Praticum de L'OMT - curso organizado pela Organização Mundial do Turismo, realizado em Madrid concluído em setembro 2004;
- Carta de Patrão de Alto Mar pelo (IPTM) Instituto Portuário de Transportes Marítimos, concluído em 1995;
- Curso de pós-graduação em Direito Fiscal e Introdução à Contabilidade pela ECLA - Lisboa, concluído em 1990;



4. Governo da Sociedade

- Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluída em 1989-01-13;
- “Diploma Superior de Estudos Franceses Modernos” da Alliance Française, concluído em 1983-06-30.

Atividade Profissional:

- Desde 21 de novembro de 2011 – Presidente do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. até 31 de dezembro de 2016;
- Desde 15 de agosto de 2008 a 20 de novembro de 2011 – Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- 2005-2008 - Comissão de serviço no cargo de Diretora de Serviços de Empreendimentos e Atividades Turísticas da Direção Regional do Turismo;
- 1999-2005 - Comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão de Atividades Turísticas da Direção Regional do Turismo;
- Ingresso no quadro de pessoal da Direção Regional de Turismo em novembro de 1991.

Outras experiências profissionais:

- Exercício de funções docentes da cadeira de legislação turística na Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira (2000-2002);
- Exercício de funções docentes da cadeira de legislação turística internacional no curso de Correios de Turismo, realizado pelo ISAL (1997-1999);
- Exercício de funções docentes da cadeira de direito do mar (1994);
- Exercício de funções docentes da disciplina de introdução à atividade económica no liceu Jaime Moniz (1992-1993);
- Estágio de advocacia na Ordem dos Advogados pelo Conselho Distrital de Lisboa (1990-1991).

Participação em Comissões/Grupos de Trabalho:

- Oradora em conferências no âmbito da atividade portuária, designadamente no Seminário Internacional sobre oportunidades do Turismo e do Mar "As cidades



4. Governo da Sociedade

portuárias e a relação porto-cidade" que se realizou na cidade de Setúbal, em setembro 2015;

- Oradora na conferência internacional Port Management 2010 - "Decision Makers Nacionais e Internacionais da Indústria Marítima e Portuária", que se realizou em Luanda, Angola, em julho 2010;
- Nomeada como representante da Secretaria Regional do Turismo e Cultura na comissão técnica de acompanhamento da elaboração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC);
- Nomeada como representante da Secretaria Regional do Turismo e Cultura na comissão de acompanhamento da Operação Integrada de Desenvolvimento do Porto Santo;
- Nomeada como representante da Secretaria Regional do Turismo e Cultura na comissão mista de coordenação do Plano de Ordenamento Turístico da RAM (POT);
- Nomeada como representante da Secretaria Regional do Turismo e Cultura no grupo de trabalho e coordenação para a instalação da nova Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira.

Vogal do Conselho de Administração

Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus

Formação Académica:

- Curso de pós-graduação em Gest@o.com do INDEG, Bussiness School do ISCTE - concluído em 2004;
- Curso de Fiscalidade Empresarial da Escola de Pós-Graduação em Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa - concluído em 1997;
- Curso de pós-graduação em Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, variante de economia - concluído em 1993;
- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - concluída em 1992.

Atividade Profissional:

- Nomeado Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Portos da Madeira, SA, desde 21/11/2011 até 31 de dezembro de 2016;



4. Governo da Sociedade

- Nomeado em comissão de serviço no cargo de Diretor de Serviços de Suporte e Divulgação da Direção Regional da Administração Pública e Local, em 01/03/2011.
- Nomeado em comissão de serviço no cargo de Diretor do Gabinete de Inovação Tecnológica na Administração Pública da Direção Regional da Administração Pública e Local, em 10/07/2001;
- Nomeado no cargo de Chefe da Divisão de Modernização Administrativa da Direção Regional da Administração Pública e Local, em 29/03/1999;
- Ingresso no quadro de pessoal da Direção Regional de Administração Pública e Local, a 13/06/1994, na categoria de consultor jurídico (atualmente mantém o vínculo à mesma Direção Regional, na categoria de técnico superior, posição remuneratória 9, nível 42).

Outras Experiências Profissionais:

- Nomeado como representante da Direção Regional da Administração Pública e Local no Painel de Especialistas no âmbito do Barómetro Regional da Qualidade, em novembro de 2006.
- Nomeado como representante da Direção Regional da Administração Pública e Local no grupo de trabalho que procedeu à recolha de medidas legislativas e regulamentares a tomar com vista à desburocratização de procedimentos (Operação Arrasar), pelo Despacho n.º 210/2005, de 14/12.
- Nomeado como representante da Direção Regional da Administração Pública e Local no grupo de trabalho que procedeu à compilação dos modelos de requerimentos e formulários utilizados no Governo Regional, pelo Despacho Conjunto n.º 10/2001, de 10/5.
- Nomeado como vogal da comissão instaladora da Loja do Cidadão da Madeira, pela Resolução n.º 1422/99, de 24/9.

Vogal do Conselho de Administração

Maria de Fátima Pita Carvalho Correia

Formação Académica:

- Pós-Graduação em Gestão Portuária e Transporte Intermodal, Instituto Superior de Transportes, 1995/1996;



4. Governo da Sociedade

- Pós-Graduação em Direito do Trabalho, Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, 2004/2005;
- Curso de Desenvolvimento de Competências de Gestão e Administração, Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo, 2011/2012;
- Pós-Graduação em Estudos Europeus, Variante de Economia, Centro de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1991/1995;
- 5.º ano de Língua Francesa, Alliance Française, 1989;
- Licenciatura pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas em Política Social, Universidade Técnica de Lisboa, 1981/1985.

Atividade Profissional:

- Desde 10 de março de 2014 – Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. até 31 de dezembro de 2016;
- De 2010/05/01 a 9 de março de 2014 - Diretora Administrativa e de Recursos Humanos na APRAM, S.A.;
- De 1 de Março de 2001 a 30 de abril de 2010 - Diretora de Recursos Humanos na APRAM, S.A.;
- De 1 de Novembro de 1997 a 28 de fevereiro de 2001 - Diretora Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos na Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, IP;
- De 1 de Setembro de 1991 a 31 de outubro de 1997 - Diretora de Recursos Humanos na Direção Regional de Portos;
- De 9 de Fevereiro de 1989 a 31 de agosto de 1991 - Técnica superior na Direção Regional de Portos;
- De 21 de Abril de 1986 a 8 de fevereiro de 1989 - Técnica superior no Gabinete de Estudos e Planeamento da ex-Secretaria Regional do Plano;
- De 1984 a 1985 – Estágio profissional na UBP – União de Bancos Portugueses.

Atividade Académica:

- Docente da disciplina de Geografia - Professora provisória, Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva, Funchal;
- Assistente convidada da cadeira de “Gestão de recursos humanos”, Universidade Católica Portuguesa.

Participação em Comissões/Grupos de Trabalho:

APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.
CONTRIBUINTE N.º 511 137 753 • CONS. REG. COM. FUNCHAL N.º 7373
Gare Marítima da Madeira, Molhe da Pontinha, Porto do Funchal • 9004-518 FUNCHAL - PORTUGAL
TEL: 351 291 20 86 00 • FAX: 351 -291 - 22 01 96
portosdamadeira@apram.pt • www.apram.pt



4. Governo da Sociedade

- Foi membro de vários júris de concursos, no âmbito da legislação referente aos mercados públicos;
- Integrou grupos de trabalho para a elaboração de propostas de diplomas de adaptação de legislação ao sector portuário da RAM;
- Coordenou o projeto de implementação do software SAP de apoio à gestão portuária e à gestão económico-financeira;
- Foi responsável na DRP pela implementação das normas e procedimentos referentes à nomenclatura combinada dos transportes marítimos, na sequência da harmonização estatística introduzida pela Diretiva Comunitária para o sector portuário;
- Coordenou, por parte da DRP, os projetos de “Auditoria informática e elaboração do Plano Diretor de Informática” e “Auditoria de gestão da Direção Regional de Portos”.
- Colaborou na elaboração dos diplomas que transformaram a Direção Regional em Instituto Público e posteriormente, em Sociedade Anónima;
- Colaborou, na qualidade de representante regional, na elaboração da proposta do Decreto-Lei de racionalização de efetivos no sector portuário (reforma antecipada);
- Coordenou o grupo de trabalho que procedeu à adaptação à RAM de várias legislações do sector portuário, com relevância para o Estatuto do Pessoal da Direção Regional de Portos.

Trabalhos elaborados:

- “Evolução do Movimento de Cruzeiros do Porto do Funchal na última década, 1998, Secretaria Regional de Economia e Cooperação Externa;
- “A Política Comunitária Marítima – a sua importância na política comum de transportes e mercado comum”, 1995, dissertação no âmbito da Pós-graduação em Gestão portuária e transporte intermodal, Centro de Documentação do ISP;
- “Evolução e caracterização das embarcações registadas no Registo de Internacional de Navios da Madeira”, 1996, Centro de Documentação do ISP;
- “Clima Organizacional – um estudo prático”, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1985.

4.7 Reuniões do Conselho de Administração e decisões mais relevantes

O número de reuniões do Conselho de Administração no exercício de 2016 foi de 62.

4. Governo da Sociedade

Destacamos as seguintes deliberações tomadas no ano de 2016:

Governo da Sociedade:

- Aprovação do relatório de gestão e contas referente ao exercício do ano económico de 2015 e sua submissão à Assembleia Geral;
- Aprovação da alteração ao Plano de Atividades e Orçamento de Exploração e de Investimentos da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. e à primeira alteração ao Plano de Atividades e Orçamento para o exercício do ano 2016 da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. e submissão para a aprovação da Assembleia Geral;
- Celebração de um Acordo de Empresa com o SNTAP - Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias e delegação de poderes para a outorga do mesmo por parte da APRAM, S.A.;
- Autorização para o gozo de tolerâncias de ponto, nos mesmos termos que foram concedidas pelo Governo Regional aos demais trabalhadores;
- Criação do centro de custos e centro de receita CNSL – Centro Náutico de São Lázaro na sequência da criação desta unidade orgânica;
- Autorização para proceder à mudança de registo dos rebocadores de Alto Mar FN-857-RA “Cte Passos Gouveia”, FN-858-RA “Ponta do Pargo”, FN-7-RL “Boqueirão” para rebocadores costeiros, bem como mandar o Diretor de Gestão de Recursos Ambiente e Segurança Eng. José Manuel Diniz Orge para desencadear todos os procedimentos necessários para a referida mudança de registo;
- Definição dos critérios, regras e restrições aplicáveis ao estacionamento de viaturas e outros veículos na doca de estacionamento construída na Avenida Sá Carneiro, em área de jurisdição da APRAM, SA;
- Submissão à apreciação da tutela da Proposta de Orçamento da APRAM, S.A. para o ano de 2017, elaborado nos termos da Circular n.º 3/2016/ORÇ.;
- Mensagem de cessação de funções dos membros do Conselho de Administração.

Representação em comissões:

- Nomeação do Eng. Carlos Manuel Henriques Camacho Representante da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., para integrar a Comissão Consultiva (CC-Madeira) do Plano de Situação na Zona do Espaço Marítimo Adjacente ao Arquipélago da Madeira.



4. Governo da Sociedade

Execução do orçamento/Acordos de Regularização de Dívida:

- Alterações orçamentais (13), sendo 9 delas com reforço na receita devido à receção de créditos especiais;
- Autorização do pagamento da “Prestação de Serviços Relativo à Limpeza das Instalações da Gare Marítima da Madeira à Empresa ISS FACILITY SERVICES - Gestão e Manutenção de Edifícios, Lda.”;
- Autorização para a celebração da 2.ª Adenda ao ARD – Acordo de Regularização de Dívida celebrado com a Somague Engenharia, S.A., ficando pago na íntegra o ARD;
- Autorização para Adjudicar o “Fornecimento de um Serviço de Envio e Arquivo de Fatura Eletrónica com as empresas do «Grupo Sousa, SGPS»”;
- Autorização para Considerar o Período de 24 horas para faturação na estadia do navio AIDA Cara na Escala ao Porto do Funchal - dia 26 de setembro de 2016;
- Autorização para Isentar a Taxa de Fundeadouro do Navio “ROAZ”;
- Autorização para isentar a TUP/Carga das Viaturas para o Rali Vinho Madeira/2016;
- Autorização para Redução em 50% da Taxa Aplicável pela Descarga de Areia Amarela no Porto do Caniçal;
- Isenção TUP/Navio Acostagem Embarcação BUTEO, na Nova Marina do Funchal;
- Pagamento de indemnização à embarcação P. PAIXAO e dos danos ocorridos em área portuária na viatura com a matrícula 00-04-82, por serem de montante inferior à franquia;
- Aprovação da regularização de situações pendentes com o Município de Machico na sequência dos trabalhos de recuperação do porto de recreio de Machico, destruído na sequência dos temporais de 2010;
- Cancelamento da garantia bancária emitida a João Silvério Pires, Ld.ª para o exercício de atividade de agente de navegação;
- Autorização de pagamento à Securitas Serviços e Tecnologias de Segurança S.A. no âmbito do contrato de “Prestação de serviços de vigilância e segurança no porto do Funchal e no porto do Caniçal”;
- Autorização para Proceder à Libertação de Garantias Bancárias desde que a informação dos técnicos fosse nesse sentido.

4. Governo da Sociedade



Participação da APRAM, S.A. em feiras/organizações do setor:

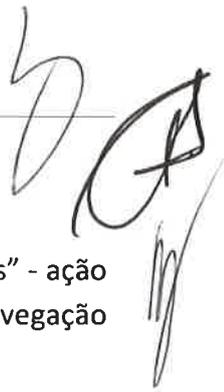
- Autorização para a participação na feira de cruzeiros “Seatrade Cruise Global 2016”, Fort Lauderdale, Estados Unidos da América;
- Autorização para a participação na “Ocean Business Week”, em Lisboa, 2016;
- Autorização para a participação na Seatrade Cruise Med 2016;
- Autorização para patrocinar o IX Congresso da AGEPOR, na qualidade de “Patrocinador Leme” e para participação no referido evento;
- Aprovação da participação e representação da APRAM, S.A. assegurada pela Dra. Alexandra Cristina Ferreira Mendonça, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração na 48.ª Assembleia-geral da MEDCRUISE/Odessa;
- Autorização para a deslocação a Madrid para participação no International Cruise Summit 2016;
- Autorização para deslocação a Madrid - Reunião preparatória do Projeto Picasso.

Atividades filantrópicas/responsabilidade social da APRAM, S.A.:

- Autorização para isenção da TUP/carga para o desembarque do contentor com material diverso destinado à BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa;
- Autorização para isenção da TUP/Carga de uma viatura destinada à Associação de Deficientes – Delegação da Madeira;

Contencioso/Estudos:

- Autorização para proceder ao convite à Sociedade Fontes Neves & Associados, Sociedade de Advogados, RL, para apresentação de proposta no âmbito do ajuste direto para a celebração de contrato referente ao processo de Impugnação judicial da Madmar – Movimentação e comercialização de inertes, Ld.ª.;
- Autorização para cobrança coerciva das dívidas de diversos clientes da APRAM, S.A.;
- Adjudicação à Sérvulo & Associados - Sociedade de Advogados, RL, da “Aquisição de Serviços Jurídicos” no âmbito do contencioso que opõe a APRAM à CLCM- Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. nos processos de impugnação e de oposição à execução fiscal;



4. Governo da Sociedade

- Adjudicação ao Dr. David Gomes Nunes da “Aquisição de Serviços Jurídicos” - ação administrativa comum, interposta pela sociedade Empresa de Navegação Madeirense, Lda.;
- Autorização para a contratação do Dr. David Gomes Nunes - Interposição na Comarca da Madeira - Funchal - Instância Central - Secção Trabalho, de vários processos comuns (Processos n.ºs 5829/15.2T8FNC; 5831/15.4T8FNC e 5854/15.3T8FNC), todos interpostos contra a APRAM, S.A. por trabalhadores da sociedade Trinta e Três Barra Dezasseis - Assistência Náutica, S.A.;
- Autorização para Convidar o Dr. David Gomes Nunes, a Apresentar Proposta no Âmbito do Procedimento por Ajuste Direto Adotado para a Celebração do Contrato Relativo à “Aquisição de Serviços Jurídicos” o qual tem por objeto a assessoria jurídica à APRAM, S.A., a realizar no âmbito da Ação Administrativa Comum, interposta pela Empresa de Navegação Madeirense, Lda.;
- Lançamento de procedimento por ajuste direto à Sociedade Fontes Neves & Associados, Sociedade de Advogados, RL, destinado à “Aquisição de Serviços Jurídicos”, para elaboração de pareceres jurídicos relativos às relações contratuais e administrativas estabelecidas entre a APRAM, S.A. e a Associação Marina Funchal, e ao estudo de sobre a nova operação portuária;
- Convite consulta e adjudicação da “Prestação de Serviços de Elaboração do Estudo de Enquadramento Jurídico para a Exploração do Porto do Caniçal” à empresa EGIS PORTS;
- Convite consulta e adjudicação da “Prestação de Serviços de Elaboração do Estudo de Viabilidade do Estaleiro Naval do Caniçal” à empresa SCMA - Sociedade de Consultores Marítimos, Lda.

Recursos humanos:

- Aplicação do disposto no despacho conjunto da Ministra do Mar e do Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, de 31 de maio de 2016, adaptado à RAM pelo despacho conjunto n.º 123/2016, de 9 de novembro, de Suas Excelências os Secretários Regionais das Finanças e da Administração Pública e da Economia, Turismo e Cultura, de 9 de novembro de 2016;
- Atribuição do regime de isenção de horário de trabalho a 3 trabalhadores;
- Atribuição do subsídio de turno a um trabalhador afeto ao CNSL;



4. Governo da Sociedade

- Autorização para mudança de carreira dos trabalhadores José António Gouveia Pestana, Fernando José Fernandes Ferreira e Marco Aurélio Paiva da Silva, à carreira de Agente de Exploração;
- Autorização para celebrar acordo de cedência de interesse público com o Assistente Técnico Rui Rafael dos Santos Costa, o Técnico Superior Nélio Gouveia Sousa e o Técnico Superior Nuno Davide Gomes Jesus;
- Autorização para atribuir transitoriamente e pelo período que durar a ausência do chefe do serviço de pilotagem, as funções de chefia do serviço de pilotagem ao Piloto Joaquim José Martins Abreu;
- Cessaçãõ da comissão de serviço da Chefia do Serviço de Pilotagem, atribuída ao piloto Francisco Manuel Moio Pessoa e nomeaçãõ do piloto Joaquim José Martins Abreu;
- Deferimento dos requerimentos apresentados pelo Dr. Miguel Ângelo Gonçalves Faria, Diretor Financeiro, Chefia nível I e Dr. Romano Jorge Câmara Caldeira, Chefe do Serviço do Porto do Caniçal, Chefia nível III, para a opção pelo vencimento de origem;
- Homologaçãõ da avaliaçãõ do desempenho do pessoal da APRAM, S.A.;
- Reconversãõ dos marinheiros Antõnio Luís Rodrigues Vieira e Rui Silvestre Gomes Aguiar e do operário qualificado à carreira de mestre de tráfego local;
- Instauraçãõ de procedimento disciplinar a 2 trabalhadores da APRAM, nomeaçãõ de instrutor do processo e decisãõ da pena;
- Autorizaçãõ para acumulaçãõ de funções privadas;
- Autorizaçãõ para a contrataçãõ de um piloto em regime de contrato individual de trabalho, para substituiçãõ de outro piloto que solicitou a rescisãõ de contrato de trabalho;
- Autorizaçãõ para a contrataçãõ a termo certo de curta duraçãõ de pilotos, para suprir a ausência por doençã de piloto do quadro da APRAM.

Regulamento tarifário:

- Aprovaçãõ do tarifário a aplicar na nova marina a leste do cais da cidade: tarifário aplicável às embarcações marítimo-turísticas e de passantes da náutica de recreio;
- Aprovaçãõ, transitoriamente e até à existênciã de um regulamento da nova Marina a leste do cais da cidade, uma alteraçãõ ao artigo 14.º do Regulamento de Tarifas



4. Governo da Sociedade

da APRAM, S.A., aprovado pela portaria 46/2012, de 30/3, com a adenda de um número 10 ao referido artigo, de modo a contemplar um tarifário provisório para a referida Marina, aplicável às embarcações marítimo-turísticas e embarcações de recreio passantes;

- Autorização para Introdução de uma Clarificação ao art.º 8.º do Regulamento da Marina do Porto Santo - Regime Excecional de Duração das Estadias na Marina do Porto Santo no Período de julho a setembro.

Concursos para aquisição de bens e serviços/Adjudicações:

- “Ajuste direto adotado para a celebração do contrato de empreitada relativo à substituição de 5 cabeços de amarração no terminal de inertes do Porto Novo” – aprovação da lista de erros e omissões;
- Abertura de “Concurso Público para Celebração de Contrato de Prestação de Serviços para Elaboração de Estudos Prévios e Projetos de Execução das Empreitadas a Executar pela APRAM, S.A.”;
- Adjudicação “Concurso público para execução da empreitada de diversas reparações no Porto do Funchal”,
- Adjudicação a Duarte Caldeira e Silva, Lda. a prestação de serviços relativos à elaboração do projeto de execução e peças processuais da empreitada de reparação/reabilitação da cobertura da marina do Funchal;
- Adjudicação à EDIMADE - Edificadora da Madeira, S.A. da empreitada relativa à execução de diversos trabalhos de reparação no porto de abrigo do Porto Santo;
- Adjudicação à empresa Atlanticland Consulting, Lda., a Execução da Prestação de Serviços no Âmbito de “Levantamento Hidrográfico dos Fundos no Porto do Funchal e Levantamento Topográfico da Área de Jurisdição da APRAM, S.A., no Porto do Funchal”;
- Adjudicação à empresa DRULOFER - Sociedade de Equipamentos da Madeira S.A., no âmbito do ajuste direto Simplificado a “Reparação do Sistema AVAC (ar condicionado) - Porto do Caniçal”;
- Autorização para ajuste direto simplificado “Prestação de serviços de realização das provas de carga e respetiva certificação de 2 (duas) pranchas de alumínio e 2 (dois) portalós utilizados no desembarque e embarque de passageiros no Porto do Funchal”;
- Adjudicação à empresa DRULOFER - Sociedade de Equipamentos da Madeira S.A., a prestação de serviços no Âmbito do Ajuste Direto Simplificado para a “Reparação de Sistema de VRV - Porto do Caniçal”;

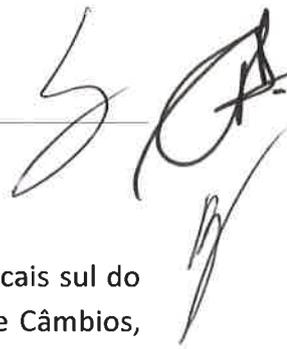
4. Governo da Sociedade

- Adjudicação à empresa Electro Flow, Automação e Manutenção Industrial, Lda., a Prestação de Serviços no Âmbito do Ajuste Direto Simplificado para a “Montagem e Fornecimento de Quadros Elétricos para a Manga - Porto do Funchal”;
- Adjudicação à empresa Espaço e Desenvolvimento Madeira - Estudos e Projetos Lda., da Prestação de Serviço de Apoio na Preparação dos Relatórios Finais dos projetos: “Requalificação e Consolidação da Zona Acostável Norte do Porto do Funchal (POVT-14-0158-FCOES-000006)” e “Infraestruturas do Porto do Porto Santo (POVT-05-01-0158-FCOES-000002)”;
- Adjudicação à empresa FARPROTEC - Comércio de Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual, Lda. a Prestação de Serviços no Âmbito do “Convite à apresentação de proposta no âmbito do ajuste direto adotado para a celebração de contrato de fornecimento de fardamentos e equipamentos para os colaboradores da APRAM, S.A.”;
- Adjudicação à empresa IDIOMÓMANIA, Unipessoal, Lda. a “Empreitada de Construção de pavimento no passeio sul da Avenida Sá Carneiro”;
- Adjudicação à empresa LENA - Engenharia e Construções, S.A., Ajuste Direto Simplificado para “Reparações Diversas na Gare Marítima da Madeira - Porto do Funchal”;
- Adjudicação à empresa MCComputadores no Âmbito do Ajuste Direto Simplificado o “Fornecimento de um Equipamento Informático - 1 Computador”;
- Adjudicação à empresa MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. a Aquisição de Serviços no Âmbito do Ajuste Direto Simplificado “Licenciamento Microsoft Office 365 Empresas”;
- Adjudicação à empresa Pinto & Cruz - Instalações e Manutenção, S.A., a Prestação de Serviços no Âmbito do Ajuste Direto Simplificado para o “Fornecimento, Substituição e Parametrização do Driver do Chiller - Porto do Funchal”;
- Adjudicação à empresa SIMETRIFLOOR, Lda., da “Empreitada de Aplicação de Pavimentos Vinílicos na Gare Marítima da Madeira”;
- Adjudicação à empresa SOMAGUE - Engenharia, S.A a empreitada para “Construção de Estrutura de Betão Armado, para a Colocação de Mastro para Bandeira”;
- Adjudicação à Empresa TECNOVIA MADEIRA - Sociedade de Empreitadas, S.A. a Empreitada no Âmbito do “Concurso Público para a Execução da Empreitada de Construção de Doca de Estacionamentos na Avenida Sá Carneiro”;



4. Governo da Sociedade

- Adjudicação à empresa TOPOMADEIRA, Lda., a Prestação de Serviço denominada “Levantamento Topográfico do Porto do Porto Santo”;
- Adjudicação à empresa TRAÇOS DO CAMPO, Lda. do fornecimento e plantação de malvas nas floreiras das zonas envolventes da Gare Marítima da Madeira e da marina do Funchal e da prestação de serviços de manutenção das floreiras localizadas na Gare Marítima da Madeira, do jardim da Rotunda Sá Carneiro e do jardim da Rotunda Harvey Foster;
- Adjudicação à empresa VITOR HUGO - Coordenação e Gestão de Projectos, S.A. o “Concurso Público para Prestação de Serviços para Elaboração dos Estudos Prévios, Projetos de Execução e Peças Processuais das Empreitadas a Executar pela APRAM, S.A., no Porto do Funchal, Cais de Machico, Porto do Caniçal e Porto do Porto Santo”;
- Adjudicação ao IMAR das Campanhas de Seguimento - monitorização Ecologia Marinha– Fase de Exploração 2016/2018;
- Adjudicação da “Prestação de Serviços de Elaboração do Estudo de Viabilidade do Estaleiro Naval do Caniçal”;
- Adjudicação da “Prestação de serviços de elaboração do estudo de enquadramento jurídico para a exploração do porto do Caniçal”;
- Adjudicação da centralização de comunicações de voz e de dados da APRAM, S.A.;
- Adjudicação da prestação de serviço de fornecimento e montagem de portões e vedações na zona adjacente ao museu CR7, localizado no terminal norte do porto do Funchal;
- Adjudicação da prestação de serviço de fornecimento e montagem de portões e vedações na zona adjacente ao museu CR7, localizado no terminal norte do porto do Funchal;
- Adjudicação da prestação de serviço denominada “Levantamento Topográfico do Porto do Porto Santo” à Empresa Topomadeira, Lda.;
- Adjudicação da Prestação de Serviços no âmbito do “Levantamento Hidrográfico da Bacia Junto à Lota no Porto do Funchal”;
- Adjudicação da prestação de serviços no âmbito do denominado “Concurso Público para a Prestação de Serviços de Limpeza das Instalações da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., no porto do Funchal”;



4. Governo da Sociedade

- Adjudicação da proposta de publicidade a ser afixada no muro cortina do cais sul do porto do Funchal à empresa Munditransfers - Instituição de Pagamentos e Câmbios, Lda.;
- Adjudicação da Proposta no âmbito do “Convite do Ajuste Direto para o Fornecimento de Óleos para o Rebocador «Cte. Passos de Gouveia»”;
- Adjudicação de 4 anemómetros à 5 Cores - Soluções Globais, Lda.;
- Adjudicação de 5 Cabeços de amarração para o porto do Porto Novo à Máxima Dinâmica;
- Adjudicação de controle de pragas nos rebocadores, instalações e infraestruturas da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.” à empresa ANTICIMEX, Lda.;
- Adjudicação do “Concurso Público para a Execução da Empreitada de Diversas Reparações no Porto do Caniçal”;
- Adjudicação do “Convite à Apresentação de Proposta no Âmbito de Ajuste Direto para a Celebração do Contrato de Empreitada de Reparações nas Lojas dos Edifícios das Autoridades do Porto do Caniçal e outros Elementos Danificados nas Instalações Portuárias”;
- Adjudicação do “Convite à Apresentação de Proposta no Âmbito do Ajuste Direto para o Fornecimento de Óleos para as Embarcações da APRAM, S.A.”;
- Adjudicação do “Convite à apresentação de proposta no âmbito do ajuste direto adotado para o fornecimento e reparação do sistema de equipamentos da marina do Porto do Porto Santo”;
- Adjudicação do “Convite à apresentação de proposta no âmbito do ajuste direto para a prestação de serviços de elaboração dos projetos de execução e suas peças processuais para a empreitada de execução de quiosques de apoio às embarcações marítimo-turísticas na Marina do Funchal”;
- Adjudicação do “Convite à Apresentação de Proposta no Âmbito do Ajuste Direto para o Fornecimento de Óleos para as Embarcações da APRAM, S.A.”;
- Adjudicação do “Convite à apresentação de proposta no âmbito do ajuste direto adotado para o fornecimento e reparação do sistema de equipamentos da marina do Porto do Porto Santo”;
- Adjudicação do “Convite à apresentação de proposta no âmbito do ajuste direto para a prestação de serviços de elaboração dos projetos de execução e suas peças

4. Governo da Sociedade

processuais para a empreitada de execução de quiosques de apoio às embarcações marítimo-turísticas na Marina do Funchal”;

- Adjudicação do “Convite à Apresentação de Proposta no Âmbito do Ajuste Direto para o Fornecimento de Óleos para as Embarcações da APRAM, S.A.”;
- Adjudicação do “Convite à apresentação de proposta no âmbito do ajuste direto adotado para o fornecimento e reparação do sistema de equipamentos da marina do Porto do Porto Santo”;
- Adjudicação do Lote n.º 9 no Âmbito do Ajuste Direto Adotado para a Aquisição de Material para as Embarcações da APRAM, S.A.”;
- Adjudicação do Projeto de Redefinição da entrada da Marina do Funchal;
- Adjudicação no âmbito do ajuste direto para a “Aquisição de material para as embarcações da APRAM, S.A.”;
- Adjudicação no Âmbito do Procedimento por Ajuste Direto Adotado para a Celebração do Contrato para o “Desassoreamento da Zona da Lota no Porto do Funchal”;
- Adjudicação o “Concurso Público para Execução da Empreitada de Diversas Reparações no Porto do Funchal”;
- Autorização para a Celebração do Contrato com a Empresa SERLIMA Clean – Serviços de Limpeza, S.A., adjudicatária do “Concurso Público para Prestação de Serviços de Limpeza das Instalações da APRAM, S. A.”;
- Autorização para a Celebração do Contrato - “Convite à Apresentação de Proposta no Âmbito do Ajuste Direto Adotado para a Celebração do Contrato de Prestação de Serviços Relativo à Reparação do Schottel de BB do Rebocador «Cte Passos de Gouveia»”;
- Autorização para a celebração do contrato com a empresa à ANTICIMEX, Lda. referente ao “Concurso público para prestação de serviços do controle de pragas nos rebocadores, instalações e infraestruturas da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.”;
- Autorização para a adjudicação à empresa DRULOFER - Sociedade de Equipamentos da Madeira S.A. no Âmbito do Ajuste Direto Simplificado a Prestação de Serviços de “Reparação das Estruturas de Fixação das Antenas VHF - Porto do Funchal”;
- Autorização para a adjudicação à empresa DRULOFER - Sociedade de Equipamentos da Madeira S.A. no âmbito do Ajuste Direto Simplificado a “Reparação do Quadro Elétrico



4. Governo da Sociedade

da Sala de Pilotagem e Substituição de Sensor de Detecção de Incêndios/Fumos do Porto do Caniçal”;

- Autorização para a adjudicação à empresa DRULOFER - Sociedade de Equipamentos da Madeira S.A. no Âmbito do Ajuste Direto Simplificado “Reparação das Estruturas de Fixação das Antenas VHF do Porto do Caniçal”;
- Autorização para a adjudicação à Empresa José Avelino Pinto - Construção e Engenharia, S.A., a Empreitada no Âmbito do “Concurso Público para a Execução da Empreitada de Diversas Reparações no Terminal de Inertes do Porto Novo”;
- Autorização para a adjudicação à Empresa TSM, Lda. a Prestação de Serviços no Âmbito do Ajuste Direto Simplificado para a “Remoção de 2 antiferes de 5 toneladas da nova marina do Porto do Funchal”;
- Autorização para a adjudicação do “Fornecimento de um Serviço de Envio e Arquivo de Fatura Eletrónica com as empresas do «Grupo Sousa, SGPS»”;
- Autorização para a adjudicação do Procedimento de controlo de pragas por Ajuste Direto Simplificado à Empresa - Extermínio - Higiene e Controlo, Lda.;
- Autorização para o ajuste direto simplificado “Prestação de serviços de realização das provas de carga e respetiva certificação de 2 (duas) pranchas de alumínio e 2 (dois) portalós utilizados no desembarque e embarque de passageiros no Porto do Funchal”;
- Autorização para aprovação da Minuta do Aditamento ao Contrato relativo à Prestação de Serviços de “Docagem dos Rebocadores “Boqueirão” e “Ponta do Pargo”;
- Autorização para celebração do Contrato no Âmbito do “Concurso Público para a Execução de Empreitada de Diversas Reparações no Porto do Caniçal”;
- Autorização para proceder à Adjudicação da Prestação de Serviços no Âmbito do “Convite à Apresentação de Proposta para o Fornecimento e Plantação de Flores nas Áreas Verdes do Porto do Funchal e Fornecimento e Montagem do Respetivo Sistema de Rega”;
- Autorização para a adjudicação e Celebração do Contrato - “Concurso público para a execução da empreitada de diversas reparações no terminal de inertes do Porto Novo”;
- Autorização para a adjudicação e Celebração do Contrato no Âmbito do “Concurso Público para a Execução da Empreitada de Construção de Doca de Estacionamentos na Avenida Sá Carneiro”;



4. Governo da Sociedade

- Autorização para proceder ao “Convite à Apresentação de Proposta no Âmbito do Ajuste Direto Adotado para o Fornecimento e Reparação do Sistema de Equipamentos da Marina do Porto do Porto Santo”;
- Autorização para proceder ao Ajuste Direto Simplificado - “Substituição do Sistema de Fixação de Para-raios e Trabalhos Complementares - Porto do Funchal”;
- Autorização para proceder ao Ajuste Direto Simplificado “Reparação da fibra ótica entre a portaria e o edifício da pilotagem - Porto do Caniçal”;
- Autorização para proceder ao Ajuste Direto Simplificado “Serviço Especializado de Assistência Técnica Software e Reparação de Antena Radar - Porto do Caniçal”;
- Autorização para proceder ao Ajuste Direto Simplificado para “Desmontagem e Montagem de Tanque de Rega - Centro Náutico de São Lazaro - Porto do Funchal”;
- Autorização para proceder ao Convite à Apresentação de Proposta no Âmbito do Ajuste Direto para a Celebração de Contrato de Empreitada de Reparações nas lojas dos edifícios das autoridades do Porto do Caniçal e outros elementos danificados nas instalações portuárias;
- Autorização para proceder ao Convite à Apresentação de Proposta no Âmbito do Ajuste Direto para a Prestação de Serviços de “Elaboração dos Projetos de Execução e suas Peças Processuais para a Empreitada de Execução de Quiosques de Apoio às Embarcações Marítimo-turísticas na nova Marina do Funchal”;
- Autorização para proceder ao Convite ao IMAR - Instituto do Mar, Pólo da Madeira - Estação de Biologia Marinha do Funchal, a Apresentar Proposta no Âmbito do Procedimento por Ajuste Direto Adotado para a Celebração do Contrato de Prestação de Serviços de Monitorização Ambiental - descritor ecologia marinha - tal como descrito na DIA e EIA;
- Autorização para proceder ao Convite/Ajuste Direto com Consulta à BP Portugal, S.A - Comércio de Combustíveis Lubrificantes S.A., Repsol Portuguesa, S.A., e Petróleos de Portugal - Petrogal S.A., para Aquisição de Combustíveis Rodoviários no Âmbito do Acordo Quadro de Combustíveis Rodoviários (AQ - CR - 2012), Lotes 4 e 8, celebrado pela ESPAP, para as Viaturas, Máquinas e Embarcações Propriedade da APRAM, S.A.;

Licenciamento de atividades:

- Alteração à licença n.º 37/2016/ZAL, emitida à Logislink – Terminal de Logística, Lda., n.º 31/2015/P.F., emitida à Land & Sea, Onthemoove, Lda. e n.º 1/2012/P.S. emitida a favor da Rhea Dive, Lda.;



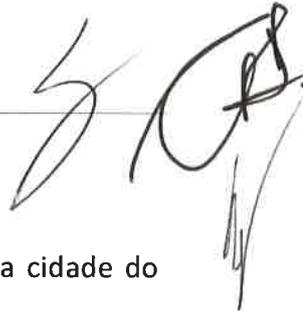
4. Governo da Sociedade

- Alteração de cláusulas do alvará de licença n.º 2014/EEM & BFS, de 9 de junho de 2014;
- Aprovação das minutas das licenças a atribuir à Aquilha – Aquacultura, Lda. e à Logislink – Terminal de Logística, Lda., bem como a delegação de poderes para outorga das mesmas;
- Aprovação das minutas das licenças a atribuir à sociedade M & J Pestana – Sociedade de Turismo da Madeira, S.A., e à sociedade Fidélio Figueira - Unipessoal, Lda., e delegação de poderes para outorga da mesma;
- Adjudicação e Assinatura de Contrato no âmbito do concurso público para atribuição de diversos espaços na área de jurisdição da APRAM, SA, nomeadamente:
 - Lote 3 – City Bubbles;
 - Lote 5 – Raúl Alves, Lda.;
 - Lotes 6 e 7 – Unicâmbio - Instituição de pagamento, S.A.;
- Atribuição de Licença de ocupação dominial à MEO/PT na Marina do Funchal;
- Atribuição de licença de utilização de loja do Edifício das Autoridades no porto do Caniçal à TSM;
- Autorização à empresa “Pizza Hut” para a realização de publicidade na Gare Marítima da Madeira;
- Autorização temporária a José Francisco de Vasconcelos para venda de pipocas e algodão doce - Festival do Atlântico;
- Autorização temporária para ocupação de uma parcela de terreno localizada junto ao cais de pesca, no porto do Caniçal, para montagem de barraca durante as festas do Caniçal;
- Autorização à Sociedade Abreu Gouveia & Gouveia Similares Hotelaria, Lda., para Ocupação de uma Parcela de Terreno Localizada no Passeio a Sul da Avenida Sá Carneiro (em frente ao estabelecimento comercial denominado de “Sete Mares”) para a instalação de uma esplanada;
- Autorização à TECNOVIA Madeira, Sociedade de Empreitadas, S.A. para a Ocupação de uma Parcela de Terreno Localizada na Plataforma n.º 2 da Zona de Apoio Logístico do Porto Novo (ZAL);
- Autorização ao Automóvel Clube de Santa Cruz para Ocupação/Utilização de Espaço na ZAL - Porto Novo;



4. Governo da Sociedade

- Adjudicação da “Concessão de uso privativo de uma parcela dominial localizada à entrada do porto do funchal destinada à reabilitação e exploração de um edifício para as atividades de prestação de serviços, animação turística e promoção turística”, ao Concorrente n.º 1 - Gonçalo Barros;
- Abertura de concurso público com vista à exploração dos WC existentes junto ao cais 8;
- Autorização para a atribuição da “Licença precária de ocupação e utilização de loja n.º 3 na marina do Funchal destinada à venda de bilhetes para passeios turísticos, restauração, bebidas e similares de hotelaria, bem como venda de merchandising”, ao Concorrente n.º 5 - Eduardo Jorge Afonso Gonçalves de Gouveia Baptista;
- Autorização para a Prorrogação da Licença Lojas 7 e 8 da Marina do Funchal – Mastersecret – Unipessoal, Lda.;
- Autorização para a redução do número de Mupis requerido pela Netcriações - Publicidade e Internet, Lda.;
- Autorização para a utilização da Praça do Povo – cais 8 para a exposição de carros antigos, solicitada pela Associação the Classic Motor Exhibition;
- Autorização para Atribuição da “Licença precária de ocupação e utilização de loja n.º 16 na marina do Funchal destinada à venda de bilhetes para passeios turísticos, restauração, bebidas e similares de hotelaria, bem como venda de merchandising”, ao Concorrente n.º 3 - João Pedro de Faria e Castro Teixeira;
- Autorização para colocação de publicidade no muro de cortina do cais sul do porto do Funchal - Vedonline - Construção e Trading, Unipessoal, Lda.;
- Autorização para Ocupação da Praça do Povo - Grupo Folclórico Monte Verde;
- Autorização para Ocupação do Cais Norte do Porto do Funchal para ser utilizado como Parque de Assistências da 57.ª Edição do Rali Vinho Madeira de 4 a 6 de agosto de 2016;
- Autorização/Licença a Alice Paula dos Santos Sousa para Montagem de uma Barraca para Venda Ambulante de Comidas e Bebidas Durante as Festas junto ao Cais de Pesca, no Porto do Caniçal;
- Emissão de Licença de Ocupação Dominial à sociedade M & J Pestana – Sociedade de Turismo da Madeira, S.A. para instalação de um tanque de gás no passeio na Avenida Sá Carneiro;
- Emissão de licença de ocupação parcial da plataforma n.º 4 na ZAL a favor da sociedade Reboques Avelino, Lda.;



4. Governo da Sociedade

- Emissão de Licença temporária para venda de castanhas junto ao cais da cidade do Funchal a favor de Paulo Alexandre Rodrigues;
- Emissão de Licença temporária para venda de castanhas na Praça do Povo a favor de José Francisco Vasconcelos;
- Emissão de Licenças para utilização dos Hangares no CNSL – Centro Náutico de São Lázaro a Diversos Clubes/Instituições;
- Emissão de Licenças Precárias de Ocupação Dominial para a Doca de Estacionamento construída na Avenida Sá Carneiro, em área de jurisdição da APRAM, S.A.;
- Emissão de licença de utilização de Hangar do Centro Náutico São Lázaro São Lázaro à Marinha – Direção Geral da Autoridade Marítima;
- Ratificação das decisões de adjudicação no âmbito do “Concurso Público para Atribuição de Diversos Espaços na Área de Jurisdição da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.”;
- Renovação da Licença de Ocupação Dominial emitida a favor da MEO/PT no Forte Nossa Senhora da Conceição;
- Alteração do contrato de concessão de uso privativo para construção e exploração de um espaço de exposições e museológico celebrado com a Mussara - Gestão de Espaços e Eventos, Lda. para a construção do Museu CR7.

4.8 Exercício de Poderes de Autoridade, por parte da APRAM, S.A.

Nos termos das alíneas a) a g) do número 2 do artigo 3.º dos Estatutos da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., aprovado em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, a APRAM, S.A. exerce os seguintes poderes:

- Atribuição de usos privativos e definição do respetivo interesse público para efeitos de concessão relativamente aos bens do domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;
- Licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado ou concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;



4. Governo da Sociedade

- Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- Administração do domínio público na área que lhe está afeta;
- Fixação de taxas e tarifas a cobrar pela utilização dos portos, terminais, cais e Marinas, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- Proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- Uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização.

4.9 Entidades Encarregadas de Auditoria Externa

- CRC – Colaço, Rosa, Coelho & Associado, SROC, Lda.;
- Inspeção Regional de Finanças;
- Inspeção Geral de Finanças;
- Tribunal de Contas;
- Tribunal de Contas Europeu;
- Instituto de Desenvolvimento Regional;
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP;
- Outras que, no âmbito de projetos cofinanciados, sejam indicadas pelas respetivas entidades gestoras.

4.10 Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

Assembleia Geral

A remuneração auferida pelos membros da Assembleia Geral, sob a forma de senhas de presença, fixadas por Deliberação da Assembleia Geral da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., encontra-se discriminada no quadro seguinte:

4. Governo da Sociedade

Quadro 1 – remuneração auferida pelos membros da Assembleia Geral

Valores auferidos membros da Assembleia Geral	SENHAS DE PRESENÇA	SEGURANÇA SOCIAL /CGA	TOTAL
Paulo Duarte Rodrigues de Jesus	800,00 €	190,00 €	990,00 €
Priscila Maria Martins Candelária	600,00 €		600,00 €
Sónia José Carvalho Olim Menezes	750,00 €	178,13 €	928,13 €

Fonte: APRAM, S.A.

Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal Único, durante o ano de 2016, foi 16.920,00 €.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração auferiram as remunerações e demais regalias sociais fixadas por Deliberação da Assembleia Geral da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. indicadas no quadro infra:

Quadro 2 - Remunerações e demais regalias sociais do Conselho de Administração

DESCRIÇÃO	Alexandra Cristina Ferreira Mendonça	Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus	Maria de Fátima Pita Carvalho Correia	TOTAL
Remuneração base	48.000,00 €	44.400,00 €	44.400,00 €	136.800,00 €
Subsídio de férias/Natal	7.999,96 €	7.399,96 €	7.399,96 €	22.799,88 €
Subsídio de alimentação	1.578,32 €	1.614,52 €	1.723,12 €	4.915,96 €
Despesas de representação	14.400,00 €	8.756,67 €	8.880,00 €	32.036,67 €
Ajudas de custo	1.568,06 €	644,95 €	426,79 €	2.639,80 €
CGA	16.741,27 €	14.403,93 €	14.457,17 €	45.602,37 €
SUB-TOTAL SALÁRIOS	90.287,61 €	77.220,03 €	77.287,04 €	244.794,68 €
Despesas com viatura	2.866,63 €	546,85 €	0,00 €	3.413,48 €
Seguro Viatura	119,77 €	119,77 €	0,00 €	239,54 €
Gasolina/Gasóleo	242,42 €	644,47 €	1.387,55 €	2.274,44 €
Comunicações	796,05 €	430,21 €	438,94 €	1.665,20 €
SUB-TOTAL	4.024,87 €	1.741,30 €	1.826,49 €	7.592,66 €
TOTAL	94.312,48 €	78.961,33 €	79.113,53 €	252.387,34 €



4. Governo da Sociedade

- As despesas de representação foram processadas 12 meses.
- Todos os Administradores estão inscritos e descontam para a Caixa Geral de Aposentações e ADSE.
- Não existem planos complementares de reforma.
- Não foram atribuídos prémios de gestão.

4.11 Relatório de Auditoria Externa

O Relatório do Revisor Oficial de Contas encontra-se anexo ao presente relatório.

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.



5. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.

A APRAM, S.A. integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira como empresa pública reclassificada (EPR).

Tem por objeto a prestação de serviços e poderes de autoridade portuária, possui autonomia administrativa e financeira, com personalidade jurídica e património próprios, gerando e arrecadando receitas provenientes da sua atividade.

Apesar da reclassificação da APRAM, S.A. "*produzir efeitos desde 2012, só em 2014 é integrada no sector institucional da administração pública regional*"⁹. Esta situação introduziu alterações significativas nas suas obrigações, de que se destacam:

- A integração da APRAM, S.A. no orçamento da RAM, concorrendo para todos os limites à despesa e não podendo ultrapassar as dotações orçamentais atribuídas;
- O cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- A obrigatoriedade de efetuar o reporte regular da informação financeira e do número de trabalhadores;
- A obrigatoriedade de cumprir com a regra da unidade de tesouraria, movimentando todos os fluxos financeiros exclusivamente em contas abertas no IGCP, encerrando as demais contas.

O orçamento inicial da APRAM, S.A. para o ano económico de 2016, elaborado na ótica da contabilidade pública, apresentou um valor de 42.564.382€.

⁹ Ver página 104 da proposta de ORAM 2014 - Relatório e Anexos.



5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

A repartição entre as receitas e despesas (correntes e de capital) foi a expressa no quadro infra:

Quadro 3 – Orçamento inicial da APRAM, S.A.

Un.: Euros

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	
1. Receitas correntes	11.632.604	27%
2. Receitas de capital	30.931.778	73%
TOTAL DAS RECEITAS	42.564.382	100%
DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	
1. Despesas correntes	17.844.268	42%
2. Despesas de capital	24.720.114	58%
TOTAL DAS DESPESAS	42.564.382	100%

No decorrer do ano 2016, a APRAM, S.A. apresentou 13 alterações orçamentais. Algumas foram meras transferências entre rubricas orçamentais, outras foram resultantes de créditos especiais com acréscimo nas rubricas da receita e da despesa no valor de 13.951.291 €, das quais se destacam:

- 7,83 M€ - Receção de verbas inerentes ao saldo final do projeto 2003/PT/16/PT/0003 - Desenvolvimento das Infraestruturas Portuárias da RAM – Porto do Caniçal. Este montante não foi inscrito no orçamento inicial porquanto havia incerteza da data de execução do Acórdão proferido pelo Tribunal Geral da União Europeia, com decisão favorável à APRAM, SA, sobre a decisão da Comissão Europeia inerente ao apuramento do montante do saldo final do projeto acima identificado;
- 0,3 M€ - Receção de indemnização da seguradora no âmbito do seguro contratualizado e devido ao acidente ocorrido com o rebocador Comandante Passos de Gouveia;
- 2,44 M€ - Receção do saldo final inerente ao projeto “POVT-14-0158-FCOES-000002 – “Infraestruturas do Porto do Porto Santo”;

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

- 1,95 M€ - Receção do saldo final inerente ao projeto "POVT-14-0158-FCOES-000006 - Requalificação e Consolidação da Zona Acostável Norte do Porto do Funchal".

A APRAM, S.A. apresentou receitas globais no valor de 52.314 M€, com uma taxa de execução orçamental de 93% (receitas correntes - 87%; receitas de capital - 94%), conforme se pode constatar pelo mapa infra:

Quadro 4 – Evolução do Orçamento das Receitas da APRAM, S.A.

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL 2016	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2016	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2016	VARIAÇÃO	
				VALOR	%
RECEITAS CORRENTES					
04 - Taxas, multas e outras penalidades					
04 01 - Taxas	9 800 000	10 553 941	9 483 088	1 070 853	90%
04 02 - Multas e outras penalidades	25 250	25 250	24 984	266	99%
05 - Rendimentos da propriedade					
05 02 - Juros - Sociedades financeiras	100	100		100	
05 10 - Rendas	1 530 000	1 599 649	1 367 698	231 951	85%
07 - Venda de bens e serviços correntes					
07 01 - Venda de bens	2 500	2 500		2 500	
08 - Outras receitas correntes					
08 01 - Outras	274 754	614 021	304 020	310 001	50%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES (1)	11 632 604	12 795 461	11 179 790	1 615 671	87%
RECEITAS DE CAPITAL					
10 - Transferências de capital					
10 04 - Administração regional	1 750 000	1 831 618	222 199	1 609 419	12%
10 09 - Resto do mundo	20 000	12 290 366	11 731 037	559 329	95%
12 - Passivos financeiros					
12 06 - Empréstimos a médio e longo prazo	29 111 778	29 111 778	28 815 278	296 500	99%
13 - Outras receitas de capital					
13 01 - Outras	50 000	425 000	304 446	120 554	72%
16 - Saldo da gerência anterior					
16 01 - Na posse do serviço		61 450	61 450	1	100%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL (2)	30 931 778	43 720 212	41 134 410	2 585 803	94%
TOTAL DAS RECEITAS = (1)+(2)	42 564 382	56 515 673	52 314 200	4 201 474	93%



5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

Na parte das receitas correntes:

- Capítulo “04 – Taxas, multas e outras penalidades” a exemplo de anos anteriores, é o capítulo que tem maior peso e está diretamente relacionado com a atividade da empresa. Representa 85% das receitas deste agrupamento e são provenientes das taxas portuárias relacionadas com o tráfego de mercadorias e de cruzeiros (TUP navio, pilotagem, amarração, passageiros). Note-se que os portos da Madeira continuam a ser a principal porta de entrada de bens e mercadorias na RAM, com cerca de 90% das importações da RAM, enquanto que o porto do Funchal ocupou, em 2016, o 2.º lugar do ranking nacional no mercado de cruzeiros;
- Segue-se o capítulo “05 – Rendimentos da propriedade”, com 12%, onde se inclui a receita proveniente das licenças e concessões devidas pela exploração, ocupação e utilização de terrenos, terraplenos e edificações na área de jurisdição da APRAM, S.A..

As principais receitas de capital da APRAM, S.A. referem-se a:

- Capítulo “10 – Transferências de capital”, com um peso de 23% nestas receitas e está associado às transferências provenientes dos projetos cofinanciados pelos fundos comunitários (POVT), bem como pelos contratos programa inerentes à sua execução;
- Capítulo “12 – Passivos financeiros”, com um peso de 70% e provenientes do contrato de mútuo celebrado com o Governo Regional da Madeira destinado a fazer face aos encargos com o serviço da dívida (28.815 M€)”.

No quadro infra constamos o peso de cada capítulo face ao orçamento global:

Quadro 5 – Distribuição da Execução Orçamental das Receitas

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2016	PESO %
RECEITAS CORRENTES		
04 - Taxas, multas e outras penalidades	9.508.072	18%

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2016	PESO %
RECEITAS CORRENTES		
05 - Rendimentos da propriedade	1.367.698	3%
08 - Outras receitas correntes	304.020	1%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES (1)	11.179.790	21%
RECEITAS DE CAPITAL		
10 - Transferências de capital	11.953.236	23%
12 - Passivos financeiros	28.815.278	55%
13 - Outras receitas de capital	304.446	1%
16 - Saldo da gerência anterior	61.450	0%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL (2)	41.134.409	79%
TOTAL DAS RECEITAS = (1) + (2)	52.314.199	100%

A APRAM, S.A. apresentou despesas globais no valor de 42.425 M€, com uma taxa de execução global do orçamento de 75% (despesas correntes: 91%; despesas de capital: 67%).

Os principais desvios, face ao orçamento corrigido, ocorreram nos seguintes agrupamentos:

- “07 – Aquisição de bens de capital”: Variação de 11.908 M€, resultante essencialmente da não utilização dos montantes rececionados a título de saldo final dos projetos realizados em anos anteriores no porto do Caniçal (2003/PT/16/PT/0003 – “Desenvolvimento das Infraestruturas Portuárias da RAM – Porto do Caniçal”), do Porto Santo (POVT-14-0158-FCOES-000002 – “Infraestruturas do Porto do Porto Santo”) e do Porto do Funchal (POVT-14-0158-FCOES-000006 – “Requalificação e Consolidação da Zona Acostável Norte do Porto do Funchal”);

“02 – Aquisição de serviço”: Variação de 1,35 M€, resultante das docagens dos rebocadores “Cte. Passos Gouveia”, “Boqueirão” e “Ponta do Pargo”. Uma parte do valor deste agrupamento, tem uma contrapartida nas receitas, atendendo à indemnização recebida da seguradora no âmbito do seguro contratualizado e devido



5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

ao acidente ocorrido com o rebocador Comandante Passos de Gouveia, cujo sinistro danificou o sistema Schottel mais profundamente do que o inicialmente previsto. O aumento verificado nesta rubrica, prende-se também com os gastos de vigilância e segurança, com os trabalhos especializados, nomeadamente com os gastos com os honorários de advogados, associados aos processos judiciais em curso, bem como com o estudo de viabilidade do Estaleiro Naval do Caniçal.

Quadro 6 – Evolução do Orçamento das Despesas da APRAM, S.A.

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL 2016	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2016	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2016	VARIACÃO	
				VALOR	%
DESPESAS CORRENTES					
01 - Despesas com o pessoal					
01 01 - Remunerações certas e permanentes	4.237.045	4.496.501	4.440.636	55.865	99%
01 02 - Abonos variáveis ou eventuais	1.154.203	1.294.453	1.253.667	40.786	97%
01 03 - Segurança social	1.480.363	1.562.429	1.492.929	69.500	96%
02 - Aquisição de serviços					
02 01 - Aquisição de bens	414.976	213.238	136.082	77.156	64%
02 02 - Aquisição de serviços	3.160.191	4.301.246	3.024.255	1.276.991	70%
03 - Juros e outros encargos					
03 01 - Juros da dívida pública	7.009.911	7.009.911	6.800.984	208.927	97%
03 05 - Outros (Juros e encargos tributários, compensatórios, etc.)	10.000	446.567	436.567	10.000	98%
06 - Outras despesas correntes					
06 02 - Diversas	377.579	614.595	492.509	122.086	80%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES (1)	17.844.268	19.938.940	18.077.629	1.861.311	91%
DESPESAS DE CAPITAL					
07 - Aquisição de bens de capital					
07 01 - Aquisição de bens de capital	52.500	56.000	15.230	40.770	27%
07 03 - Bens do domínio público	2.723.326	14.296.506	2.388.375	11.908.131	17%
10 - Passivos financeiros					
10 06 - Empréstimos a médio e longo prazo	21.944.288	21.944.288	21.944.287	1	100%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL (2)	24.720.114	36.296.794	24.347.892	11.948.902	67%
TOTAL DAS DESPESAS = (1) + (2)	42.564.382	56.235.734	42.425.521	13.810.213	75%

No que diz respeito às despesas correntes, os agrupamentos com maior peso no orçamento são:

- “01 – Despesas com o pessoal” e “03 – Juros e outros encargos”, com 39% e 40%, respetivamente;
- “02 – Aquisição de serviços”, com 17%.

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

De um modo geral os agrupamentos 01, 02 e 06 estão diretamente ligados à atividade operacional, enquanto que o agrupamento “03 - Juros e outros encargos” está relacionado com os juros da dívida pública, decorrentes dos empréstimos obtidos em anos anteriores para fazer face aos elevados investimentos em infraestruturas portuárias (Funchal, Porto Santo, Porto Moniz, Caniçal, Santa Cruz, Machico, Ribeira Brava, Câmara de Lobos, entre outros) e aquisição de equipamentos marítimo portuários (rebocadores, lanchas).

As principais despesas de capital da APRAM, S.A. referem-se a:

- “07 – Aquisição de bens de capital”, que representa 10%, deste agrupamento e está associado às despesas dos projetos cofinanciados pelo POVT e pelos projetos indicados no plano de atividades e orçamento para o ano 2016;
- “10 – Passivos financeiros”, que representam 90%, e estão associados à amortização dos empréstimos bancários de médio e longo prazo.

No quadro infra constamos o peso de cada agrupamento face ao orçamento global:

Quadro 7 – Distribuição da Execução Orçamental das Despesas

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2016	PESO %
DESPESAS CORRENTES		
01 - Despesas com o pessoal	7.187.232	17%
02 - Aquisição de serviços	3.160.337	7%
03 - Juros e outros encargos	7.237.551	17%
06 - Outras despesas correntes	492.509	1%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES (1)	18.077.629	42%
DESPESAS DE CAPITAL		
07 - Aquisição de bens de capital	2.403.605	6%
10 - Passivos financeiros	21.944.287	52%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL (2)	24.347.892	58%
TOTAL DAS DESPESAS = (1) + (2)	42.425.521	100%

Verifica-se deste modo que os encargos com o serviço da dívida, correspondem a 69% do valor total dos gastos da APRAM, S.A..



5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

Os gastos de auditoria apesar de constarem nas rubricas orçamentais, como despesas dos órgãos sociais, estão expressos para efeitos de SNC nos gastos de Fornecimentos e Serviços Externos (Trabalhos especializados).

Por fim, importa referir que existe um saldo positivo entre o total das receitas e o total das despesas no valor de 9.888 M€, o qual deverá ser acrescido das receitas extra orçamentais, no valor de 0,129 M€, totalizando o valor de 10.017 M€.

6. Plano de Investimentos

6. PLANO DE INVESTIMENTOS

No ano de 2016, destaque para as empreitadas, aquisição de equipamentos e prestações de serviços, a seguir, descritas:

6.1 Empreitadas

6.1.1 Empreitada de Substituição de Cinco Cabeços de Amarração no Terminal de Inertes do Porto Novo

Substituição e colocação de cabeços de amarração já muito degradados e instáveis, no valor de 25.703,00€.



Foto 1 – Fase da obra de colocação dos cabeços

6.1.2 Empreitada de Construção de Doca de Estacionamento na Avenida Sá Carneiro

Desmontagem do jardim, incluindo transporte de terras a vazadouro, levantamento do lancil existente para recolocação, fornecimento e colocação de pavimento com



6. Plano de Investimentos

paralelepípedos em basalto, incluindo pré-instalação de eletricidade, para estacionamento de veículos de apoio à atividade turística, no valor de 51.000,01€.



Foto 2 – Fase final da obra da doca de estacionamento

6.1.3 Empreitada de Reparação do Pavimento no Passeio Sul da Avenida Sá Carneiro

Empreitada de Reparação do Pavimento no Passeio Sul da Avenida Sá Carneiro no valor de 16.500,00€.

6.1.4 Empreitada de Pequenas Reparações no Terminal de Inertes do Porto Novo



Obras de reparação do muro-cortina, caleira técnica de combustíveis e da aresta da zona de acostagem do cais, no valor de 55.200,01€.

Foto 3 – Execução das obras no Terminal de Inertes do Porto Novo

6. Plano de Investimentos

6.1.5 Empreitada de Diversas Reparações no Porto do Funchal

Obras de reparação de diversos pavimentos, novas drenagens de águas pluviais, reparações de betões, impermeabilizações, pinturas e outros, no valor de 32.299,10€.



Foto 4 – Execução das obras de diversas reparações no Porto do Funchal

6.1.6 Empreitada de Diversas Reparações no Porto do Caniçal

Trabalhos de reparação de pavimentos, vedações, portões, tampas em betão, paredes em chapa, pinturas, reparações na torre de pilotos e reparações nos edifícios, oficinas e WC's, no valor de 63.695,01€.



Foto 5 – Diversas reparações no Porto do Caniçal – reparações na torre de controle



6. Plano de Investimentos

6.1.7 Empreitada de Diversos Trabalhos no Porto do Porto Santo

Obras que incluíram a beneficiação do posto de transformação do Porto do Porto Santo, reparação da caleira técnica e substituição de peça da rede de abastecimento de água que foram atingidos pelo temporal de dezembro de 2013, no valor de 6.644,48€.

6.1.8 Desassoreamento da zona da Lota

Empreitada de dragagem para repor as condições de navegabilidade na zona do cais 5 (cais de pesca), no valor de 49.450,00€.



Foto 6 – Operação de dragagem efectuada pela embarcação-draga FN – 113 – AL : “BAIXIO”

6.2 Aquisição de Equipamentos

Aquisição de vários equipamentos para a frota marítima, com destaque para os anemómetros fixos de consola, e respetivos sensores exteriores a colocar nos mastros, destinados a equipar quatro unidades da frota marítima (Passos Gouveia, Ponta do Pargo, Boqueirão e Cte. Cristiano de Sousa).

6. Plano de Investimentos

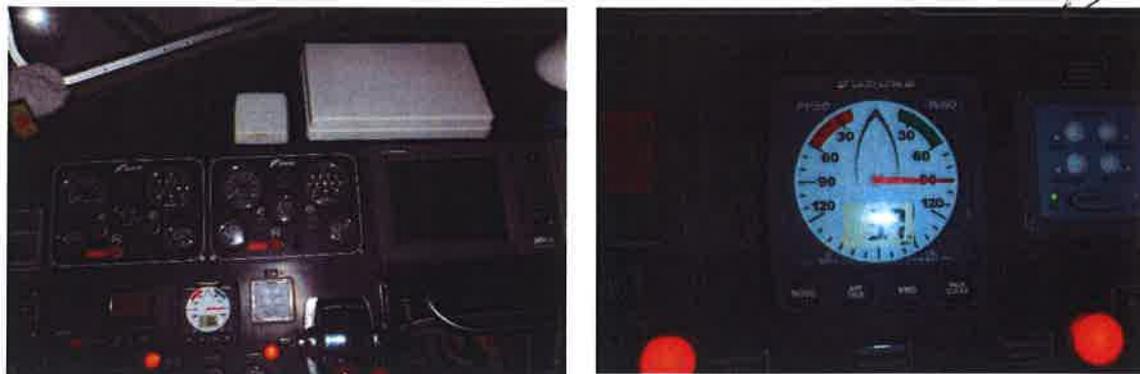


Foto 7 – Anemómetros

6.3 Estudos e Projetos

6.3.1 Elaboração do Projeto de Execução e Peças Processuais da Empreitada de Redefinição da Entrada na Marina do Funchal

Elaboração do projeto da solução técnica ideal, a ser executada a curto prazo, para melhorar consideravelmente as condições de agitação marítima que afetam atualmente o interior da marina do Funchal. As diversas soluções consideradas serão afinadas com base em estudos de modelo matemático e com os estudos do escoamento da Ribeira de S. João. O principal objetivo da APRAM, S.A., é o da obtenção da solução mais rápida e económica para o objetivo definido. O projeto foi adjudicado pelo valor de 16.250,01€.

6.3.2 Elaboração do Projeto de Execução e Peças Processuais da Empreitada de Reparação/Reabilitação da Cobertura da Marina do Funchal

Este projeto tem por objeto apresentar um novo enquadramento paisagístico para a parte superior da Marina do Funchal.

Tratando-se de uma zona pública, localizada num dos locais mais concorridos e visitados da frente mar da cidade, que urge integrar na intervenção global a que esteve sujeita recentemente a marginal da cidade do Funchal.

O referido projeto de execução foi adjudicado por 11.750,00€.



6. Plano de Investimentos

6.3.3 Elaboração dos Estudos Prévios, Projetos de Execução e Peças Processuais das Empreitadas a Executar pela APRAM, S.A., no Porto do Funchal, Cais de Machico, Porto do Caniçal e Porto do Porto Santo

Estes estudos e projetos têm os seguintes objetivos:

- A análise e reperfilamento do manto de proteção do molhe exterior, reparação dos blocos de proteção exteriores no troço entre os fortes de Nossa Senhora da Conceição e de São José e rampa ro-ro do Porto do Funchal;
- A análise das patologias da estrutura do molhe exterior do cais de Machico para eventuais trabalhos de reparação ou reperfilamento do manto de proteção;
- A análise e conceção de uma nova solução para proteção marítima do terraplino nascente e análise da estrutura do molhe exterior, com especial ênfase à cabeça do molhe, do porto do Caniçal;
- A substituição dos cabeços existentes e análise das patologias da estrutura do molhe exterior, incluindo o seu pavimento, do porto do Porto Santo.

Estes estudos e projetos foram adjudicados pelos seguintes valores, respetivamente:

- 47.500,01€;
- 10.000,01€;
- 25.000,01€;
- 20.000,01€.

6.3.4 Levantamento Hidrográfico dos Fundos no Porto do Funchal e Levantamento Topográfico da Área de Jurisdição da APRAM, S.A., no Porto do Funchal

Elaboração do levantamento topográfico da área de jurisdição da APRAM e topo-hidrográfico, com tecnologia multifeixe, dos fundos do Porto do Funchal, pelo valor de 25.000,01€.

6. Plano de Investimentos

6.3.5 Prestação de Serviços de Elaboração do Estudo de Enquadramento Jurídico para a Exploração do Porto do Caniçal

A “Elaboração do Estudo de Enquadramento Jurídico para a Exploração do Porto do Caniçal” teve por objetivo:

- Realizar de um diagnóstico preliminar do enquadramento jurídico da exploração do porto do Caniçal;
- Elaborar de um plano de ação e de estudos complementares com vista à implementação da solução escolhida.

O estudo foi adjudicado pelo valor de 56.500,00€.

6.3.6 Prestação de Serviços de Elaboração do Estudo de Viabilidade do Estaleiro Naval do Caniçal

A “Elaboração do Estudo de Viabilidade do Estaleiro Naval do Caniçal” assenta nos seguintes pontos:

- Avaliação dos mercados onde os serviços a prestar pelo “Estaleiro Naval do Caniçal” possam ser promovidos, nomeadamente:
 - Na Região Autónoma da Madeira;
 - Na envolvente;
 - Navios que utilizem rotas que passem na proximidade da Região Autónoma da Madeira.
- Caracterização geral do espaço onde se insere o “Estaleiro Naval do Caniçal” e definição de um “layout” para o mesmo;
- Definição das condições técnicas do “Syncrolift” em termos das suas dimensões, comprimento/boca e capacidade de elevação;



6. Plano de Investimentos

- Identificação das condições de acesso ao “Estaleiro Naval do Caniçal” por parte dos navios a reparar em termos das suas dimensões, comprimento/boca, calado e deslocamento máximo;
- Avaliação do investimento a efetuar, nomeadamente:
 - No “Syncrolift”;
 - Nas obras a efetuar;
 - Nos equipamentos a adquirir.
- Estudo de viabilidade do projeto e identificação da remuneração adequada para a APRAM pela cedência da exploração do Estaleiro e da metodologia de cálculo dessa remuneração. Avaliação da necessidade de definição de períodos de carência;
- Identificação das soluções adequadas para a exploração do Estaleiro Naval do Caniçal: licença ou concessão e por que prazo.

A referida prestação de serviços foi adjudicada por 27.000,00€.



7. Concessões/Licenças

7. CONCESSÕES/LICENÇAS

Neste capítulo são enumerados os contratos de concessão e licenças em vigor a 31 de dezembro de 2016, de acordo com a sua área de localização geográfica.

7.1 Licença para o exercício de atividade de Empresa de Trabalho Portuário

- Alvará n.º 1, de 14 de outubro de 2008, atribuído à ETP-PRAM - Empresa de Trabalho Portuário ETP, Lda. .

7.2 Licença para o exercício de atividade de Operador Portuário

- Licença atribuída à OPM – Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.

7.3 Licença para o exercício de atividade de Agente de Navegação

- Agente de navegação:
 - J.M. Ferraz Simões, Lda.;
 - Blatas, Lda.;
 - Marfrete – Transitários e Navegação, Lda.;
 - Funchal Marítima – Agentes de Navegação, Lda.;
 - JFM Shipping, Lda.;
 - Portmar – Agência de Navegação, Lda.;
 - Transinsular (Madeira) – Transportes Marítimos Insulares, Lda.;
 - Via Oceano - Agência de Navegação Lda..
- A Empresa de Navegação Madeirense, Lda. exerce diretamente a atividade de agente de navegação, ao abrigo do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 264/2012, de 20 de dezembro, que dispõe:



7. Concessões/Licenças

“A atividade de agente de navegação pode ser exercida diretamente pelos armadores ou transportadores marítimos inscritos no Instituto de Mobilidade e dos Transportes. I.P. (IMT, I.P.), em relação aos navios por si explorados, no porto onde está instalada a sua sede social.”.

7.4 Concessões e licenças diversas por área de jurisdição da APRAM, S.A.

FUNCHAL

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Concessão de prédio localizado na Avenida Sá Carneiro, nº 3, freguesia da Sé, Concelho do Funchal, constituído por 2 pisos - exploração de todo o edifício para a atividade de bar-discoteca e snack-bar	Rebelos & Camacho, Lda.	Discoteca "Vespas"
Contrato de concessão de exploração dos pipelines e respetivos tanques para abastecimento de combustíveis à navegação no Porto do Funchal	Repsol Portuguesa, S.A.	Abastecimento de combustíveis à navegação no Porto do Funchal
Licença de Ocupação (para a colocação e exploração de oito Mupis na área do Porto do Funchal)	Netcriações - Publicidade e Internet, Lda.	Mupis - Porto do Funchal
Licença de Ocupação (de uma área de 13 m2 situada na parte interior do edifício da secção de máquinas (rés do chão) a oeste do Forte de Nossa Senhora da Conceição, destinada à instalação de uma estação telefónica celular)	Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A.	Antena Telecel - Forte Nossa Senhora da Conceição
Licença de Ocupação (de uma área de 12 m2 (sala técnica), mais espaço na fachada do "Forte de Nossa Senhora da Conceição", e destina-se à instalação de uma Estação Base de Telecomunicações Móveis da TMN)	MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	Antena MEO - Forte Nossa Senhora Conceição
Autorização para colocação de 1 lona com publicidade do "La Vie" no muro de cortina do Porto do Funchal	CentroNovoFunchal, S.A.	Painel de publicitário "La Vie"
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade dos Teleféricos da Madeira no muro dos depósitos de combustível à entrada do porto	Teleféricos da Madeira, S.A.	Painel Publicitário "Teleféricos da Madeira"
Autorização para colocação de 1 lona com publicidade dos Teleféricos da Madeira no muro de cortina do Porto do Funchal	Teleféricos da Madeira, S.A.	Painel Publicitário "Teleféricos da Madeira"
LICENÇA N.º 69/2016/P.F. (Área delimitada de 20 m2, destinada a estacionamento de veículos motorizados movidos unicamente por fontes não poluentes, utilizados no âmbito do exercício da	CITY BUBBLES – ANIMAÇÃO TURÍSTICA, UNIPESSOAL, LDA.	Estacionamento City Bubbles



7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
atividade de animação turística e com RNAAT/RNAVT/Alvará de Animação Turística emitido pela Direção Regional de Turismo válido, permitindo-se a presença simultânea dentro dos limites da área licenciada de, no máximo, 4 veículos).		
LICENÇA N.º 70/2016/P.F. (Área delimitada de 20 m2, destinada a exposição e aluguer de viaturas, motociclos e ciclomotores, permitindo-se a presença simultânea dentro dos limites da área licenciada de, no máximo, 4 veículos).	Raúl Alves, Lda.	Estacionamento Raúl Alves
Autorização para ocupação de terraplano para estacionamento de 1 viatura	Old Timer Tours Unipessoal, Lda.	Parqueamento de 1 viatura
Autorização de venda ambulante de publicações através de bicicleta na área portuária	Ângela Maria Bettencourt Dória	Parqueamento de 1 bicicleta para venda de publicações
Autorização para colocação de 1 lona com publicidade do " Museu CR7" no muro de cortina do Porto do Funchal	Museu CR7	Lona "Museu CR7"
Licença n.º 10/2014/P.F. (destina-se à acostagem e desacostagem da embarcação "Bonita da Madeira" para as operações de embarque /desembarque de passageiros e pelo tempo estritamente necessário para o efeito, no âmbito da atividade marítimo-turística exercida)	Ema Freitas & Can, Lda.	Estacionamento - "Bonita da Madeira"
Autorização para instalação de um armário NOS, junto ao atual posto da PSP, localizado à entrada do Porto do Funchal	NOS Madeira Comunicações S.A.	Armário "NOS"
LICENÇA N.º 32/2015/P.F. (licença precária de ocupação e utilização do forte de Nossa Senhora da Conceição para núcleo cultural/museológico e espaço de restauração)	NINI - Design Center, Lda.	Design Center
		10 lugares de estacionamento
Contrato de concessão de uso privativo para construção e exploração de um espaço de exposições e museológico, reperfilamento da praça do mar e integração de PT	MUSSARA - GESTÃO DE ESPAÇOS E EVENTOS, LDA.	Museu Praça do Mar
Autorização para circular com 3 carrinhos tradicionais para venda de gelados e bolos na área portuária do Funchal	Teresa e Emanuel, Lda.	Carrinhos de venda de gelados
Autorização para colocação de uma lona com publicidade da marca "David Rosas"	David Rosas, Lda.	Lona "David Rosas"
Autorização para colocação de uma lona com publicidade da marca "Harley Tours Madeira "	VEDONLINE – Construção & Trading, Unipessoal, Lda.	Lona "Harley Tours"
Licença Precária n.º 77/2016/P.F (referente à ocupação e utilização de um espaço de 1 metro linear na doca de estacionamento da Avenida Sá Carneiro)	Vedonline, Lda. Harley Tours Madeira	Estacionamento Doca "TUK TUK"



7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
LICENÇA N.º 36/2016/P.F. (referente à ocupação da parcela de terreno integrada no domínio público marítimo sob jurisdição da APRAM, S. A. localizada no passeio a sul da Avenida Sá Carneiro	Abreu Gouveia & Gouveia Similares Hotelaria, Lda.	Destina-se exclusivamente à atividade de esplanada do estabelecimento comercial denominado de "Sete Mares".
LICENÇA N.º 39/2016/P.F. (referente à ocupação da parcela de terreno integrada no domínio público marítimo sob jurisdição da APRAM, S. A. localizada no passeio a sul da Avenida Sá Carneiro	Fidélío Figueira - Unipessoal, Lda.	Destina-se exclusivamente à atividade de esplanada do estabelecimento comercial denominado de "BACCUS".
LICENÇA N.º 50/2016/P.F. (referente à ocupação da parcela de terreno integrada no domínio público marítimo sob jurisdição da APRAM, S. A. localizada no passeio a sul da Avenida Sá Carneiro)	Pestana CR7 - Madeira Hotel Investimentos Turísticos, S.A.	Destina-se exclusivamente à atividade de esplanada do Hotel "Pestana CR7".
LICENÇA N.º 66/2016/P.F. (referente à ocupação da parcela de terreno do domínio público marítimo, com a área aproximada de 30 m2, junto à rampa de saída do parque de estacionamento situado na praça do mar, e destina-se à instalação de um reservatório de gás e respetiva conduta. sob jurisdição da APRAM, S. A. localizada no passeio a sul da Avenida Sá Carneiro)	Pestana CR7 - Madeira Hotel Investimentos Turísticos, S.A.	Reservatório de gás - Pestana CR7
Licença Precária n.º 79/2016/P.F (referente à ocupação e utilização de um espaço de 1 metro linear na doca de estacionamento da Avenida Sá Carneiro + autorização para estacionamento de 2 "TUK TUK" + Autorização para colocação de uma mensagem publicitária da "TUK TUK")	Sílvio João F. Costa Unipessoal - Tuk Tuk Madeira	Estacionamento de 2 "TUK TUK"
		1 cavalete com mensagem publicitária "TUK TUK"
		Estacionamento Doca "TUK TUK"
Licença Precária n.º 78/2016/P.F (referente à ocupação e utilização de um espaço de 4 metros lineares na doca de estacionamento da Avenida Sá Carneiro + autorização para estacionamento de 2 "TUKXI" + Autorização para colocação de uma mensagem publicitária da "TUKXI")	TUKXI MADEIRA - Turismo Unipessoal, Lda.	Estacionamento de 2 "TUKXI"
		1 cavalete com mensagem publicitária "TUKXI"
		Estacionamento Doca "TUK TUK"
Licença Precária n.º 80/2016/P.F (referente à ocupação e utilização de um espaço de 1 metro linear na doca de estacionamento da Avenida Sá Carneiro)	Renato Filipe Correia Mateus Ferreira	Estacionamento Doca "TUK TUK"
Licença n.º 56/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização do hangar C3 no CNSL e destina-se ao exercício da atividade compreendida no objeto social do titular da licença	Sanas Madeira - Associação Madeirense para Socorro no Mar	Hangar C3 - CNSL



7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Licença n.º 57/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização do hangar A4 + área descoberta no CNSL e destina-se ao exercício de atividades náuticas)	Associação Regional de Canoagem da Madeira	Hangar A4 - CNSL
Licença n.º 58/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização do Hangar Provisório no CNSL e destina-se ao exercício de atividades náuticas)	Associação Regional de Jet Ski e Motonáutica da Madeira	Hangar Provisório - CNSL
Licença n.º 59/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização do hangar A8 + área descoberta no CNSL e destina-se ao exercício de atividades náuticas)	Associação Náutica da Madeira	Hangar A8 - CNSL
Licença n.º 60/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização do hangar A5 + área descoberta no CNSL e destina-se ao exercício de atividades náuticas)	Associação Regional de Vela	Hangar A5 - CNSL
Licença n.º 61/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização do hangar A7 + área descoberta no CNSL e destina-se ao exercício de atividades náuticas)	Clube Força 5	Hangar A7 - CNSL
Licença n.º 62/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização do hangar A10 + área descoberta no CNSL e destina-se ao exercício de atividades náuticas)	Clube Naval do Funchal	Hangar A10 - CNSL
Licença n.º 63/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização do hangar A9 + área descoberta no CNSL e destina-se ao exercício de atividades náuticas)	Centro de Treino Mar dos Escuteiros Marítimos	Hangar A9 - CNSL
Licença n.º 64/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização do hangar A6 + área descoberta no CNSL e destina-se ao exercício de atividades náuticas)	Corpo Nacional de Escutas - Junta Regional da Madeira (Escuteiros Marítimos)	Hangar A6 - CNSL

GARE MARÍTIMA DA MADEIRA

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Licença n.º 8/2014/P.F. (Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 2 na Gare Marítima da Madeira destinada ao exercício da atividade de Cafeteria e/ou Snack-Bar)	Talentos & Ternuras - Unipessoal, Lda.	Loja n.º 2 - Cafeteria e/ou Snack-Bar - Gare
Licença de Ocupação e Utilização de espaço destinado ao Clube de Entusiastas de Navios na Gare Marítima da Madeira	Clube de Entusiastas de Navios	Loja n.º 3 - CEN - Gare
		Loja n.º 4 CEN - Gare



7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Licença n.º 71/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização de uma loja localizada no R/C do edifício junto ao Ilhéu de Nossa Senhora da Conceição para o exercício da atividade de agência de câmbios) *	UNICÂMBIO - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.	Loja UNICÂMBIO
Licença n.º 72/2016/P.F. (referente à ocupação e utilização de espaços destinados à colocação de 3 caixas multibanco, localizados no Funchal e no Caniçal) *	UNICÂMBIO - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.	Multibancos UNICÂMBIO
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade do "Casino da Madeira", no interior da Gare Marítima da Madeira	ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos da Ilha da Madeira, S.A.	Painel Publicitário no interior da GMM
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade do "Casino da Madeira", na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira	ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos da Ilha da Madeira, S.A.	Painel Publicitário na coluna no exterior da GMM
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade do "Casino da Madeira", na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira	ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos da Ilha da Madeira, S.A.	Painel Publicitário na coluna no exterior da GMM
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade dos "Teleféricos da Madeira," na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira	Teleféricos da Madeira, S.A.	Painel publicitário "Teleféricos da Madeira"
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade da "Carristur", no interior da Gare Marítima da Madeira	Carristur Portugal, Lda.	Painel publicitário "Carristur"
Autorização para colocação de 1 balcão de venda de bilhetes da "Carristur", no exterior da Gare Marítima da Madeira	Carristur Portugal, Lda.	Balcão "Carristur"
Autorização para colocação de 1 balcão de venda de bilhetes da "Douro Acima", no exterior da Gare Marítima da Madeira	Douro Acima - Transportes de Turismo e Restauração, Lda.	Balcão "Douro Acima"
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade da "Douro Acima", no interior da Gare Marítima da Madeira	Douro Acima - Transportes de Turismo e Restauração, Lda.	1 Painel publicitário " Douro Acima"
Autorização para colocação de 2 painéis com publicidade da "Douro Acima", na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira	Douro Acima - Transportes de Turismo e Restauração, Lda.	2 Painéis publicitários " Douro Acima"
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade da "Multiópticas", no interior da Gare Marítima da Madeira	Grand Vision Portugal Unipessoal, Lda.	Painel publicitário "Multiópticas"
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade da "Santana Biosfera", no interior da Gare Marítima da Madeira	Município de Santana	Painel publicitário "Santana Biosfera"
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade dos "Carreiros do Monte", no interior da Gare Marítima da Madeira	Carreiros do Monte	Painel publicitário "Carreiros do Monte"
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade do "Instituto do Vinho", no interior da Gare Marítima da Madeira	Instituto do vinho, bordado e do artesanato da Madeira, I.P.	Afixação de painel publicitário na GMM



7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Autorização para colocação de 1 Máquina de bebidas frias no exterior da Gare Marítima da Madeira	PONTO DO CAFÉ & SNACKS -Vending e Assistência Técnica, Lda.	1 Máquina de bebidas frias
Autorização para colocação, nos serviços administrativos da APRAM, de 1 máquina para bebidas quentes e 1 máquina de snacks		1 Máquina de bebidas quentes e 1 máquina de snacks - serviços administrativos APRAM
Autorização para a colocação de publicidade do "Fórum Madeira" numa coluna no interior da Gare Marítima da Madeira	Multi Mall Management Portugal	2 Painéis publicitários da iniciativa "MY SELFIE IN MADEIRA"
Autorização para a colocação de publicidade da "Horários do Funchal" num painel amovível no interior da Gare Marítima da Madeira	Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.	1 Painel publicitário da "Horários do Funchal"
Autorização para colocação de publicidade da "Real Transfer" na área de desembarque, no interior da Gare Marítima da Madeira	Real Transfer - Instituição de Pagamento, S.A.	1 painel publicitário
Autorização para colocação de publicidade do "Armazém do Mercado" na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira	Francisco da Costa e Filhos, Lda.	1 painel publicitário
Licença n.º 31/2015/P.F. (Licença para utilização, a título precário, das Lojas n.º 5 localizada na Gare Marítima da Madeira destinada à instalação de escritórios para a atividade da plataforma turística Madeira.Best (incluindo publicidade numa face da coluna exterior da gare, publicidade numa lona com 24 m2 no muro de cortina do P.F. e autorização para estacionamento de 2 viaturas)	Land & Sea, Onthemoove, Lda.	Loja n.º 5 - escritórios Madeira.Best
Autorização para colocação de máquina dispensadora de moedas, no interior da Gare	National Tokens Madeira	Máquina dispensadora de moedas com imagens do Porto do Funchal
Autorização para colocação de um stand up com publicidade da marca "Pizza Hut" no interior da Gare	Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Stand up "Pizza Hut"

LOJAS DA MARINA DO FUNCHAL:

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Licença de Ocupação n.º 3, destinada ao exercício da atividade de Snack Bar e Restaurante	Caldeira, Pestana & Almeida, Lda.	Loja 1 e 2 - "Marina Terrace"
Licença de Ocupação n.º 11, destinada à exploração de um Restaurante/Bar	Gouveia, Neto e Freitas, Lda.	Loja 4 - "Solar da Santola"



7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 5, na Marina do Funchal, destinada a atividade marítimo-turística e/ou outras atividades comerciais ligadas à náutica e/ou marítima	João Filipe Saldanha Cardoso	Loja 5 - "Marítimo-turística"
Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 6, na Marina do Funchal, destinada a atividade marítimo-turística e/ou outras atividades comerciais ligadas à náutica e/ou marítima	Blue Adventure - Unipessoal, Lda.	Loja 6 - "Marítimo-turística"
Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 7 e 8, na Marina do Funchal, destinada a "Loja de Conveniência"	Mastersecret - Unipessoal, Lda.	Loja 7 e 8 - "Loja de Conveniência"
Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 9, na Marina do Funchal, destinada ao exercício da atividade marítimo-turística	Bom Farol - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Loja 9 - "Prazer do Mar"
Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 10, na Marina do Funchal, destinada ao exercício da atividade marítimo-turística	Horizonte do Atlântico - Animação Turística, Unipessoal, Lda.	Loja 10 - "Ventura do Mar"
Licença de Ocupação n.º 5, destinada à exploração de um Restaurante	Chaves e Martins, Lda.	Loja 11 - "Mar Azul"
Cedência de espaço para instalação da sede social da Associação Náutica da Madeira	Associação Náutica da Madeira	Loja 12 - "Associação Náutica"
Licença Precária de Ocupação e Utilização de Lojas n.º 13 e 14 na Marina do Funchal (loja 13 destinada a loja náutica e souvenir shop; Bar/snack-bar; venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística; e loja 14 destinada a restaurante /take away/fast food)	Visões Aquadélicas - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Loja 13 - "Loja náutica e de souvenirs, snack-bar, venda bilhetes atividade marítimo-turística"
	Visões Aquadélicas - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Loja 14 - "Restaurante/Take-away/Fast food"
Licença de Ocupação n.º 17 (destinada à atividade marítimo-turística)	Gomes & Caires, Lda.	Loja 15 - "Turimar"
Licença precária de ocupação e utilização da loja n.º 16, localizada na marina do funchal (destina-se ao exercício da atividade marítimo turística)	Ocean Limit, Lda.	Loja 16 - "Ocean Limit"
Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 17, na Marina do Funchal, destinada ao exercício da atividade de Cafetaria	Marla Sofia Pestana Barros	Loja 17 - "Cafetaria"
Licença de Ocupação n.º 16, destinada a venda de bebidas e petiscos regionais	O Barrilinho - Sociedade de Exploração de Restaurantes, Lda.	Loja 20 - "Barrilinho"
Contrato Administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno na Marina do Funchal da instalação de um posto de venda de combustível líquido à Navegação	Repsol Portuguesa, S.A.	Loja 24 - "Repsol"

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Autorização para ocupação de espaço para atuação musical no terraço da Marina do Funchal em frente ao estabelecimento denominado "Vermelhinho"	João Lino Pereira Gonçalves, Lda.	Espaço para atuação musical - "Vermelhinho"
Contrato de Concessão de Exploração da Marina do Funchal	Associação MARINAFUNCHAL	Concessão Marina do Funchal
LICENÇA N.º 74/2016/P.F. (para ocupação de uma área de 3 m2 destinada à colocação de armários, mais espaço suficiente destinado à instalação de um mastro de suporte a antenas e respetivas cablagens de interligação, localizada na Marina do Funchal).	MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	Antena MEO na marina do Funchal
Alvará de Licença 1/2013/CERVEJOLÂNDIA (para o exercício da atividade de restauração e similares bem como para a fabricação de cerveja)	Cervejolândia, Lda.	Restaurante "Beer House"
		Esplanada
Licença n.º 13/2015/M.F. (Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 18 na Marina do Funchal destinada ao exercício das atividades de animação turística, animação turístico-ambiental, marítimo-turística e aluguer de veículos com e/ou sem condutor)	RDT, UNIPESSOAL, LDA.	Loja 18 - "RDT"

QUIOSQUES DA MARINA DO FUNCHAL

Tipo de contrato e objeto	Titular	Quiosque / Designação
Alvará de Licença n.º 008/P.F., destinado à manutenção de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística	Albatroz do Mar - Atividades de Animação Turística, Unipessoal, Lda.	Quiosque Marina "Albatroz"
Alvará de Licença n.º 007/P.F., destinado à manutenção de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística	Madeira Big Game Fishing - Atividades Náuticas, Lda.	Quiosque Marina - "Our Mary"
Alvará de Licença n.º 002-8/P.F., destinado à manutenção de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística	Santa Maria - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Quiosque Marina "Nau Santa Maria"
Alvará de Licença n.º 004/P.F., destinado à manutenção de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística	Gavião - Viagens Turísticas, Lda.	Quiosque Marina "Gavião"
Alvará de Licença n.º 005/P.F., destinado à manutenção de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística	Nautisantos - Atividades Desportivas, Lda.	Quiosque Marina "Nautisantos"



7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Quiosque / Designação
Autorização para colocação de quiosque na Marina do Funchal para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística	Visões Aquadélicas - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Quiosque Marina - "Beluga Submarine"
Alvará de Licença n.º 12/P.F., destinado à colocação de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística com o iate "Ventura do Mar"	Horizonte do Atlântico - Animação Turística, Lda.	Quiosque Marina - "Ventura do Mar"
Autorização para colocação de quiosque na Marina do Funchal para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística	Prazer do Mar - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Quiosque Marina - "Prazer do Mar"
Autorização para colocação de quiosque na Marina do Funchal para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística	Ema de Freitas & Can, Lda.	Quiosque na Marina - "Bonita da Madeira"
Alvará de Licença (destina-se à manutenção de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística)	Maria Zita França, Unipessoal, Lda.	Quiosque "Tamisa"
Alvará de Licença n.º 21 P.F. (destina-se à instalação de um quiosque para venda de impressos e divulgação das atividades de lazer e recreio do Município do Funchal)	Câmara Municipal do Funchal	Quiosque na entrada do Cais CMF

FUNDEADOURO

Tipo de contrato e objeto	Titular	Embarcação
Autorização para fundear - Funchal	Nautisantos - Atividades Desportivas, Lda.	"Seaborn II"
Autorização para fundear - Funchal	Prazer do Mar - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	"Sea the Best"
Autorização para fundear - Funchal	Prazer do Mar - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	"Sea Plesure"
Autorização para fundear - Funchal	Prazer do Mar - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	"Sea Nature"
Autorização para fundear - Funchal	Ema de Freitas & Can, Lda.	"Bonita da Madeira"
Autorização para fundear - Funchal	Magic Dolphin Atividades, Lda. (Bruce Hobley)	"Magic Dolphin"(ex. Riptide)
Autorização para fundear - Funchal	Maria Zita França, Unipessoal, Lda.	"Tamisa"
Autorização para fundear - Funchal	Santa Maria - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Nau "Santa Maria"



7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Embarcação
Autorização para fundear - Funchal	Santa Maria - Actividades Marítimo Turísticas, Lda.	"Manuela"
Autorização para fundear - Funchal	Ocean Limit, Lda.	"Pilar de Banjar"
Autorização para fundear - Funchal	Prazer do Mar - Actividades Marítimo Turísticas, Lda.	"Wahoo I "

CANIÇAL

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Licença n.º 11/ Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal, para utilização da Loja n.º 1 com fim de dar apoio administrativo à atividade desenvolvida pelo titular.	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Loja n.º 1
Licença n.º 19/ no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal, para ocupação de Loja	Reboques Avelino, Lda.	Loja n.º 4
Licença n.º 10/ no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal, para ocupação de Loja	Empresa Navegação Madeirense, Lda.	Loja n.º 5
Licença n.º 1 / no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal, para ocupação de Loja	Freitas & Caires, Lda.	Loja n.º 9
Autorização para ocupação de Loja para sede social da Casa do Pessoal da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.	Casa do Pessoal da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.	Loja n.º 20
Licença n.º 17/ no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal, para ocupação de Loja	MARINHA - Direcção-Geral da Autoridade Marítima	Loja F
Contrato de Concessão de Exploração do Estaleiro Naval para Embarcações em Madeira do Caniçal	J. S. Vieira & Gouveia, Lda.	Estaleiro Naval de Embarcações de Madeira - Caniçal
Contrato Administrativo de Concessão de Uso Privativo de uma parcela de terreno no Terminal do Caniçal - Porto de Pesca - destinado à construção de uma instalação de gasóleo para abastecimento a embarcações de pesca	Repsol Portuguesa, S.A.	Repsol - Porto de Pesca - Caniçal
Contrato Administrativo de Concessão de Exploração de um Terminal Marítimo de Combustíveis no Caniçal	CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	CLCM - Terminal Marítimo de Combustíveis - Caniçal
Alvará de Licença n.º 3 /Porto do Caniçal, para utilização de instalações amovíveis, destinado, provisoriamente, ao controlo de entrada e saída de mercadorias do Terminal de Carga	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Quiosque OPM - Controlo de entrada e saída de viaturas
Alvará de Licença n.º 2/ Porto do Caniçal, destina-se à colocação de umas instalações amovíveis destinadas à oficina provisória da OPM	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Oficina provisória OPM - Zona C
ALVARÁ DE LICENÇA 2014/OPM, destina-se às seguintes utilizações:		OPM - Zona de contentores frigoríficos



7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Zona A: para colocação de cinco estruturas, cada uma com 8,50 m2, para ligação de contentores frigoríficos a energia elétrica, a ser fornecida a partir do PT instalado na Zona B	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	
Zona B: para implantação de um posto de Transformação (PT) para alimentar os contentores frigoríficos da Zona A e as gruas		
Zona C: para os cabos de passagem de energia elétrica para alimentar as gruas e os contentores frigoríficos da Zona A		
LICENÇA N.º 9/2014/P.C. (licença precária de ocupação e utilização de terraplano no porto do caniçal para criação de zona de lavagem de equipamentos portuários)	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	OPM - Lavagem de equipamentos portuários
Licença ETP/Porto do Caniçal, ocupação de 2 instalações fixas que se destinam ao exercício da atividade desenvolvida pela ETP	ETPRAM - Empresa de Trabalho Portuário ETP, Lda.	Escritórios ETP
Conduta subterrânea	Cimentos Europa	Ocupação de parcela dominial relativa a 1 conduta subterrânea para (des)carga de cimento no porto do Caniçal
Conduta subterrânea	Comperitrans - Comércio e Serviços Integrados, Lda.	Ocupação de parcela dominial relativa a 1 conduta subterrânea para carga de asfalto no porto do Caniçal
Tapete rolante subterrâneo	Insular-Produtos Alimentares, Ld.ª	Ocupação de parcela dominial relativa a um tapete rolante subterrâneo para (des)carga de cereais no porto do Caniçal
2 condutas subterrâneas	Atlantic Island Electricity, S.A.	Ocupação de parcela dominial relativa a 2 condutas subterrâneas para fornecimento de vapor no porto do Caniçal
Conduta subterrânea	Aeco - Asfalto, Emulsões e combustíveis, Lda.	Ocupação de parcela dominial relativa a 1 conduta subterrânea para (des)carga de asfalto no porto do Caniçal
LICENÇA N.º 33/2015/P.C. (licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado ao exercício da atividade de restauração no edifício de autoridades do porto do caniçal)	Joaquim de Sousa Coelho,	Restaurante Caniçal



7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
LICENÇA Nº 34/2016/P.C. (destinada a instalações técnicas no âmbito do exercício da atividade de mergulho profissional exercida pela "TSM – Perfurações e Sondagens Subaquáticas da Madeira, Lda.")	TSM – Perfurações e Sondagens Subaquáticas da Madeira, Lda.	instalações técnicas da TSM
Ocupação de área molhada no porto do Caniçal	AFAVIAS - Engenharia & Construções, SA	Rebocador "AFAMAR"

ZAL – ZONA DE APOIO LOGÍSTICO

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
LICENÇA Nº 38/2016/Z.A.L. (para utilização da Plataforma n.º 2 na ZAL e destina-se a apoio logístico no âmbito da atividade exercida pela Tecnovia Madeira, Sociedade de Empreitadas, S.A. + ocupação das instalações fixas existentes na Plataforma n.º 1)	Tecnovia Madeira, Sociedade de Empreitadas, S.A.	Plataforma n.º 2 - ZAL -
Licença n.º 4/Z.A.L. (destinada à armazenagem de contentores e ao estacionamento de veículos no âmbito do exercício da atividade de transportadora exercida pela titular da Licença)	Daniel Freitas Alves & Filhos, Lda.	Plataforma n.º 3 - ZAL
LICENÇA N.º 37/2016/Z.A.L. (destina-se à armazenagem de contentores e estacionamento de viaturas)	LOGISLINK - Terminal de Logística, Lda.	Plataforma n.º 4 - ZAL - estacionamento de contentores
Licença n.º 11/Z.A.L. para utilização da Plataforma n.º 6 na ZAL e destina-se à construção e manutenção de um edifício, para o exercício da atividade de Centro de Inspeções Automóveis	MADINSP - Inspeção de Veículos, S.A.	Plataforma n.º 6 - ZAL - Centro de Inspeções
Ocupação de área molhada no Porto Novo	AFAVIAS - Engenharia & Construções, SA	Pontão "Ponta do Paul"

PEQUENOS PORTOS: Câmara de Lobos, Socorridos, Machico, Seixal e Ribeira Brava

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Contrato Administrativo de Concessão de Uso Privativo de uma parcela de terreno no Cais de Câmara de Lobos destinada à manutenção da instalação de um posto de venda de combustíveis à navegação	GALP MADEIRA - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda.	Posto de abastecimento - GALP - Câmara de Lobos
Contrato Administrativo de Concessão de Uso Privativo de uma parcela de terreno no Cais de	Repsol Portuguesa, S.A.	Posto de venda de combustíveis Repsol -



7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Câmara de Lobos para instalação de um posto de venda de combustível líquido à navegação		Câmara de Lobos (motor, escritório e depósito)
Contrato de concessão de uso privativo de parcelas do domínio público sob jurisdição da APRAM.	Cimentos Madeira, Lda.	Terminal dos Socorridos - Cimentos Madeira
Contrato de concessão de exploração do Porto de Recreio de Machico	Município de Machico	Porto de Recreio de Machico
Protocolo relativo à utilização, manutenção e exploração do guincho de elevação instalado no cais do seixal e do barracão existente no mesmo	Clube Naval do Seixal	Prestação generalizada de serviços de carga e descarga de embarcações e serviços afins a todos os potenciais utilizadores
Protocolo relativo à utilização, manutenção e exploração do guincho de elevação instalado no cais da ribeira brava	Aquilha – Aquacultura, Lda.	Guincho no Cais da Ribeira Brava - manutenção, utilização e exploração
LICENÇA N.º 38/2016/P.P.	Aquilha – Aquacultura, Lda.	Uso privativo de 1 parcela dominial, localizada no terrapleno do Cais da Ribeira Brava (inclui a ocupação das instalações existentes) para apoio à atividade de aquacultura desenvolvida pelo titular da Licença.

PORTO SANTO

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Alvará de Licença n.º 7-1/P.P.S. destinada à manutenção de uma cabine de alumínio para venda de bilhetes de transportes públicos	Moinho - Rent-a-Car, Lda.	Quiosque no porto
Alvará de Licença n.º 11/P.S. (destinada à manutenção do "Entrepasto Cimenteiro" para realização de operação de descarga e movimentação de cimento a granel do navio atracado para o estabelecimento)	Cimentos Madeira, Lda.	Cimentos Madeira, Lda. - Porto Santo
Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno no porto do Porto Santo da construção para armazenagem e um posto de venda de gasóleo à navegação	GALP MADEIRA - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.	GALP - Porto Santo
Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado ao exercício da atividade de restaurante no porto do Porto Santo	José Oliveira Gomes de Sousa	Restaurante - Porto Santo

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Licença de utilização privativa de parcela dominial n.º 1/2012/P.S. para o apoio à atividade de mergulho e guarda dos respetivos equipamentos	Rhea Dive, Lda.	Rhea Dive
Alvará de Licença 2014/EEM & BFS	EEM & BFS - Energy, S.A. (mas é faturado a EMPRESA DE ELECTRICIDADE DA MADEIRA, S.A.)	Implantação de uma unidade de produção de biocombustível a partir do cultivo e transformação termoquímica de microalgas marinhas.
Utilização de espaço no porto do Porto Santo	Auto Acessórios Colombo - Unipessoal, Lda.	Rent-a-car



8. Segurança

8. SEGURANÇA

8.1 ISPS (International Ship and Port Facility Code)

O Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro definiu a estrutura básica da organização interna de segurança dos portos face às ameaças e ações ilícitas intencionais.

De modo a ser possível dar cumprimento ao estipulado no referido diploma, no ano de 2016 foi dada continuidade à implementação e monitorização de diversas medidas na área da proteção marítima e patrimonial para que a APRAM, S.A. mantivesse a certificação dos seus portos, obtida em 2009 e emitida pela Autoridade Nacional, de acordo com as regras do Código ISPS (International Ships and Ports Security).

Assim, são de destacar as seguintes principais ações:

- Implementação dos Planos de Proteção nos termos da certificação ISPS (International Ships and Ports Security) e respetiva monitorização, com destaque especial para o cais 8;
- Avaliação de proteção pela Certitecna a 2 instalações portuárias (terminal norte, e cais comercial do Caniçal);
- Adequação das estruturas necessárias ao cumprimento dos Planos de Proteção, designadamente com a revisão e melhoria dos procedimentos de proteção das instalações e do aperfeiçoamento do controlo de acessos às áreas restritas dos Portos;
- Continuação da formação do pessoal afeto ao controlo das instalações portuárias nos portos do Funchal, Caniçal e Porto Santo;
- Articulação da atuação com as restantes Autoridades, através do Centro Coordenador de Proteção do Porto nomeadamente com a Capitania, as restantes forças e serviços de Segurança, o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros da Madeira e a Autoridade Regional de Saúde, designadamente através da realização de exercícios conjuntos entre as entidades envolvidas;



8. Segurança

- Especial articulação com o SEF para implementação de procedimentos que permitam cumprir as novas obrigações Frontex;
- Contratação e monitorização dos serviços da empresa de vigilância, que, conjuntamente com a requisição de serviços à PSP, agentes da Polícia Marítima e da Guarda Nacional Republicana – Brigada Fiscal e os Oficiais de Proteção, asseguram a proteção portuária, a todo o tempo.



9. Marketing e Relações Públicas

9. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

9.1 Ações de Promoção

Em termos gerais e tendo por referência o ano de 2016, realça-se o seguinte:

- Continuidade da parceria de promoção conjunta do turismo de cruzeiros com as Ilhas Canárias, no âmbito do projeto Cruises in the Atlantic Islands¹⁰, participando na Seatrade Cruise Global 2016 (março, Fort Lauderdale – EUA), Seatrade Med (setembro, SC Tenerife – Espanha);
- Colaboração com a comunidade portuária a nível nacional, reforçando a presença dos Portos da Madeira ao lado dos portos nacionais, sendo de realçar a participação conjunta no stand dos portos de Portugal nos eventos referidos no ponto anterior;
- Acolhimento ao turista de cruzeiros nas épocas festivas do Carnaval, Festa da Flor, Natal e Fim-de-ano, com iniciativas em parceria com clientes de publicidade e parceiros associativos como os Carreiros do Monte;
- Implementação de um Sistema Monitorização na Gare Marítima da Madeira dos fluxos de passageiros. A Madeira-ITI, em colaboração com a Associação de Promoção da Madeira, está a realizar um estudo Investigação *BeanStalk* sobre a utilização de novas tecnologias, novas tendências de media e marketing. Uma das vertentes do estudo pretende monitorizar os percursos realizados pelos turistas na ilha da Madeira com recurso a scanners *WiFi*. Os equipamentos instalados na gare serão utilizados para recolher informação de tráfego, através da implementação de uma rede virtual privada, pelo que não interferem com as ligações internet das entidades que acederem a colaborar neste estudo;
- Elaboração de plano para o desenvolvimento de ações promocionais coordenadas ao longo do ano com a AP Madeira, nomeadamente:



9. Marketing e Relações Públicas

- Nas escalas inaugurais;
 - Produção de uma lona à entrada do porto do Funchal para dar as boas vindas aos turistas de cruzeiro de um pórtico na Gare Marítima da Madeira com o cartaz de eventos da SRETC;
 - Criação de material promocional, de brochura (digital e em papel) e vídeo institucionais.
- Acolhimento da 44ª Assembleia-geral da APP (março);
 - Cedência de espaço para a realização do evento para realização de um workshop com prova de campeonato de trauma e socorro, pela empresa Madeira Emergência (maio);
 - Cedência de espaço para a realização do almoço comemorativo do CZMM – Comando da Zona Militar da Madeira (maio), no âmbito das suas celebrações anuais na RAM;
 - Exposição do CEN – Clube de Entusiastas de Navios sob os navios da companhia Aida Cruises que visitaram a Madeira, no âmbito do protocolo com aquele clube (junho a setembro) e acompanhando a operação de verão da companhia com a primeira escala do navio Aida Cara a 13 de junho, onde foi desenvolvida ação de promoção conjunta com a AP Madeira;
 - 2.ª Exposição CEN, no âmbito do protocolo, sob o tema 20 Anos de navios da companhia de cruzeiros P&O na RAM (dezembro 2016 a fevereiro 2017);
 - Exposição sobre o tema “Os tormentos do linho”, montado em parceria com o Grupo Cordas Fajã da Ovelha (agosto a novembro);
 - Cedência de espaço e apoio à organização da Horários do Funchal, para a reunião de trabalho no âmbito do grupo “Civitas Destinations” (setembro);
 - Presença em cerimónias a bordo e ações de boas-vindas com entrega de ofertas aos comandantes na 1.ª escala de navios cruzeiro no Porto do Funchal e Porto do Porto



9. Marketing e Relações Públicas

Santo (Le Lyrial, Sirena, Koningsdam, Seven Seas Explorer). Ainda ação de promoção no dia Internacional do Turismo (setembro);

- Reunião com a organização da Seatrade, na tentativa de trazer para a Madeira a organização da Seatrade Med 2018. A representante da UBMi esteve na Madeira a fazer o reconhecimento das condições para a candidatura aquele evento (abril);
- Cedência de espaço no cais norte e apoio à organização do evento “Passeio de Automóveis Antigos: Amigos do Zé”, que escolhe o porto do Funchal para ponto de encontro pelo quinto ano consecutivo;
- No âmbito da reunião trimestral da FIMOP - Federação Ibérica de Empresas Estivadoras e Agentes Marítimos, apoio à organização e visita guiada ao porto do Caniçal (outubro);
- Acompanhamento de visitas de escolas, coletividades e associações à Gare Marítima da Madeira, Porto do Funchal e Porto do Caniçal (ex. Escola Francisco Franco, Escola EB2 + 3 Santana, Escola Básica e Secundária Gonçalves Zarco, Escola Básica dos Louros, Escola Santa Teresinha ou do Eng. Portuário reformado Thomas O’Connor);
- III Edição do Pontinha Cup, em conjunto com a escola de futebol “Dragon Force Madeira” (maio);
- Exposição temporária da Direção Regional de Faróis (fevereiro a maio);
- Participação da APRAM, S.A. na “Ocean Business Week”, no Centro de Congressos de Lisboa, no stand sob a alçada da SRA (junho).

9.2 Comunicação

O ano de 2016 pautou-se pelo reforço da comunicação institucional, com informação atualizada na página do Facebook, nas newsletters e boletins das associações que a APRAM, S.A. integra, nomeadamente a APP – Associação dos Portos de Portugal e a RETE – Associação para a colaboração entre os Portos e as Cidades e ainda, junto dos media.

9. Marketing e Relações Públicas

De salientar:

- criação da newsletter oficial da APRAM, S.A., com a publicação do primeiro número, em maio de 2016;
- apoio à imprensa estrangeira, nomeadamente durante a transmissão radiofónica da BBC2 que efetuou a cobertura da passagem de final do ano a bordo do navio Oceana (31 dezembro de 2016);
- contactos regulares junto de jornalistas, apostando na proximidade como forma de divulgação da APRAM, S.A..

9.3 Informação geral e Publicações

Acompanhamento de dois estagiários em contexto de formação curricular, alunos da Escola Profissional Atlântico, no âmbito do curso de Técnico de Marketing, Relações Públicas e Publicidade do 2.º ano (11.º ano), entre 26/01/2016 e 18/03/2016, num equivalente a 250 horas e 3ºano (12.º ano), entre 07/04/2016 e 17/06/2016, num equivalente a 350 horas

Divulgou-se ainda informação sobre ações, projetos e parcerias nas quais a APRAM, S.A. foi parte interessada.



10. Estaleiro Naval do Caniçal /CLCM

10. ESTALEIRO NAVAL DO CANIÇAL / CLCM – CENTRO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA

10.1 Estaleiro Naval do Caniçal

Por Resolução n.º 544/2009, de 7 de maio, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 622/2009, de 28 de maio, desde janeiro de 2010, o Governo Regional mandou a APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. para, em representação da RAM, administrar e gerir o Estaleiro Naval do Caniçal.

Esta infraestrutura, implantada em área portuária, encontra-se completamente inoperacional, fruto da avaria do Syncrolift, ocorrida em abril de 2008.

Esta decisão do acionista, teve também como efeito colateral o arrastamento da APRAM S.A. para um contencioso judicial, dado que, por via dessa condição de entidade administrante do Estaleiro, se viu envolvida em vários processos judiciais, movidos nomeadamente, pela MEC, e pela empresa Basaltareias, armador do navio Arco que se encontrava a docar, quando ocorreu o acidente com a plataforma elevatória, Syncrolift, anterior à gestão da APRAM, S.A..

Em finais de dezembro de 2015 foram vendidos através de leilão eletrónico pela Autoridade Tributária os equipamentos da MEC e que inviabilizavam a rentabilização daquele espaço.

Ainda estão parqueados naquela infraestrutura equipamentos, que são propriedade do Governo Regional: 2 tratores e a embarcação S. Roque.

Em 2016 foi elaborado um “Estudo de Viabilidade do Estaleiro Naval do Caniçal”, pela empresa SCMA - Sociedade de Consultores Marítimos, Lda.

10.2 CLCM – Centro Logístico de Combustíveis da Madeira

A APRAM, SA vem dirimindo desde 2007 com a CLCM um diferendo na interpretação de cláusulas do contrato celebrado com aquela empresa, com vista à exploração do centro de

10. Estaleiro Naval do Caniçal /CLCM

logística de combustíveis da Madeira, implantado parcialmente em área sob jurisdição da APRAM, S.A..

Por via dessa ocupação, foi celebrado o referido contrato que previa o pagamento de uma taxa mensal pela ocupação de área dominial sob a jurisdição da APRAM.

Após 33 meses de cumprimento regular e, conseqüente do contrato celebrado, a CLCM deixou de pagar as taxas mensais previstas no contrato, pois, na sua aceção, a referida taxa deveria ser paga anualmente, e não mensalmente, como ocorreu durante 33 meses, pelo que, essas 33 rendas já pagas corresponderiam a um montante global superior ao que seria devido pela totalidade das rendas contratuais.

A APRAM, S.A. tem vindo a pugnar desde sempre pela periodicidade mensal das referidas taxas, faturando-as nessa mesma periodicidade à CLCM, tendo procurado seguir as vias contratuais previstas para a resolução de litígios de interpretação do contrato: a tentativa de conciliação, que terminou sem acordo, e a constituição de um tribunal arbitral, que avaliou as posições de ambas as partes, ouviu testemunhas e peritos e, após audiência de julgamento, proferiu a sua decisão em Julho de 2014, decisão essa que foi favorável às pretensões da APRAM, S.A..

Na verdade, o referido tribunal arbitral concluiu que a periodicidade da taxa era mensal, tendo condenado a CLCM ao pagamento das taxas devidas desde 2007, acrescidas de juros de mora. Interpelada para pagamento no cumprimento dos ditames da sentença arbitral, retorquiu a CLCM com a interposição de um recurso nos tribunais comuns da decisão arbitral, o que impediu que a decisão arbitral tivesse transitado em julgado.

Ainda assim, a APRAM, S.A., porque estava munida de uma sentença arbitral, a cujo eventual recurso havia sido apenas atribuído efeito devolutivo, emitiu certidão de dívida que remeteu à Repartição de Finanças de Machico para que esta procedesse à cobrança coerciva da dívida através de processo de execução fiscal. A CLCM deduziu oposição à referida execução, resguardando-se no facto de não existir ainda trânsito em julgado da decisão arbitral.



10. Estaleiro Naval do Caniçal /CLCM

Independentemente de considerar a conduta da CLCM como meramente dilatória, a APRAM, S.A. continua a emitir mensalmente as faturas que entende serem devidas, do mesmo modo que periodicamente atualiza o montante que considera ser devido em sede de cobrança coerciva, emitindo certidões de dívida adicionais.

11. Análise Económica e Financeira



11. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Resultado Líquido do Exercício registou um prejuízo de 18.673.114,80 euros.

O Ativo Líquido atingiu os 332,687 M€ e registou uma diminuição de 1.925 M€ face ao ano anterior.

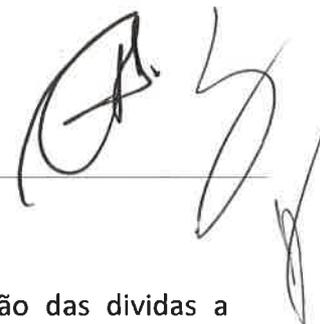
Esta diminuição justifica-se, essencialmente, pelo reconhecimento de uma imparidade referente à CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A., decorrente de uma renda mensal, que a empresa, apesar de já ter sido condenada em sede de tribunal arbitral ao pagamento das quantias a que a APRAM considera ter direito, teima em não pagar, tendo interposto recurso jurisdicional desta decisão do tribunal arbitral para adiar o pagamento das referidas rendas. A dívida desta empresa, já foi executada fiscalmente, sendo que a CLCM procedeu à impugnação, dos processos de execução fiscal.

Se não ocorresse o facto exposto acima, o ativo corrente registaria um aumento, devido à receção de verbas, correspondentes aos saldos finais dos projetos aprovados em sede de candidatura a fundos comunitários, no âmbito do Fundo de Coesão (Porto do Caniçal) e do POVT (Funchal e Porto Santo).

Desde 1999, ano em que a APRAM, S.A. se constituiu como sociedade anónima, abandonando o estatuto de instituto público, o ativo líquido tem vindo a crescer fruto dos elevados investimentos em infraestruturas e equipamentos portuários.

No entanto, a tendência atual será a oposta: o ativo líquido a decrescer porque o investimento já está consolidado e o efeito das amortizações, contribuirão para o decréscimo.

No ano de 2016, o Passivo Corrente atingiu os 60,48 M€, registando-se assim uma diminuição de 14,96 M€. Esta situação ficou a dever-se à diminuição das dívidas de curto prazo a “instituições de crédito”, ou seja, onde são registados os valores a amortizar dos empréstimos de médio e longo prazo no próximo ano e os contratos de mútuo, celebrados



11. Análise Económica e Financeira

com o acionista e para fazer face ao serviço da dívida, à diminuição das dívidas a fornecedores de investimento, bem como à diminuição dos outros passivos financeiros, onde são registados os valores de mercado das operações de cobertura de taxa de juro, que vai tendencialmente diminuindo, na “proporção” da amortização dos empréstimos bancários a que estão associadas.

Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, são positivos, atingindo o valor de 2,005 M€. Este facto deve-se ao registo do impacto financeiro nas contas das operações de cobertura de risco de taxa de juro, onde se registou em 2016 uma variação positiva. Por outro lado, o facto da empresa reconhecer anualmente nos seus resultados o valor dos subsídios ao investimento na mesma proporção das amortizações do exercício, resulta numa melhoria dos resultados da empresa. Associado a estes resultados, também se encontra uma política de gestão, no sentido da empresa conseguir anualmente ganhos com a sua atividade operacional, ou seja, os rendimentos da atividade, serem superiores aos gastos com a mesma (sem o efeitos das amortizações do exercício).

Refira-se que a entrada em funcionamento da Gare Marítima da Madeira implicou um aumento significativo dos gastos de consumo corrente nomeadamente água, eletricidade e contratação de serviços de limpeza e manutenção AVAC, elevadores e escadas rolantes.

Apesar das orientações do acionista que originaram uma quebra de receita efetiva, plasmadas na Portaria n.º 141/2014, de 14 de agosto, que aboliu a TUP carga na exportação de mercadorias e a emissão de certificados de isenção de pilotagem aos comandantes dos navios da linha regular que operam nos portos do Caniçal e Porto Santo, verificou-se um ligeiro aumento nas receitas provenientes das prestações de serviços.

Rendimentos de Exploração

Os proveitos de exploração decresceram globalmente 4%, apesar do aumento nas prestações de serviços. Este decréscimo, prende-se com o facto de no ano anterior a



11. Análise Económica e Financeira

APRAM, S.A. ter recebido um subsídio à exploração proveniente da lei de meios na sequência da intempérie de 2010. Este ano o valor recebido a título de subsídios à exploração foi de 0,069 M€, por oposição aos 0,506 M€, recebidos no ano anterior.

Na rubrica de outros rendimentos e ganhos, a variação negativa (-6%) prende-se com a receção de verbas em 2015, na ordem dos 0,546 M€, referentes a receitas provenientes de um processo de execução fiscal movido à Madmar - Movimentação e Comercialização de Inertes, Lda. e na sequência do parecer favorável do Supremo Tribunal Administrativo que veio a dar razão à APRAM, S.A. e ao facto da empresa ter recebido em 2016 uma indemnização no valor de 0,279 M€, em virtude do acidente com o N/M Rebocador Passos Gouveia.

Quadro 8 - Rendimentos de Exploração

Un.: Euros

Rubricas	Exercícios		Variação	
	2016	2015	%	Valor
Prestações de serviços	10.407.822,85	10.362.284,93	0%	45.537,92
Subsídios à exploração	69.731,92	506.011,28	- 86%	-436.279,36
Outros rendimentos e ganhos	3.099.956,36	3.309.285,51	- 6%	-209.329,15
Total	13.577.511,13	14.177.581,72	- 4%	-600.070,59

Fonte: APRAM, S.A.

Gastos de Exploração

Verifica-se que nas principais rubricas de exploração da empresa (fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal), os gastos com:

- Os fornecimentos e serviços externos apresentaram um aumento, resultante das docagens dos rebocadores “Cte. Passos Gouveia”, “Boqueirão” e “Ponta do Pargo”. Uma parte do valor deste agrupamento, tem uma contrapartida nas receitas, atendendo à indemnização recebida da seguradora no âmbito do seguro contratualizado e devido ao acidente ocorrido com o rebocador Comandante Passos de Gouveia, cujo sinistro danificou o sistema Schottel mais profundamente do que o inicialmente previsto. O aumento verificado nesta rubrica, prende-se também com os



11. Análise Económica e Financeira

gastos de vigilância e segurança, com os trabalhos especializados, nomeadamente com os gastos com os honorários de advogados, associados aos processos judiciais em curso, bem como com o estudo de viabilidade do Estaleiro Naval do Caniçal. Saliente-se também o aumento nas áreas cobertas e do risco de cobertura do seguro de riscos de exploração, o que veio onerar um pouco os gastos desta rubrica;

- Os gastos com o pessoal apresentaram um aumento de 621.664,22€ em virtude do regresso ao quadro de uma assessora e celebração de 3 acordos de cedência, bem como da aplicação à RAM do Despacho Conjunto da Ministra do Mar e do Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, de 31 de maio de 2016, pelo Despacho Conjunto n.º 123/2016, de 9 de novembro, o qual permitiu o descongelamento das carreiras, diuturnidades e diferencial de carreira;
- Na rubrica “Outros gastos e perdas” estão refletidos os gastos com os resíduos sólidos, e demais impostos que registaram um aumento, comparativamente ao ano anterior. De salientar que alguns gastos associados a esta rubrica, tem correspondência nas receitas da APRAM, S.A., pois estão diretamente ligados à atividade da empresa.

Quadro 9 - Gastos de Exploração

RUBRICAS	EXERCÍCIOS	
	2016	2015
Fornecimentos e serviços externos	3.289.791,59	1.858.152,92
Gastos com pessoal	7.331.138,88	6.709.474,66
Outros gastos e perdas	372.290,78	221.546,61
Total	10.993.221,25	8.789.174,19

Fonte: APRAM, S.A.

Estrutura dos Gastos de Exploração

Na estrutura de gastos de exploração da empresa, o maior peso continua a centrar-se nos “Gastos com o pessoal”, com 66,7%, seguindo-se os “Fornecimentos e serviços externos”, com 29,9% e os “Outros gastos e perdas”, com 3,4%.

11. Análise Económica e Financeira

Quadro 10- Estrutura dos Gastos de Exploração

Rubricas	Exercícios	
	2016	2015
Fornecimentos e serviços externos	29,93%	21,14%
Gastos com pessoal	66,69%	76,34%
Outros gastos e perdas	3,39%	2,52%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: APRAM, S.A.

Fundos Libertos

A cobertura do investimento por autofinanciamento apresenta-se negativa devido ao valor dos “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” serem insuficientes para cobrir o resultado líquido negativo, não gerando fundos libertos.

Quadro 11 - Fundos Libertos

Rubricas	Exercícios	
	2016	2015
Resultado líquido do exercício	(18.673.114,80)	(12.647.640,64)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	13.879.506,83	13.275.675,45
Provisões do exercício	132.511,29	0,00
Fundos Libertos	(4.661.096,68)	628.034,81
Investimento	153.116,51	8.971.426,39
Cobertura do investimento por autofinanciamento	-3.044,15%	7,00%

Situação Financeira e Patrimonial

O quadro que se segue evidencia a evolução da situação patrimonial no período de 2016/2015.

Do lado das aplicações de fundos destaca-se, em termos absolutos, a manutenção do imobilizado líquido, com valores superiores a 94% do ativo líquido total, sendo a parcela com



11. Análise Económica e Financeira

maior representatividade nas contas da APRAM, S.A., o que reflete o volume de investimento efetuado, de acordo com as orientações de gestão do acionista.

Em relação ao ativo corrente, verifica-se um acréscimo de 11,86 M€, que representou no exercício económico de 2016, 5,26% do ativo líquido total.

Este acréscimo é justificado pelos valores recebidos e referentes ao cofinanciamento comunitário aprovado em sede de candidatura dos projetos no âmbito do Fundo de Coesão (Projeto de “Desenvolvimento das infraestruturas portuárias da RAM - Porto do Caniçal”) e do POVT (Projetos de “Requalificação da zona acostável norte do porto do Funchal” e “Infraestruturas portuárias do porto do Porto Santo”).

Os projetos no âmbito do programa (POVT), terminaram em 31 de dezembro de 2015, sendo que os valores recebidos respeitam aos saldos finais, e foram disponibilizados após a análise e aprovação do relatório final.

O projeto no âmbito do programa (Fundo de Coesão), terminou em 31 de dezembro de 2010, sendo que o valor recebido respeita ao saldo final, e foi disponibilizado na sequência do acórdão do Tribunal Geral de 15 de julho de 2015 – Portugal/Comissão, que proferiu uma decisão favorável à APRAM, S.A., tendo em conta que haviam sido consideradas despesas inelégíveis pela Comissão Europeia.

Note-se, por último, que apesar da diminuição das dívidas de clientes, a APRAM, S.A. está a faturar à CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. uma renda mensal, que a empresa, apesar de já ter sido condenada em sede de tribunal arbitral ao pagamento das quantias a que a APRAM considera ter direito, teima em não pagar, tendo interposto recurso jurisdicional desta decisão do tribunal arbitral para adiar o pagamento das referidas rendas.

Acresce ainda o facto da empresa, face à conjuntura económica, ter necessidade de recorrer a alguns acordos de regularização de dívidas com alguns clientes (Grupo Sousa/ARM, JFM, SILOMAD, entre outros), no sentido de poder ser ressarcida de alguns montantes já faturados e ainda não pagos, por questões de liquidez das referidas empresas.



11. Análise Económica e Financeira

Quadro 12 – Situação Financeira e Patrimonial (1)

ATIVO	EXERCÍCIOS			
	31-12-2016	%	31-12-2015	%
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	315.358.257,85	94,72%	329.126.578,33	98,36%
Ativos intangíveis	28.830,83	0,01%	44.697,17	0,01%
Acionistas / Sócios	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total do ativo não corrente	315.387.088,68	94,73%	329.171.275,50	98,37%
ATIVO CORRENTE				
Inventários	10.000,00	0,00%	10.000,00	0,00%
Clientes	2.928.688,09	0,88%	4.739.196,57	1,42%
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	116.349,34	0,03%	129.752,59	0,04%
Acionistas / Sócios	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras contas a receber	4.092.768,26	1,30%	418.679,14	0,13%
Diferimentos	135.585,29	0,04%	82.899,35	0,02%
Caixa e depósitos bancários	10.017.385,89	3,01%	61.449,50	0,02%
Total do ativo corrente	17.300.776,87	5,26%	5.441.977,15	1,63%
TOTAL DO ACTIVO	332.687.865,55	99,99%	334.613.252,65	100,00%

Fonte: APRAM, S.A.

Em termos de rubricas de origens de fundos, verifica-se um acréscimo no Capital Próprio, influenciado, em especial, pelo aumento do capital social, através da conversão dos contratos de mútuo com o Governo Regional da Madeira (acionista único da empresa), bem como pelo aumento das outras variações no capital próprio, decorrente do impacto da receção de verbas (subsídios ao investimento), associadas aos saldos finais dos projetos já descritos no ponto anterior. No entanto, saliente-se que os resultados líquidos negativos do ano, por norma são transferidos para os resultados transitados, absorvendo paulatinamente os capitais próprios da empresa (acumulação de prejuízos de exercícios anteriores).



11. Análise Económica e Financeira

No que diz respeito aos Capitais Permanentes, verifica-se um acréscimo (para os 82%), que decorre da diminuição do “Passivo Não Corrente” em virtude da amortização do capital das dívidas a instituições de crédito de médio e longo prazo, bem como pelo aumento do capital próprio (acima explicado).

No que respeita ao “Passivo Corrente”, os “Financiamentos obtidos” de curto prazo, apresentam um decréscimo, na ordem dos 11.935 M€. Nesta rubrica estão expressos os valores a reembolsar em 2017 e referentes a empréstimos contraídos junto do BEI, EEPK, Déxia Sabadell e ao acionista (empréstimos de mútuo). O decréscimo, verificado nesta rubrica, respeita à conversão dos empréstimos de mútuo com o acionista, num aumento do capital social.

Tal como no ano anterior, procedeu-se ao registo do valor de mercado das operações de cobertura de risco de taxa de juro, contemplado na rubrica “Outros passivos financeiros”. Este valor veio contribuir para a diminuição do passivo corrente e a expectativa é que este valor venha a ser tendencialmente menor, em função da amortização dos empréstimos bancários a que as operações de *Swap* de taxa de juro estão associadas.

A par do ano anterior, este ano verifica-se também uma diminuição significativa da rubrica “Outras contas a pagar” devido, sobretudo, à diminuição das dívidas a fornecedores de investimento e a outros credores.

Saliente-se o esforço financeiro que foi efetuado para cumprimento do acordo de regularização de dívida (ARD) celebrado com a Somague, S.A., cuja dívida, superior a 2 M€, remontava a 2011, em resultado de trabalhos de dragagem realizados no final do ano de 2010 e início de 2011, sendo que no final deste ano a dívida foi integralmente saldada, com a antecipação do pagamento.

Quadro 13 – Situação Financeira e Patrimonial (2)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS			
	31-12-2016	%	31-12-2015	%
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital realizado	59.129.505,00	17,76%	24.715.775,00	7,39%

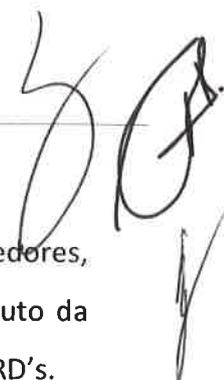
11. Análise Económica e Financeira

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS			
	31-12-2016	%	31-12-2015	%
Reservas	3.458.448,87	1,04%	3.458.448,87	1,03%
Excedentes de revalorização de ativos fixos	180.293.492,29	54,15%	180.293.492,29	53,88%
Outras variações no capital próprio	99.252.690,21	29,81%	86.178.969,75	25,75%
Resultados transitados	(184.572.520,67)	-55,44%	(171.624.089,57)	-51,29%
Resultado líquido do exercício	(18.673.114,80)	-5,46%	(12.647.640,64)	-3,78%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	138.888.500,90	41,86%	110.374.955,70	32,98%
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões	132.511,29	-0,04%	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	133.185.520,37	40,00%	148.792.307,70	44,47%
Total do passivo não corrente	133.318.031,66	39,96%	148.792.307,70	44,47%
Capitais permanentes	272.206.532,56	81,82%	259.167.263,40	77,45%
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores	454.342,97	0,14%	444.485,41	0,13%
Estado e outros entes públicos	431.461,78	0,13%	293.433,46	0,09%
Financiamentos obtidos	44.422.065,32	13,34%	56.358.019,59	16,84%
Outras contas a pagar	1.807.497,29	0,54%	3.933.268,98	1,18%
Outros passivos financeiros	13.365.965,63	4,01%	14.416.781,81	4,31%
Diferimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total do passivo corrente	60.481.332,99	18,16%	75.445.989,25	22,55%
TOTAL DO PASSIVO	193.799.364,65	58,12%	224.238.296,95	67,02%
TOTAL DO CAP. PRÓP. + PASSIVO	332.687.865,55	100,00%	334.613.252,65	100,00%

Fonte: APRAM, S.A.

Fundo de Maneio

O fundo de maneio apresenta-se positivo (2,38 M€), pelo que as dívidas de clientes e os inventários são suficientes para fazer face às obrigações correntes (fornecedores) da empresa, numa ótica de curto prazo.



11. Análise Económica e Financeira

De salientar, neste exercício económico, a elevada diminuição das dívidas a fornecedores, sendo que a APRAM, S.A. deixou de ter acordos de regularização de dívidas, fruto da antecipação do pagamento das suas dívidas a todos os fornecedores, objeto de ARD's.

Quadro 14 – Fundo de Maneio

Rubricas	Exercícios		Variação
	2016	2015	%
Dívidas de clientes + Inventários (1)	2.938.688,09	4.749.196,57	-38,12%
Fornecedores conta cor. e de investimento (2)	558.566,63	2.915.179,80	-80,84%
Fundo de maneio (3) = (1) - (2)	2.380.121,46	1.834.016,77	29,78%

Fonte: APRAM, S.A.

Rácios de Natureza Económica

Atendendo ao peso do Resultado Líquido (negativo) obtido no exercício, os indicadores económicos da APRAM, S.A., tal como em anos anteriores, mantêm-se desfavoráveis.

A rentabilidade das prestações de serviços decresceu ligeiramente, devido à variação negativa dos Resultados de Exploração da empresa, onde se registou um aumento significativo dos gastos com os fornecimentos e serviços externos, dos gastos com o pessoal e a diminuição dos subsídios à exploração.

A rentabilidade dos Capitais Próprios piorou, fruto do Resultado Líquido que apresentou uma evolução negativa, influenciado pelo acréscimo das amortizações do exercício, bem como pelos motivos expostos no parágrafo anterior.

Quadro 15 – Rácios de Natureza Económica

Rubricas	Exercícios	
	2016	2015
Vendas e prestações de serviços / Ponto crítico (1)	0,98	1,21
Rentabilidade das prestações de serviços (2)	-1,14	-0,52
Rendibilidade do ativo (ROI) (3)	-0,06	-0,04
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE) (4)	-0,13	-0,11

Fonte: APRAM, S.A.



11. Análise Económica e Financeira

- Notas: (1) Ponto crítico = Gastos variáveis (CMVMC + FSE) + Gastos de estrutura (GCP)
 (2) Resultados operacionais / Prestações de serviços
 (3) Resultados líquidos/ Ativo total líquido
 (4) Resultados líquidos / Capitais próprios

Rácios de Natureza Financeira

De um modo geral, os indicadores financeiros apresentam este ano um resultado mais positivo comparativamente ao ano anterior, apesar do resultado líquido negativo e dos resultados transitados que, paulatinamente, vão “consumindo” o capital próprio da empresa.

Este ano, o aumento nas outras variações do capital próprio, bem como o aumento no capital social, veio contribuir para uma maior solidificação do capital próprio, a par da diminuição das dívidas a instituições de crédito, quer a médio e longo prazo, quer a curto prazo.

No caso da Liquidez Geral, a evolução foi positiva, passando de 7% para 29%.

Quanto à Autonomia Financeira e à Solvabilidade, verifica-se uma ligeira melhoria, sendo evidenciados, deste modo, pelos factos acima expostos (Aumento de capital, receção de subsídios ao investimento e diminuição das dívidas a instituições de crédito).

O prazo médio de cobrança neste exercício foi de 103 dias e o prazo médio de pagamento foi de 50 dias.

Quadro 16 – Rácios de Natureza Financeira

Rubricas	Exercícios	
	2016	2015
Liquidez Geral (1)	0,29	0,07
Autonomia Financeira (2)	0,42	0,33
Solvabilidade (3)	0,72	0,49
Cobertura do imobilizado/investimento (4)	0,86	0,79
Capacidade de endividamento (5)	2,04	1,74
Debt-to-equity (6)	1,28	1,86

11. Análise Económica e Financeira

Rubricas	Exercícios	
	2016	2015
Prazo médio de recebimentos (dias) (7)	103	167
Prazo médio de pagamentos (dias) (8)	50	87

Fonte: APRAM, S.A.

Notas: (1) Ativo corrente/Passivo corrente

(2) Capital próprio/Ativo total líquido

(3) Capital próprio/Passivo total

(4) Capitais permanentes/Investimentos líquidos

(5) Capitais permanentes/Passivos não correntes

(6) Passivo financeiro/Capital próprio

(7) (Saldo de clientes C/C * 365 dias)/Vendas + Prestação de serviços)

(8) (Saldo de fornecedores C/C * 365 dias)/Fornecimentos e serviços externos + Compras

Proposta de Aplicação de Resultados

Os resultados líquidos do exercício foram negativos no montante de 18.673.114,80 euros, propondo-se que este valor seja levado à conta de Resultados Transitados.

Situação Perante a Segurança Social e o Sector Público Estatal

A APRAM, S.A. tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária, o Centro de Segurança Social da Madeira e demais entidades públicas.

Perspetivas Futuras

Para os próximos exercícios económicos, de acordo com as orientações de gestão e com o plano de atividades e orçamento, prevê-se a execução de investimentos em algumas obras, designadamente:

- Otimização da frente de proteção marítima do depósito de inertes, criada a nascente do cais da cidade do Funchal;
- Reforço do manto de proteção do molhe sul do porto do Funchal;
- Reparação dos danos causados pelo temporal do dia 10 de dezembro de 2013 no cais de Machico;

11. Análise Económica e Financeira

- Reabilitação pedonal da parte superior da marina do Funchal;
- Dragagem do porto do Funchal;
- Reparação do porto do Porto Santo;
- Reconstrução do cais da Ribeira Brava;
- Reabilitação do cais da Ponta do Sol;
- Reparação e reposição da proteção do cais do Paul do Mar;
- Reparação e reposição da proteção do cais do Seixal;
- Substituição dos cabeços Funchal;
- Reforço do manto de proteção do terraplano nascente do porto do Caniçal;
- Reconstrução do cais de Santa Cruz.

Ao nível do financiamento, prevê-se que este possa ser efetuado através do recurso a contratos programa de investimentos com o Governo Regional, indemnizações compensatórias e cofinanciamento através de fundos comunitários, garantindo o necessário e imprescindível equilíbrio económico e financeiro da empresa.

Nesta fase, e face à conjuntura económica e financeira, continua a ser necessária a assunção pelo acionista dos valores a pagar por conta do serviço da dívida, no sentido de desonerar a APRAM, S.A. desse encargo, libertando assim os fundos da empresa para a sua atividade de exploração/corrente, facto que ocorreu ao longo do ano de 2016 e que, aliado a uma melhor performance ao nível da cobrança a clientes, permitiu salvaguardar e melhorar a tesouraria da empresa.

Em 2016 foi celebrado um contrato de mútuo de curto prazo, para o pagamento do serviço da dívida, cujo montante ascendeu no exercício de 2016 a 28.815.277,99 €. A APRAM, S.A. não tem possibilidade de reembolsar este montante através de receitas próprias, pelo que se propõe que o mesmo seja convertido em aumento de capital e a exemplo dos contratos anteriores, melhorando deste modo a situação financeira e patrimonial da empresa.

11. Análise Económica e Financeira

De salientar que desde janeiro de 2014, a APRAM, S.A. está obrigada ao cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, o que obriga a que a gestão da tesouraria e as decisões que envolvem a contração de despesa sejam ainda mais criteriosas.

Só se se mantiver esta tendência, poderá a APRAM, S.A. a médio prazo conseguir fazer face aos compromissos com os fornecedores e manter uma atividade saudável e viável, pois, a não acontecer, as dívidas a fornecedores/contas a pagar, tenderão a crescer significativamente no futuro, com as inerentes responsabilidades.

Funchal, 20 de março de 2017.

O Conselho de Administração,

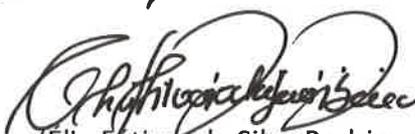
A Presidente

A Vogal

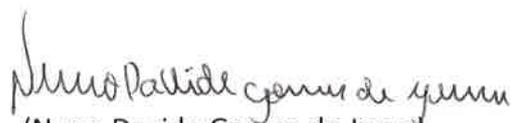
O Vogal



(Maria Lúcia Ferreira Correia)



(Elia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro)



(Nuno Davide Gomes de Jesus)



12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

DE 01.01.2016 A 31.12.2016



12.1 Balanço Ativo

Quadro 17 – Balanço Ativo

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	8		
Terrenos e recursos naturais		2.280.144,21	2.280.144,21
Edifícios e outras construções		305.152.383,79	318.123.212,37
Equipamento básico		7.712.190,03	8.453.344,28
Equipamento de transporte		111.288,52	144.158,23
Equipamento administrativo		51.088,07	61.641,40
Equipamentos biológicos			
Outros ativos fixos tangíveis		51.163,23	64.077,84
Ativos fixos tangíveis em curso			
Adiantamentos por conta de investimentos			
		315.358.257,85	329.126.578,33
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	7		
Projetos de desenvolvimento		-	-
Programas de computador		28.830,83	44.697,17
Propriedade industrial			
		28.830,83	44.697,17
Ativos biológicos		-	-
		-	-
Investimentos financeiros			
Acionistas/sócios			
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
Total de ativo não corrente		315.387.088,68	329.171.275,50

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
ATIVO CORRENTE			
Inventários	9		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		10.000,00	10.000,00
Mercadorias		10.000,00	10.000,00
Clientes - conta corrente		2.697.295,41	4.739.196,57
Clientes - cobrança duvidosa	12	231.392,68	-
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	15	116.349,34	129.752,59
Acionistas/sócios			
Outras operações (Subsid, associad. e empreend. Conj.)		3.045.037,43	4.868.949,16
Outras contas a receber			
Pessoal			
Outros devedores	13	4.092.768,26	418.679,14
		4.092.768,26	418.679,14
Diferimentos			
Gastos a reconhecer		135.585,29	82.899,35
		135.585,29	82.899,35
Caixa e depósitos bancários	5		
Depósitos bancários		10.013.965,30	58.615,50
Caixa		3.420,59	2.834,00
		10.017.385,89	61.449,50
Total de ativo corrente		17.300.776,87	5.441.977,15
TOTAL DO ATIVO		332.687.865,55	334.613.252,65



12.2 Balanço Passivo

Quadro 18 – Balanço Passivo

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	4	59.129.505,00	24.715.775,00
Reservas:			
Reservas legais			
Outras reservas		3.458.448,87	3.458.448,87
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		180.293.492,29	180.293.492,29
Outras variações no capital próprio	13	99.252.690,21	86.178.969,75
Resultados transitados		(184.572.520,67)	(171.624.089,57)
Resultado líquido do período		(18.673.114,80)	(12.647.640,64)
Total de capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe		138.888.500,90	110.374.955,70
Capital próprio atribuível aos Interesses minoritários		-	-
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		138.888.500,90	110.374.955,70
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	19	132.511,29	
Financiamentos obtidos			
Instituições de crédito e sociedades financeiras	16	133.185.520,37	148.792.307,70
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-
		133.318.031,66	148.792.307,70
Outras contas a pagar			
Total do passivo não corrente		133.318.031,66	148.792.307,70
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores, conta corrente		454.342,97	444.485,41

12 Demonstrações Financeiras e Anexos



RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
Fornecedores - faturas em receção e conferência			
Estado e outros entes públicos	15	431.461,78	293.433,46
Financiamentos obtidos			
Instituições de crédito e sociedades financeiras	16	44.422.065,32	56.358.019,59
Adiantamentos por conta de vendas			
		45.307.870,07	57.095.938,46
Outras contas a pagar			
Fornecedores de investimentos		104.223,66	2.470.694,39
Credores por acréscimos de gastos		1.641.150,93	1.413.930,51
Outros credores		62.122,70	48.644,08
		1.807.497,29	3.933.268,98
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros	16	13.365.965,63	14.416.781,81
		13.365.965,63	14.416.781,81
Diferimentos			
Total do passivo corrente		60.481.332,99	75.445.989,25
TOTAL DO PASSIVO		193.799.364,65	224.238.296,95
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		332.687.865,55	334.613.252,65

12.3 Demonstração de resultados por natureza

Quadro 19 – Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2016	31-12-2015
Vendas e serviços prestados	11		
Vendas			
Mercadorias			
Produtos			
Ativos biológicos			
Prestações de serviços		10.407.822,85	10.362.284,93

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2016	31-12-2015
		10.407.822,85	10.362.284,93
Subsídios à exploração		69.731,92	506.011,28
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos		-	-
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Mercadorias			
Matérias			
Ativos biológicos			
Fornecimentos e serviços externos		(3.289.791,59)	(1.858.152,92)
Gastos com o pessoal	17		
Remunerações		(5.924.175,64)	(5.347.840,52)
Encargos sociais:			
Benefícios pós-emprego			(9.177,66)
Outros		(1.406.963,24)	(1.352.456,48)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(1.496.694,71)	(225.633,06)
Provisões (aumentos/reduções)	19	(132.511,29)	
Imparidade de ativos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor		1.050.816,18	2.740.335,35
Outros rendimentos e ganhos	11	3.099.956,36	3.309.285,51
Outros gastos e perdas		(372.290,78)	(221.546,61)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.005.900,06	7.903.109,82
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(13.879.506,83)	(13.275.675,45)
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(11.873.606,77)	(5.372.565,63)
Juros e rendimentos similares obtidos	11	23.850,14	42.683,07
Juros e gastos similares suportados	10	(6.813.453,09)	(7.312.212,66)
Resultado antes de impostos		(18.663.209,72)	(12.642.095,22)
Imposto sobre o rendimento do período		(9.905,08)	(5.545,42)
Resultado líquido do período		(18.673.114,80)	(12.647.640,64)

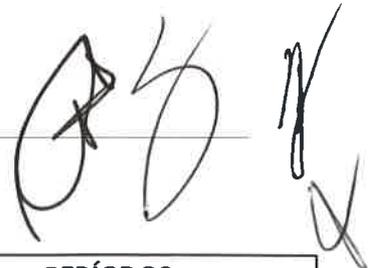
12 Demonstrações Financeiras e Anexos

12.4 Demonstração dos fluxos de caixa – Método direto

Quadro 20 – Demonstração dos fluxos de caixa



RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2016	31-12-2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO			
Recebimentos de clientes		11.179.790,06	12.128.748,76
Pagamentos a fornecedores		(3.160.336,91)	(3.588.300,14)
Pagamentos ao pessoal		(7.187.232,72)	(6.793.821,64)
Caixa gerada pelas operações		832.220,43	1.746.626,98
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(492.509,54)	(395.173,10)
Outros recebimentos / pagamentos		433.153,78	68.736,08
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		772.864,67	1.420.189,96
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(2.388.374,32)	(12.374.129,80)
Ativos intangíveis		(15.229,33)	(23.732,29)
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		11.953.235,75	11.528.378,88
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		9.549.632,10	(869.483,21)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		28.815.277,99	16.912.738,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(21.944.287,33)	(10.369.287,33)
Juros e gastos similares		(7.237.551,04)	(7.054.671,28)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			



12 Demonstrações Financeiras e Anexos

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2016	31-12-2015
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(366.560,38)	(511.220,61)
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		9.955.936,39	39.486,14
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		61.449,50	21.963,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período		10.017.385,89	61.449,50

12 Demonstrações Financeiras e Anexos
12.5. Demonstração das alterações do capital próprio
Quadro 21 – Demonstração das Alterações do Capital Próprio

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL							TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
		CAPITAL REALIZADO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIACÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL			
POSICÃO NO INÍCIO DO ANO 2016	(1)	24.715.775,00	3.458.448,87	(171.624.089,57)	180.293.492,29	86.178.969,75	(12.647.640,64)	110.374.955,70		110.374.955,70	
ALTERAÇÕES NO ANO 2016											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0,00	
Alterações de políticas contabilísticas										0,00	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00	
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										0,00	
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										0,00	
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	(2)	34.413.730,00	0,00	(12.948.431,10)	0,00	13.073.720,46	12.647.640,64	47.186.660,00		47.186.660,00	
		34.413.730,00	0,00	(12.948.431,10)	0,00	13.073.720,46	12.647.640,64	47.186.660,00	0,00	47.186.660,00	
RESULTADO LÍQUIDO DO ANO 2016	(3)										
										(18.673.114,80)	
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)	34.413.730,00	0,00	(12.948.431,10)	0,00	13.073.720,46	(6.025.479,16)	28.513.545,20	0,00	28.513.545,20	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DO CAPITAL NO ANO 2016											
Realizações de capital										0,00	
Realizações de prémios de emissão										0,00	
Distribuições										0,00	
Entradas para cobertura de perdas										0,00	
Outras operações	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	(6) = (1) + (2) + (3) + (5)	59.129.505,00	3.458.448,87	(184.572.520,67)	180.293.492,29	99.252.690,21	(18.673.114,80)	138.888.500,90	0,00	138.888.500,90	

APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.
 CONTRIBUINTE N.º 511 137 753 - CONS. REG. COM. FUNCHAL N.º 7373
 Gare Marítima da Madeira, Molhe da Pontinha, Porto do Funchal - 9004-518 FUNCHAL - PORTUGAL
 TEL: 351 291 20 86 00 - FAX: 351 -291 - 22 01 96
 portosdamadeira@apram.pt - www.apram.pt

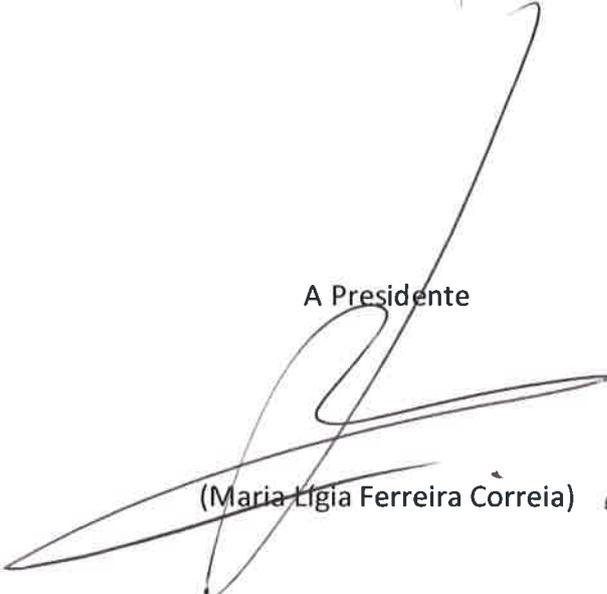
12 Demonstrações Financeiras e Anexos

O Conselho de Administração:

A Presidente

A Vogal

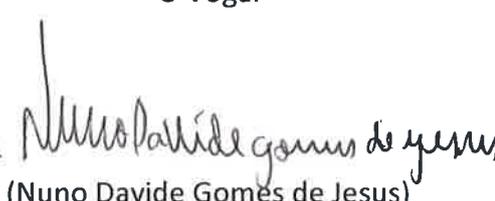
O Vogal



(Maria Lígia Ferreira Correia)



(Elia Fátima da Silva Rodrigues
Ribeiro)



(Nuno Davide Gomes de Jesus)

A Contabilista Certificada:



(Priscila Maria Martins Candelária)



13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2016

NOTA INTRODUTÓRIA:

A APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., foi constituída a 1 de agosto de 1999, por aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, e tem por objeto a prestação dos serviços inerentes à atividade portuária na Região Autónoma da Madeira.

1. Identificação da Entidade

- 1.1. **Designação da entidade:** APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A.
- 1.2. **Sede:** Gare Marítima da Madeira – Molhe da Pontinha – Porto do Funchal, 9004-518 Funchal.
- 1.3. **NIPC:** 511 137 753
- 1.4. **Natureza da Atividade:** A APRAM, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e dedica-se à prestação de serviços inerentes à atividade portuária, bem como à gestão e fiscalização dos espaços dominiais sob a sua jurisdição, na Região Autónoma da Madeira.
- 1.5. Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em euros.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

- 2.1. **Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo aviso n.º 15

13 Anexos ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2016

655/2009, de 7 de setembro, com as conseqüentes adaptações em função da necessidade de relato financeiro da empresa.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 15 652/2009, de 7 de setembro (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 1 011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas);
- Aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso n.º 15 654/2009, de 7 de setembro (Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades);
- Aviso n.º 15 653/2009, de 7 de setembro (Normas interpretativas 1 e 2).

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade: No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior: Os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2016, incluídos nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2015.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

- a) **Ativos fixos tangíveis:** Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações. Os ativos fixos tangíveis, encontram-se

13 Anexos ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2016

contabilizados ao custo de aquisição, com exceção dos bens próprios e do domínio público, que foram inventariados e avaliados em 1999, por avaliadores independentes e integrados nas contas da APRAM, S.A. no exercício de 2000. O efeito líquido das avaliações está reconhecido nos “Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis”.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, sendo registadas por duodécimos, de forma a reintegrarem o valor dos bens durante a sua vida útil esperada.

A partir do ano 2011, passaram a ser utilizadas as taxas mínimas para todos os bens, previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro de 2009, independentemente de no ano 2007, já terem sido alteradas as taxas de amortização das infraestruturas marítimo-portuárias para a taxa mínima, em virtude de se ter considerado que a taxa utilizada (taxa máxima), não seria a que melhor evidenciava a durabilidade daquele tipo de infraestruturas, aplicando-se atualmente uma taxa de 2,5%, em vez da que estava a ser aplicada em anos anteriores, que era de 5%.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições de funcionamento/utilização, pelo que passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso ou nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela empresa.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas respetivas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

- b) **Inventários:** As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo estão valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.
- c) **Benefícios de empregados:** As obrigações decorrentes dos benefícios de empregados são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa

13 Anexos ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2016

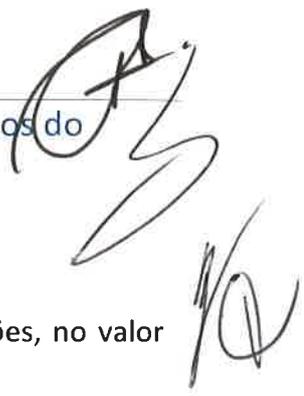
base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o seu pagamento.

De acordo com a legislação vigente, o direito a férias e ao correspondente subsídio é adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, o valor das férias, do subsídio de férias e respetivos encargos a pagar são contabilizados nos gastos do exercício a que dizem respeito, por contrapartida de diferimentos, independentemente da data do respetivo pagamento. O valor global da responsabilidade reconhecida a pagar em 2017, foi de 860.112,56 Euros.

- d) **Rendimentos a reconhecer:** Nesta rubrica foram contabilizados essencialmente serviços prestados em dezembro de 2016, no montante de 273.350,26 euros, mas faturados em 2017.
- e) **Subsídios atribuídos para financiamento de investimentos:** Os subsídios atribuídos à APRAM, S. A., a fundo perdido, para financiamento de investimentos, são registados como outras variações no capital próprio, na rubrica de subsídios, e reconhecidos anualmente na demonstração de resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

3.2. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras: Na preparação das Demonstrações Financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro: As Demonstrações Financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa.



4. Capital Social

O capital social é de 59.129.505,00 euros, representado por 11.825.901 ações, no valor nominal de 5 euros por ação.

Os contratos mútuos celebrados em anos anteriores foram convertidos em capital, verificando-se assim um aumento de 34.413.730,00 euros.

O capital social, acima referido, foi subscrito e realizado na sua totalidade pela Região Autónoma da Madeira, sendo as ações detidas pelo Governo Regional da Madeira, representado atualmente pela Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura.

5. Fluxos de Caixa

5.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos com base nos registos contabilísticos.

RUBRICAS	CONTA	VALOR
CAIXA 111 E 118:		
Caixa Funchal	11110100	1.270,99
Caixa Caniçal	11110200	128,40
Caixa Porto Santo	11110300	-
Fundo de maneio - Tesouraria	11810100	779,11
Fundo de maneio - Pilotos	11810200	678,27
Fundo de maneio - Porto Santo	11810300	-
Fundo de maneio - Aprovisionamento	11810400	499,70
Fundo de maneio - Porto do Caniçal	11810500	64,12
Total de caixa (1)		3.420,59
DEPÓSITOS BANCÁRIOS 112:		
DO Barclays Bank - Dep. Ordem	12110300	-
DO IGCP - Dep. Ordem	12110500	3.690,46

13 Anexos ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2016

RUBRICAS	CONTA	VALOR
DO IGCP - Caniçal e Porto Santo	12110600	238,63
DO IGCP - POVT Zona Acostável Norte P. Funchal	12110700	1.956.646,23
DO IGCP - Fundo de coesão Porto Caniçal	12110800	5.508.280,97
DO IGCP – Projetos de cooperação INTERREG/ MAC	12110900	30.237,50
DO IGCP - Marina do Porto Santo	12111100	544,56
DO IGCP - POVT Porto Santo	12111200	2.448.350,46
DO IGCP - Reforço caução de empreitadas	12111300	65.822,79
DO IGCP - Costa - CO2 Ship Transport Emissions LNG	12111500	60,34
DO IGCP - Gainn - LNG Green CID	12111700	49,92
DO IGCP - LSW - Logistical Single Window	12111800	43,44
Total de depósitos bancários (2)		10.013.965,30
TOTAL DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS = (1) + (2)		10.017.385,89

6. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não foram detetados erros relativamente às contas aprovadas em SNC, referentes ao ano 2016.

7. Ativos Fixos Intangíveis

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador	95.198,00				95.198,00
Despesas de investigação e desenvolvimento					0,00
Depreciações acumuladas do ativo fixo intangível	(50.500,83)	(15.866,34)			(66.367,17)
Propriedade industrial e outros direitos					0,00
Total do ativo fixo intangível líquido	44.697,17	(15.866,34)	0,00	0,00	28.830,83



8. Ativos Fixos Tangíveis

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFER. E ABATES	SALDO FINAL
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Terrenos e recursos naturais	2.280.144,21				2.280.144,21
Edifícios e outras construções	527.340.682,95			51.000,01	527.391.682,96
Equipamento básico	29.768.845,76			44.320,00	29.813.165,76
Equipamento de transporte	559.356,64				559.356,64
Equipamento administrativo	2.437.958,66				2.437.958,66
Outros ativos fixos tangíveis	1.157.121,01				1.157.121,01
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	153.116,51		(153.116,51)	0,00
Adiantamentos por conta de investimentos	-				-
Ativo tangível bruto	563.544.109,23	153.116,51	0,00	(57.796,50)	563.639.429,24
Depreciações acumuladas do ativo fixo tangível	(234.417.530,90)	(13.863.640,49)			(248.281.171,39)
Perdas por imparidade e reversões acumuladas					0,00
Total do ativo fixo tangível líquido	329.126.578,33	(13.710.523,98)	0,00	(57.796,50)	315.358.257,85

Verifica-se no ativo tangível bruto um ligeiro acréscimo justificado pelo registo de pequenos investimentos no ativo fixo tangível em curso, efetuados ao longo de 2016, e respetiva transferência para o ativo fixo tangível ou para a rubrica fornecimentos e serviços externos.

Em relação ao ativo fixo tangível líquido, confirma-se um decréscimo na ordem dos 4%, contribuindo para isso, o efeito das amortizações dos investimentos em infraestruturas e equipamentos portuários, realizados em anos anteriores, e que neste momento já se encontram consolidados.



9. Mercadorias e materiais de consumo

As mercadorias e os materiais de consumo, encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

Em 31 de Dezembro de 2016, os valores registados na contabilidade são os seguintes:

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATERIAIS DE CONSUMO
Saldo inicial		10.000,00
Regularização de existências		
Saldo Final	0,00	10.000,00

10. Custo dos Empréstimos Obtidos

10.1 Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos: De um modo geral, os custos dos empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem. Contudo, para o caso dos empréstimos obtidos associados a ativos fixos em curso (investimentos), os juros dos empréstimos são capitalizados, ou seja, são acrescidos ao custo do ativo, enquanto este se mantiver em curso. Assim que o ativo é transferido para ativo fixo, o custo dos empréstimos passa a ser reconhecido como gasto do período.

10.2 Quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período:

No decorrer do exercício de 2016, a APRAM, S.A. suportou 6.813.453,09 € de juros e gastos similares, respeitantes maioritariamente a empréstimos obtidos. Neste exercício, não foram imputados/capitalizados quaisquer valores aos investimentos em curso.

10.3 Taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização: A taxa de juro utilizada para o cálculo dos juros bancários, está de acordo com os valores efetivamente cobrados pelas respetivas entidades bancárias. Na maior parte dos casos, está a ser indexada à taxa de juro Euribor a 6 meses, acrescida de um spread bancário.

13 Anexos ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2016

RUBRICAS	31-12-2016	31-12-2015	VARIAÇÃO
<u>JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS</u>			
Juros suportados de empréstimos bancários	6.721.896,87	7.005.227,56	-4,04%
Juros de mora e compensatórios		55,48	-100,00%
Outros juros		125.980,44	-100,00%
Outros gastos e perdas de financiamento	91.556,22	180.949,18	-49,40%
TOTAL DE JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	6.813.453,09	7.312.212,66	-6,82%

11. Rédito

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

RUBRICAS	31-12-2016	31-12-2015	VARIAÇÃO
<u>PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</u>			
TUP Navio	994.269,85	967.209,31	2,80%
TUP Carga Geral	74.607,40	50.940,40	46,46%
Armazenamento de contentores	93.605,64	97.163,19	-3,66%
Diversos serviços	290.771,79	296.941,31	-2,08%
Amarração / desamarração	473.809,00	472.792,00	0,22%
Serviço de reboques	513.258,22	494.498,86	3,79%
Serviço de lancha	8.146,00	6.468,00	25,94%
Serviço de pilotagem	687.029,18	768.343,86	-10,58%
Serviço de báscula / pesagem	9.593,38	6.678,61	43,64%
Fornecimento de mão-de-obra	71.241,83	68.130,68	4,57%
Serviço de guindagem	67.581,50	65.714,00	2,84%
Fornecimento de água	174.392,97	264.442,75	-34,05%
Fornecimento de energia elétrica	66.773,89	70.082,97	-4,72%
Concessões e alugueres diversos	1.397.970,35	1.409.864,80	-0,84%
TUP granéis sólidos	246.917,37	236.762,35	4,29%

13 Anexos ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2016



RUBRICAS	31-12-2016	31-12-2015	VARIAÇÃO
TUP granéis líquidos	236.679,15	239.967,00	-1,37%
TUP contentores	2.739.937,90	2.617.264,20	4,69%
TUP veículos	543.884,00	385.610,10	41,05%
Tráfego de passageiros	1.222.056,02	1.419.965,14	-13,94%
Fundeadoiro de navios	40.123,06	47.204,90	-15,00%
Taxa de resíduos	397.349,77	302.248,80	31,46%
Taxa de ISPS	57.824,58	73.991,70	-21,85%
TOTAL DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	10.407.822,85	10.362.284,93	0,44%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS			
Sinistros	279.330,88	-	
Correções relativas a exercícios anteriores	2,01	565.053,51	-100,00%
Subsídios para investimentos	2.756.239,92	2.675.491,01	3,02%
Outros rendimentos e ganhos	64.383,55	68.740,99	-6,34%
TOTAL DOS OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	3.099.956,36	3.309.285,51	-6,33%
JUROS			
Depósitos bancários	-	2,44	-100,00%
Outros juros	23.850,14	42.680,63	-44,12%
TOTAL DOS JUROS	23.850,14	42.683,07	-44,12%
TOTAL	13.531.629,35	13.714.253,51	-1,33%

12. Provisões/Clientes de Cobrança Duvidosa

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA				
Clientes cobrança duvidosa	1.822.907,44	1.743.019,39	(14.932,00)	3.550.994,82

13 Anexos ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2016

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Perdas por imparidades acumuladas	(1.822.907,44)	-1.511.626,71	14.932,00	(3.319.602,15)

Tendo em consideração o princípio contabilístico da prudência, reforçou-se a provisão do cliente CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A, visto que o processo de tribunal mantém-se.

13. Subsídios do Governo e Apoios Comunitários

13.1 Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras: Os subsídios ao investimento a fundo perdido, para financiamento de investimentos em ativos fixos, são reconhecidos anualmente na Demonstração de Resultados, proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis que foram objeto de financiamento, e são registados na rubrica “Outras variações no capital próprio”.

Os subsídios a fundo perdido também são reconhecidos de acordo com o valor a receber e contratado, face a cada projeto de investimento, ficando em balanço a evidência do montante total do projeto aprovado, na candidatura face ao respetivo programa de apoio (Fundo de Coesão, POVT, etc.).

Este ano, o valor considerado no Balanço, na rubrica “Outros devedores” é de 4.092.768,26€. Este valor é justificado essencialmente, pelo registo das verbas aprovadas em forma de contrato programa, com o intuito de avançarmos com a reparação dos danos causados pelo temporal no dia de 10 de dezembro de 2013, assim como, a receção do saldo final dos projetos POVT Zona Acostável Norte do Porto do Funchal, POVT Porto do Porto Santo e Fundo de Coesão Porto do Caniçal.



13 Anexos ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2016

RUBRICAS	31-12-2016	31-12-2015	VARIAÇÃO
OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	(80.299,17)	(80.299,17)	0,00%
Sub-total (1)	(80.299,17)	(80.299,17)	0,00%
Molhe exterior do porto do Caniçal	33.095.474,47	26.646.814,98	24,20%
Remate nascente da plataforma marítima	198.704,22	206.527,26	-3,79%
Molhe exterior da pontinha	776.789,20	812.267,56	-4,37%
Apoio náutico do Porto Santo	446.520,31	465.125,47	-4,00%
Ampliação do cais de Machico	299.278,88	317.983,76	-5,88%
Ampliação do cais da Calheta	354.261,50	369.022,34	-4,00%
Berço de estacionamento de navios	201.284,55	219.566,55	-8,33%
Estaleiro naval do porto de pesca	469.118,85	490.442,49	-4,35%
Forte de nossa senhora	10.400,36	15.600,68	-33,33%
Cais da Ribeira Brava	11.721,54	17.582,46	-33,33%
Sistema de guiamento de embarcações	116.718,86	121.582,10	-4,00%
Embarcações de madeira	209.495,37	218.224,29	-4,00%
Ampliação do cais do Paúl do Mar	1.639.056,77	1.697.351,45	-3,43%
Aquisição de rebocador polivalente	71.387,70	85.633,38	-16,64%
Ligação viária da avenida Sá Carneiro	76.315,96	95.395,00	-20,00%
Ampliação do cais do Porto Moniz	6.614.663,37	6.842.755,17	-3,33%
Fundo de coesão do porto do Funchal	9.363.524,63	9.681.733,91	-3,29%
POVT do porto do Porto Santo	15.813.426,09	13.909.112,63	13,69%
Contrato programa de investimentos	1.641.247,80	1.717.851,12	-4,46%
POVT - Zona acostável norte do porto do Funchal	22.068.429,59	20.383.654,12	8,27%
Contrato programa - Fundo coesão do Porto do Caniçal	1.895.169,36	1.945.042,20	-2,56%
Contrato programa - Fundo coesão Nacional	3.960.000,00		
Sub-total (2)	99.332.989,38	86.259.268,92	15,16%
TOTAL DAS OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (1) + (2)	99.252.690,21	86.178.969,75	15,17%

13 Anexos ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2016



13.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio de que diretamente se beneficiou: Para além dos subsídios anteriores (ao investimento), a APRAM, S.A. participa num conjunto de projetos transatlânticos, no âmbito do programa de cooperação transnacional Madeira-Açores-Canárias (MAC) - 2007-2013, onde constam alguns projetos comparticipados pela Comunidade Europeia, designadamente:

- Costa CO2&Ship Transport;
- LSW - Logistical Single Window;
- GAINN - LNG Green CID.

14. Acionistas/Sócios

Não aplicável.

15. Sector Público Estatal

RUBRICAS	31-12-2016	31-12-2015	VARIAÇÃO
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS			
Pagamento especial por conta	85.164,12	87.381,44	-2,54%
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	31.185,22	42.371,15	-26,40%
Sub-total (1)	116.349,34	129.752,59	-10,33%
Estimativa de imposto (IRC)	(9.905,08)	(5.545,42)	78,62%
Retenções de impostos sobre rendimentos (IRS)	(193.418,32)	(123.571,61)	56,52%
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(9.479,37)		
Contribuições para a segurança social e outros sistemas complementares	(213.436,86)	(159.094,28)	34,16%
Sindicatos e outras retenções	(5.222,15)	(5.222,15)	0,00%
Sub-total (2)	(431.461,78)	(293.433,46)	47,04%
TOTAL DOS ENCARGOS COM O ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (1) + (2)	(315.112,44)	(163.680,87)	-92,52%

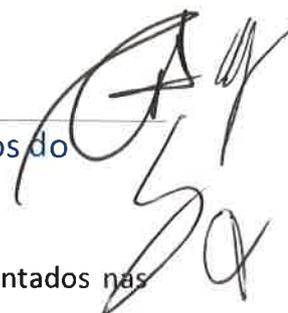


16. Instrumentos Financeiros Passivos

Os instrumentos financeiros que a empresa tem ao seu dispor, são os seguintes:

DESCRIÇÃO	31-12-2016	31-12-2015	VARIAÇÃO
<u>FINANCIAMENTOS OBTIDOS MLP</u>			
Banco Europeu de Investimento	27.647.058,85	30.000.000,02	-7,84%
Barclays Bank, PLC / E. E. P. K.	43.600.000,00	49.400.000,00	-11,74%
Déxia Sabadell, S. A.	61.938.461,52	69.392.307,68	-10,74%
Total dos financiamentos MLP	133.185.520,37	148.792.307,70	-10,49%
<u>FINANCIAMENTOS OBTIDOS CP</u>			
Barclays Bank, PLC - Conta Corrente Caucionada	-	6.337.500,00	-100,00%
Banco Europeu de Investimento	2.352.941,17	2.352.941,17	0,00%
Barclays Bank, PLC / E. E. P. K.	5.800.000,00	5.800.000,00	0,00%
Déxia Sabadell, S. A.	7.453.846,16	7.453.846,16	0,00%
Região Autónoma da Madeira	28.815.277,99	34.413.732,26	-16,27%
Total dos financiamentos CP	44.422.065,32	56.358.019,59	-21,18%
<u>PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO</u>			
Outros passivos financeiros:			
Swap de taxa de juro Societe Generale - 63 ME	7.272.707,00	7.798.744,00	-6,75%
Swap de taxa de juro Societe Generale - 30 ME	3.296.642,00	3.562.360,00	-7,46%
Swap de taxa de juro Royal Bank of Scotland - 28 ME	2.796.616,63	3.055.677,81	-8,48%
Total dos passivos financeiros	13.365.965,63	14.416.781,81	-7,29%
TOTAL	190.973.551,32	219.567.109,10	-13,02%

13 Anexos ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2016



No que se refere à rubrica “Outros passivos financeiros”, os valores apresentados nas demonstrações financeiras correspondem ao valor de mercado das operações de cobertura de taxa de juro, que foram negociadas pela APRAM, S.A., com o aval da Região Autónoma da Madeira, e que à luz do normativo (SNC), corresponde na prática ao valor que a empresa teria de suportar para fechar a operação junto das entidades credoras.

Saliente-se que este valor oscila diariamente, na medida em que as taxas de juro do mercado são ajustadas, podendo atingir valores de cotação bastante positivos ou bastante negativos, consoante a conjuntura e comportamento dos mercados internacionais.

Verifica-se na rubrica de financiamentos obtidos uma variação negativa em relação ao ano anterior, justificada pela amortização dos empréstimos efetuada ao longo do ano e pela conversão dos contratos de mútuo, celerados em anos anteriores, em capital.

17. Gastos com o Pessoal

Durante o ano 2016, a APRAM, S.A. tinha ao seu serviço 155 pessoas. Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

RUBRICAS	31-12-2016	31-12-2015	VARIAÇÃO
<u>GASTOS COM OS ÓRGÃOS SOCIAIS</u>			
Remunerações dos órgãos sociais	177.759,82	182.646,02	-2,68%
Encargos com as remunerações	44.463,56	45.053,48	-1,31%
Total dos gastos com os órgãos sociais	222.223,38	227.699,50	-2,40%
<u>GASTOS COM O PESSOAL</u>			
Remunerações do pessoal	5.676.975,50	5.174.372,16	9,71%
Outros gastos com o pessoal	203.350,26	122.651,32	65,80%
Encargos com as remunerações	1.228.589,74	1.184.751,68	3,70%
Total dos gastos com o pessoal	7.108.915,50	6.481.775,16	9,68%
TOTAL DOS BENEFÍCIOS COM EMPREGADOS	7.331.138,88	6.709.474,66	9,27%

13 Anexos ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2016



A rubrica “Outros gastos com o pessoal” inclui gastos com a medicina do trabalho, formação, seguro de saúde e seguro de acidentes de trabalho.

O Subsídio de férias e natal dos órgãos sociais está incluído no valor das remunerações do pessoal.

Saliente-se que o acréscimo dos custos com pessoal ficou a dever-se essencialmente a:

- Regresso ao quadro de uma Assessora e celebração de 3 acordos de cedência;
- Aplicação à RAM do Despacho Conjunto da Ministra do Mar e do Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, de 31 de maio de 2016, pelo Despacho Conjunto n.º 123/2016, de 9 de novembro, o qual permitiu o descongelamento das carreiras, diuturnidades e diferencial de carreira.

18. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

O presente relatório contém os elementos que caracterizam a situação económica e financeira da APRAM e demais informações a que se refere o artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5 de agosto.

19. Outras Informações

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Provisões para riscos e encargos				
Provisões	0,00	132.511,29		132.511,29
Provisões para riscos e encargos	0,00	132.511,29	0,00	132.511,29

Estão em curso processos judiciais, em que a APRAM, S.A. é parte e que a seguir se enumeram:



13 Anexos ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2016

- Processo judicial referente à operação do navio ferry Armas no porto do Funchal, e através dos quais são pedidas responsabilidades cíveis à APRAM, S.A., movido pela AAMC – Associação de Armadores da Marinha de Comércio, Box Lines e Vieira & Silveira e em que são demandados o ex IPTM – Instituto dos Transportes Marítimos e a APRAM, S.A.;
- Processo de impugnação da liquidação das taxas cobradas pela APRAM, S.A. à CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.;
- Ação Administrativa comum movida pela Empresa de Navegação Madeirense - ENM - Acidente com Navio Funchalense V, no Porto do Caniçal.

Em matéria laboral, e em consequência do fim da concessão da Marina e Estaleiro do Porto Santo, foi a APRAM demandada juntamente com a 33/16 – Assistência Náutica, S.A., nos seguintes processos:

- Providência cautelar de suspensão do despedimento dos trabalhadores da empresa 33/16 – Assistência Náutica, S.A. movidas pelos respetivos trabalhadores;
- Ação de Impugnação do despedimento e pagamento de indemnização, a decorrer no tribunal do trabalho, movida pelos trabalhadores da empresa 33/16 – Assistência Náutica, S.A..

Foram constituídas provisões para os referidos processos, por uma questão de prudência.

A APRAM, S.A., foi absolvida nos seguintes processos:

- Processo judicial referente ao sinistro ocorrido no Estaleiro Naval do Caniçal com o Navio Arco, movido por BASALTAREIAS - Extração e Comercialização de Areias, S.A., em que são demandadas a Secretaria Regional das Finanças e a APRAM, S.A.;
- Processo judicial referente à queda de pedras no Cais da Ponta da Sol, movida pelo restaurante “Sol Poente”, em que são demandadas para além da APRAM, a Costa de Baixo – Turismo, Ld.^ª;

13 Anexos ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2016

O Conselho de Administração:

A Presidente

A Vogal

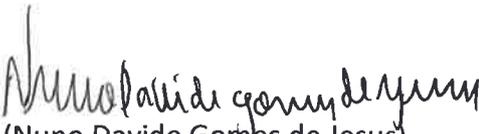
O Vogal



(Maria Lúcia Ferreira Correia)



(Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro)



(Nuno Davide Gomes de Jesus)

A Contabilista Certificada:

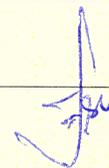


(Priscila Maria Martins Candelária)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO PARECER DO
FISCAL ÚNICO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
E
RELATÓRIO E PARECER
DO
FISCAL ÚNICO



Maria Fernanda Barreto M. Colaço
Luis Manuel da Silva Rosa
Alexandre da Paixão Coelho

Rua Castilho, nº 39 – 9º A
1250-068 Lisboa
Telefones 213 552 980
213 530 665
Fax 213 533 933
Email geral@crc-sroc.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **APRAM – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 332.688 mil euros e um total de capital próprio de 138.888 mil euros, incluindo um resultado líquido negativo de 18.673 mil euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1 e 2, mencionadas na secção “Bases para a opinião com reservas” as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **APRAM, S.A.** em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a Opinião com Reservas

1. Ainda não existe Despacho que estabeleça as contrapartidas relativas ao ingresso no domínio público da Região Autónoma da Madeira, do terreno da área de jurisdição da **APRAM** (em frente à antiga sede).

Deste modo, não estão estabelecidos os eventuais impactos financeiros decorrentes dessas contrapartidas.

2. O Tribunal Arbitral proferiu decisão favorável à **APRAM, SA**, em relação ao litígio com o cliente CLCM – Companhia Logística da Madeira, SA, no que concerne aos montantes facturados desde Outubro de 2007, sendo o saldo a receber de 3.001.428 euros, e registadas imparidades, nos termos referidos na nota 12 do Anexo, pelo montante de 2.200.990 euros. A CLCM interpôs recurso jurisdicional da decisão do Tribunal Arbitral, e deste modo e até à presente data, não dispomos de informações sobre o desfecho do Processo e o seu consequente impacto financeiro.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Sem afectar a opinião expressa, chamamos atenção para o facto da **APRAM** continuar a gerar prejuízos significativos cuja tendência de alteração a curto prazo não é previsível, a não ser que surjam negócios lucrativos enquadrados na actividade definida no contrato de sociedade.

Constata-se que os proveitos gerados são insuficientes face aos custos operacionais, nos quais as amortizações têm um impacto determinante.

De igual modo, o cumprimento de compromissos de pagamento de juros e reembolso de empréstimos tem sido assegurado com o apoio do accionista.

No exercício de 2016, o accionista realizou um aumento de capital social no montante de 34.413.730 euros, reforçando deste modo a estrutura de capital próprio da **APRAM, SA**.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias Relevantes de Auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias devem ser consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada a esse respeito.

1. *Depreciação da Infraestrutura Portuária e Subsídios ao Investimento*

Nas últimas décadas foram realizados investimentos significativos na infraestrutura portuária, nomeadamente no Caniçal, Funchal e Porto Santo. Foram obtidos também significativos subsídios ao investimento. (notas do Anexo 3.1 e) e 13.1)

Síntese da abordagem de auditoria

A depreciação da infraestrutura é determinada pela vida útil e atinge um valor significativo. São realizados testes por amostragem e de consistência de taxas.

São revistos em detalhes os subsídios recebidos ou a receber, com documentação de comprovação ou aprovação das entidades concedentes.

Analisada a adequada especialização de subsídios a receber e testada a imputação a rendimentos do exercício dos subsídios na proporção da depreciação dos bens subsidiados.

Com base no trabalho efectuado não identificamos qualquer assunto significativo a relatar.

2. *Financiamentos Bancários e Instrumentos de Cobertura de Taxas de Juros*

Os financiamentos bancários possuem um peso significativo e foram contraídos para a realização das infraestruturas portuárias. (nota 16 do Anexo)

Síntese da abordagem de auditoria

Analisámos novos contratos ou alterações contratuais e realizámos testes substantivos para uma amostra significativa de débitos de juros e outros custos bancários.

Verificámos a evolução dos SWAP de taxa de juros e, o seu custo anual e a sua valorização, com a adequada contabilização quer dos custos quer da sua valorização.

Com base no trabalho efectuado não identificamos qualquer assunto significativo a relatar.

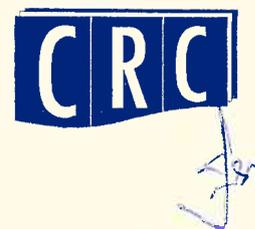
Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão e, se aplicável, do relatório de governo societário nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

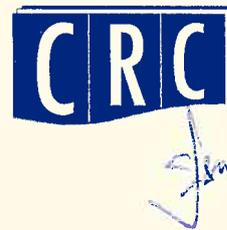
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobre posição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevantes para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que seja apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionadas com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as



matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- declaramos que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência em, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez para um mandato compreendido entre 2008 e 2010. Em 2016 mantivemos em funções até ao termo do mandato e nomeação de novo ROC.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA

mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 29 de Março de 2017

CRC - COLAÇO, ROSA, COELHO & ASSOCIADO, SROC, LDA.
Representada por:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço'.

Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço



Maria Fernanda Barreto M. Colaço
Luís Manuel da Silva Rosa
Alexandre da Paixão Coelho

Rua Castilho, nº 39 – 9º A
1250-068 Lisboa
Telefones 213 552 980
213 530 665
Fax 213 533 933
Email geral@crc-sroc.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. A fim de dar cumprimento ao estipulado nos estatutos da **APRAM - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A. (APRAM, S.A.)** publicado no Diário da República, I – Série A – nº 151 de 1 de Julho de 1999 – Região Autónoma da Madeira – Decreto Legislativo Regional nº 19/99/M, vem o Fiscal Único, nos termos do Artigo 16º dos referidos estatutos e das disposições legais aplicáveis, apresentar o seu relatório e parecer sobre as Contas e o relatório de Gestão do Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.
2. Durante o período em análise, acompanhámos com regularidade os negócios e a gestão da **APRAM, S.A.** verificando a regularidade dos livros, registos contabilísticos e respectiva documentação. Verificámos o cumprimento da lei e dos estatutos, inteirámo-nos dos actos do Conselho de Administração através de reuniões regulares e de consulta das actas relevantes de reuniões, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários, o que agradecemos.
3. Analisámos também o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos. O Relatório de Gestão descreve com adequado detalhe as actividades desenvolvidas, a situação económica e financeira e perspectivas futuras. De salientar o prejuízo apurado e a necessidade do apoio do accionista para cumprir com os pagamentos de juros e reembolsos dos empréstimos contraídos. De referir o aumento do capital social em 34 milhões de euros, subscrito e realizado pelo accionista.
4. Como nos competia, e na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas e do Relatório Anual, em que se expressa uma Opinião com Reservas e um Ênfase.

5. Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da **APRAM, S.A.** em 31 de Dezembro de 2016, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam da Nota 3 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Nestes termos o Fiscal Único é de parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa da **APRAM, S.A.**, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e os correspondentes Anexos.
- 2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Finalmente, desejamos agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da **APRAM, S.A.** com quem contactámos, toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Funchal, 29 de Março de 2017

O FISCAL ÚNICO

CRC - COLAÇO, ROSA, COELHO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Representada por:



Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço